

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO NA RÁDIO NACIONAL

A cronologia dos noticiários veiculados pela emissora no período 1936-2007

FLÁVIA MARIA LEITE DE CASTRO MARTIN

Rio de Janeiro

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO NA RÁDIO NACIONAL

A cronologia dos noticiários veiculados pela emissora no período 1936-2007

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para
obtenção do diploma em
Comunicação Social – habilitação
em Jornalismo.

FLÁVIA MARIA LEITE DE CASTRO MARTIN

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Mansur Barbosa

Rio de Janeiro

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo na Rádio Nacional: a cronologia dos noticiários veiculados pela emissora no período 1936-2007**, elaborada por Flávia Maria Leite de Castro Martin.

Monografia examinada em:

Rio de Janeiro,/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Fernando Antônio Mansur Barbosa
Doutor em Comunicação Social pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagem – ECO/UFRJ

Profa. Lúcia Maria Marcellino de Santa Cruz
Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagem – ECO/UFRJ

Prof. Maurício Lissovsky
Doutor em Comunicação Social pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagem – ECO/UFRJ

Rio de Janeiro

2007

MARTIN, Flávia Maria Leite de Castro Martin. **Jornalismo na Rádio Nacional: a cronologia dos noticiários veiculados pela emissora no período 1936-2007**. Orientador: Fernando Antônio Mansur Barbosa. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2007. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho é uma pesquisa sobre os noticiários veiculados pela emissora Rádio Nacional do Rio de Janeiro em seus 71 anos. Encampada por Getúlio Vargas em 1940, e usada como parte de seu projeto de integração nacional, a emissora sempre teve uma ligação forte com a política brasileira. Esta característica fica evidente em outros três episódios políticos brasileiros: na instauração do regime militar em 1964, quando a rádio quase fechou as portas; na sua incorporação ao sistema Radiobrás, fundado em 1975; e nas recentes discussões sobre a construção de uma rede pública de radiodifusão, que mais uma vez prevê a participação da emissora. Em uma perspectiva cronológica, a análise dos programas noticiosos começa efetivamente na estréia do programa “Repórter Esso”, em 1941, considerado o pioneiro do radiojornalismo brasileiro, e vai até os dias de hoje, quando a Rádio Nacional completa sua 3ª década como parte do sistema Radiobrás. Também foi contemplada no trabalho a recente criação da Empresa Brasil Comunicação (EBC), que prevê a fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) à Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).

Ao rádio, esse grande *companheiro*.

AGRADECIMENTOS

À família, pelo carinho de sempre.

À Beta e ao Bernardinho, pelo apoio incondicional (ainda que embrionário).

A todos da Rádio Nacional do Rio, pela boa vontade e dedicação à emissora, e, principalmente ao senhor Alberto da Silva Santos e ao Luiz Ferreira, por toda a ajuda e pelas valiosas indicações.

E às meninas queridas, pelas minhas constantes ausências.

SUMÁRIO

1. Introdução

2. “A sereia dos tempos modernos”

2.1 As primeiras transmissões e as primeiras estações

2.2 De sala de aula a palanque

3. Os noticiosos dos anos de ouro da Rádio Nacional

3.1 “No maior edifício, a maior emissora!”

3.2 “O inquieto mundo das notícias”

4. O rádio depois de Getúlio e seu declínio no regime militar

4.1 “A tevê começa onde o rádio termina”

4.2 O golpe de 1964 e a criação da Radiobrás

4.3 A explosão das emissoras FM

5. “Pelo direito à informação”

5.1 A Radiobrás e a nova orientação para o jornalismo da Nacional

5.2 O jornalismo que é feito hoje e as perspectivas para o futuro da emissora na Empresa Brasileira de Comunicação

6. Conclusão

7. Referências

8. Anexos

1. Introdução

Ao longo de seus 70 anos, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro teve papel fundamental na consolidação de uma cultura radiofônica em todo o país. Atraindo a atenção de diversos governos e governantes durante toda a sua existência, a emissora foi alvo de grandes projetos políticos que acabaram influenciando sua programação como um todo, e principalmente, sua produção jornalística, que incluiu alguns dos mais importantes programas do gênero, como o “Repórter Esso”, considerado a pedra fundamental do radiojornalismo brasileiro.

O ambicioso projeto da construção de um sistema público de comunicação no Brasil até o final de 2007 prevê a fusão do sistema Radiobrás à Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), construindo um modelo não-comercial de comunicação no país. O objetivo anunciado é veicular uma programação educativa e com o foco no cidadão. Os desafios para a conclusão deste projeto são muitos e uma perspectiva histórica do jornalismo feito por uma das emissoras do sistema Radiobrás permite um conhecimento de algumas das várias formas jornalísticas experimentadas por uma importante afiliada, pioneira em muitos formatos e linguagens que se consolidaram como padrões na radiodifusão.

Atualmente em um momento delicado, com um futuro que promete grandes transformações, a emissora merece, portanto, uma revisão da evolução histórica de seus modelos jornalísticos. Assim, esta pesquisa pretende contribuir de forma relevante para uma reflexão sobre os acertos e, principalmente, sobre as fórmulas desgastadas do fazer jornalístico no rádio.

A partir de uma revisão da bibliografia disponível sobre a tradição radiofônica no país, bem como sobre o próprio radiojornalismo e seus principais protagonistas (dentre os quais destaco Edgard Roquette-Pinto e Heron Domingues), a pesquisa segue uma linha cronológica, contemplando os principais acontecimentos da trajetória do rádio no Brasil, e, posteriormente, o caminho percorrido pela própria Rádio Nacional. As entrevistas com os profissionais que fizeram e ainda fazem parte da história da emissora são os pontos fortes do trabalho. Como muitos foram protagonistas de alguns momentos decisivos da Nacional, esses depoimentos são parte privilegiada no desenvolvimento da pesquisa. Os arquivos impressos e, principalmente, os sonoros, que fazem parte do acervo da emissora também são mais do que meros elementos ilustrativos: trechos de noticiários foram selecionados e fazem parte de um CD anexo com as gravações, que, em muitos momentos da pesquisa, foram elucidativos para algumas questões levantadas acerca das principais características dos programas noticiosos produzidos pela Nacional em seus 71 anos.

O texto e o depoimento exclusivo de Luiz Carlos Saroldi foram de extrema importância para o presente estudo, tanto na indicação de bibliografias, de arquivos do próprio acervo da emissora, como na busca de novos pontos de vista sobre antigas questões. Saroldi e Sonia Virgínia Moreira, outra autora bastante utilizada quando são abordadas a história do rádio e a íntima ligação com o poder político que sempre marcou sua trajetória, podem ser considerados os autores que mais pesquisaram a história da Rádio Nacional, estudos que culminaram no livro “Rádio Nacional – O Brasil em sintonia”, ponto de partida para a presente pesquisa. Gisela Ortrivano, com tradição na pesquisa da linguagem do radiojornalismo, assina outra porção de textos consultados neste trabalho.

Em uma perspectiva cronológica, o primeiro assunto abordado é a chegada do rádio no Brasil e as primeiras emissoras. O amadorismo e o caráter educativo foram os traços que marcaram as primeiras iniciativas no rádio brasileiro. O pioneirismo do visionário Roquette-Pinto é parte importante dessa história inicial do novo meio de comunicação que chegava ao Brasil no mesmo dia em que o país comemorava o primeiro centenário da proclamação da independência. Os diferentes usos do rádio, de difusor de educação e cultura a instrumento político, também fazem parte deste preâmbulo à história da Rádio Nacional.

Logo em seguida, acompanhando o surgimento da Nacional e os primeiros noticiários veiculados por ela, a pesquisa já passa a tratar das ligações estreitas que a emissora travou com o governo de Getúlio Vargas, que a encampou em 1940, assinalando o início dos anos de ouro da emissora líder do país, que seguiram até a década de 1950. Nesta mesma época, chegam à emissora o “Repórter Esso” e o homem que fez dele o jornal falado de maior credibilidade no rádio brasileiro, Heron Domingues.

A chegada da televisão nos anos 1950, que fez muita gente decretar a morte do rádio, já que algo muito melhor surgia (uma espécie de rádio com imagens como já chegou a ser definido), é o capítulo seguinte. Grande parte da receita publicitária das principais emissoras brasileiras debandou para o novo suporte. Diante deste cenário, algumas emissoras de rádio foram obrigadas a se renovar, lançando programas especializados e diversificando as formas jornalísticas. Foi nessa época também que as inovações tecnológicas na captação e na transmissão de áudio permitiram que o rádio fosse usado a partir da característica que mais o diferencia: a agilidade.

Com a instalação do regime militar em 1964, a Rádio Nacional enfrentou algumas décadas de penúria e mergulhou em crítica situação. Nem mesmo a criação da Radiobrás em 1975 e a incorporação da Rádio Nacional a esse novo sistema foram capazes de reerguer por completo a emissora carioca. Com a cabeça de rede instalada em Brasília, o sistema

Radiobrás passou a manter uma espécie de sucursal no Rio de Janeiro, sustentando a Rádio Nacional para este objetivo. A concorrência com as emissoras em FM também foi outro golpe duro às emissoras em AM, como foi no caso da Nacional. O loteamento do *dial* AM com fins políticos decretou uma nova realidade para as estações que operavam nestas frequências.

Apenas com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva que a emissora teve sua revitalização consumada. Em 2004, o novo presidente inaugurou as novas instalações da emissora carioca sob sua gestão. Este processo de ênfase no jornalismo público se concretiza neste final de segundo mandato, quando o presidente anuncia a construção de uma empresa pública de comunicação. As perspectivas e os desafios lançados com essa proposta do governo assinalam o fim da pesquisa, que lança uma série de questões a serem consideradas neste cenário em que as discussões para a instalação de um modelo de jornalismo público estão na agenda pública.

Com a expectativa de um futuro ainda incerto para este tipo de jornalismo estatal feito no Brasil, considero a pesquisa dotada de certa dose de ineditismo e até de um avanço nas questões relacionadas à cobertura jornalística que é necessariamente ligada ao poder público.

O projeto anunciado pelo atual ministro de Comunicação Social, Franklin Martins, prevê a fusão de inúmeras emissoras de rádio e TV públicas brasileiras em um único sistema, unificando não só a produção, mas também traçando uma linha de conteúdo que seja comum a tudo o que será veiculado.

O modelo de gestão (público ou estatal) ainda é algo a ser definido (já foi dito que será financiado pelo Tesouro, mas que será de caráter público, o que não esclarece quanto à natureza do serviço, pois os dois sistemas são modelos completamente distintos). Qualquer que seja o formato, o novo sistema terá pela frente muitos desafios, e um deles é a definição do tipo de jornalismo que será oferecido pelas emissoras.

Outro aspecto relevante ao estudo do jornalismo feito na Rádio Nacional é quanto à variação da audiência ao longo dos anos e de que forma isso influenciou em sua produção jornalística. Isso incorre, necessariamente, em outro desafio lançado para o futuro sistema a ser implantado: qual a audiência que se quer atingir e de que forma isso vai ser levado em conta na hora de definir a programação e a linha editorial do jornalismo?

Questionamentos sobre o tipo de jornalismo que se faz hoje na Rádio Nacional serão feitos quando for ser definida a linha editorial que será compartilhada com as emissoras afiliadas ao sistema. Será que valerá a pena investir no modelo que é feito hoje em dia? Ou será que uma nova forma deverá surgir? O foco no serviço ao cidadão será suficiente?

Uma certeza sobre o futuro já foi anunciada: o novo sistema não contará com verba publicitária de empresas privadas. Essa escolha define muito do que se esperar de tal projeto editorial, ainda que não seja suficiente para definir precisamente como ele será. Apesar de nos apontar algumas direções, ela não responde a todas as perguntas sobre o futuro.

A evolução histórica de qualquer fenômeno permite a avaliação de certas escolhas e decisões tomadas no passado e o distanciamento histórico concede uma visão mais crítica do que aconteceu. Espero que o trabalho presente seja relevante e que inspire uma revisão dos erros e dos acertos ao longo do jornalismo feito por uma das mais importantes e tradicionais emissoras de rádio brasileiras.

2. “A sereia dos tempos modernos”¹

O século XX trouxe logo em seus primeiros anos a radiodifusão, uma novidade tecnológica que mudaria para sempre a comunicação feita em todo o mundo. As bases para o posterior desenvolvimento da televisão e da Internet nasceram com as primeiras tentativas do italiano Guglielmo Marconi de transmitir ondas sonoras através de pulsações eletromagnéticas até conseguir fazer com que uma emissão atravessasse o oceano que separa o velho do novo continente.

No Brasil, o rádio demorou duas décadas para chegar e a um nome em especial a radiofonia nacional deve o sucesso de sua trajetória: Edgard Roquette-Pinto. Um dos maiores intelectuais cariocas, ele canalizou seu deslumbre pelo rádio em esforços para que “a sereia dos tempos modernos” não fosse apenas mais uma aventura dentro do grande projeto de modernização do país empreendido pelos dirigentes da época, e sim se consagrasse um dos meios de comunicação mais populares e democráticos até hoje.

Do caráter eminentemente educativo, sempre defendido pelo pioneiro Roquette-Pinto, o rádio passou a ser amplamente explorado para fins políticos na década de 1930 quando o lado comercial passou a predominar nas emissoras e a popularização dos programas e dos aparelhos consolidou de vez o novo meio de comunicação na sociedade brasileira.

2.1 As primeiras transmissões e as primeiras estações

Inventado pelo italiano Guglielmo Marconi em 1894, o rádio foi a grande novidade trazida pelo novo século que chegava, tendo sua primeira mensagem veiculada em 1901, em uma emissão que cruzou o Atlântico, unindo a Europa aos Estados Unidos, quando o inventor italiano conseguiu transmitir a letra “s” em Código Morse. Utilizando transmissores e receptores eletromagnéticos em um telégrafo convencional, Marconi conseguiu fazer as transferências de energia eletromagnética a partir de grandes antenas, inventadas por ele próprio, que orientaram essas ondas de rádio, como foi denominada tal energia. Sua descoberta foi aprimorada a tal ponto que logo foi possível transmitir regularmente músicas e a própria voz humana (MOREIRA, 1998, p.11).

No Brasil, a primeira transmissão radiofônica foi ouvida no dia 7 de setembro de 1922, dia em que se comemorava no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, os cem anos da

¹ Expressão usada por Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.55) para designar o rádio.

independência do país. Na Exposição Internacional do Centenário da Independência, a saudação do presidente Epitácio Pessoa foi captada pelos alto-falantes espalhados pela exposição e transmitida através de uma estação de 500 watts montada pela companhia norte-americana Westinghouse no alto do Corcovado. A experiência sonora maravilhou os que estavam presentes e, ainda que a qualidade da transmissão fosse repleta de ruídos, a novidade foi bastante comemorada (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.15-16).

A introdução desta nova tecnologia no país fazia parte de um projeto maior de modernização e urbanização da capital do Brasil. Junto com a radiodifusão, toda a cidade passava por intensas mudanças urbanísticas e sociais. E o Centro do Rio, como era de se esperar, foi o epicentro de tais modificações.

Inaugurada no dia 15 de novembro de 1905, a Avenida Central era a concretização dos planos de modernização da cidade e da sociedade cariocas, capitaneados pelo presidente Rodrigues Alves, com o apoio do prefeito Pereira Passos. Este grande bulevar que ligava a região portuária da cidade, a Praça Mauá, até o Passeio Público passou por projetos de intervenções urbanística e sanitária que modificaram sua arquitetura e a disposição de suas construções (Id., *ibid.*, p.18).

Cortiços foram derrubados para dar espaço aos modernos prédios que seriam erguidos nos futuros endereços mais cobiçados da jovem República. Não demorou muito para que os principais empresários instalassem suas lojas, confeitarias e cafés na avenida que, em 1912, foi rebatizada de Rio Branco, uma homenagem ao barão que realizou grandes feitos para a diplomacia brasileira. A maioria das emissoras fundadas nas décadas de 1920 e 1930 na capital da República ficava na Avenida Rio Branco e nos arredores da zona portuária da cidade, justamente as regiões do Distrito Federal que ganharam nova roupagem dentro do projeto de modernização. Esse dado atesta a favor da tese de que a tecnologia usada pelo rádio era de fato vista como um dos elementos vitais para a equiparação do país com o ideal de modernidade vigente.

A demolição do morro do Castelo, em pleno Centro da cidade, foi um marco dessa revolução urbanística. Em seu lugar, um amplo terreno abrigou, inicialmente, a exposição que comemorava o centenário da independência e logo serviu para construções importantes como o Aeroporto Santos Dumont.

Cerca de sete meses depois das festividades do centenário da Independência e da primeira transmissão radiofônica, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o astrônomo Henrique Morize assinaram a ata de fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tirando das mãos do poder público a regulamentação oficial da inauguração desta

nova atividade, nascida sob a tutela da Academia de Ciências (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.15-16).

O maior entusiasta do rádio no país, Roquette-Pinto ainda é considerado um dos mais importantes intelectuais brasileiros, e teve sua carreira e sua vida dedicadas a missões educativas e à divulgação da cultura brasileira. Formado em medicina, ele atuou nos campos da pesquisa científica e da antropologia ao entrar para o Museu Nacional antes mesmo de completar 20 anos de idade. Sua maior contribuição neste sentido foi a publicação de “Rondônia”, em 1917, reunião definitiva dos relatos de bordo da Missão Rondon, empreendida no início do século XX pelo Marechal Rondon para desbravar os planaltos mato-grossenses. Esta obra, segundo Roberto Ruiz de Rosa Matheus (1984, p.26), mudou significativamente a tradição da etnografia brasileira, bem como redefiniu a geografia do país.

As alterações impostas aos mapas pelos trabalhos de Rondon são tão grandes [...] que os geógrafos, inspirados no batismo dado por Roquette-Pinto à Missão, deliberaram dar o nome Rondônia a toda a região, ampliando-a ainda mais, em certos pontos, para que ela pudesse conter, em toda a sua grandeza, o roteiro das atividades pioneiras do denodado sertanista, indianista e patriota (Id., *ibid.*).

Na radiodifusão, como não poderia ser diferente, sua iniciativa pioneira também tinha como motor principal a difusão da educação e da cultura. Segundo Matheus (Id., *ibid.*, p.48), um documento escrito por Roquette-Pinto narrando alguns fatos que se sucederam à primeira transmissão radiofônica brasileira, mostrava a impressão que o novo meio de comunicação lhe causava: “[...] cada vez que tomava os fones vinha-me ao pensamento o que o Brasil poderia ganhar com aquele meio formidável de expansão cultural [...]”.

No mesmo texto em que mostra as diversas facetas de Roquette-Pinto, o autor resgata uma entrevista concedida ao jornalista Braga Filho em 1948, na reportagem em que prestava uma homenagem aos 25 anos da fundação da Rádio Sociedade. Em um dos depoimentos ao jornalista, Roquette-Pinto comentava a importância da Academia de Ciências nos esforços pela permanência do rádio no país, já que, passado o efeito-novidade, ele quase foi deixado de lado pelo poder público.

[...] Era uma curiosidade sem maiores conseqüências. No começo de 1923, desmontava-se a estação do Corcovado e a da Praia Vermelha ia seguir o mesmo destino se o Governo não a comprasse. O Brasil ficaria sem rádio. Eu vivia angustiado porque já tinha a convicção profunda do valor informativo e cultural do sistema [...]. Por isso resolvi interessar no problema a Academia de Ciências, presidida pelo nosso querido mestre Henrique Morize. E foi assim que nasceu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1923 (ROQUETTE-PINTO, 1948 *apud* MATHEUS, 1984, p.50).

Depois de sua estréia, a Rádio Sociedade seguiu com transmissões regulares feitas pelo próprio Roquette-Pinto. Na programação, palestras, audições musicais e notícias, tudo dentro do programa “Jornal da Manhã”, que é tido como o primeiro programa rádiojornalístico do Brasil (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.20).

Segundo Gisela Ortriwano, é a Roquette-Pinto quem se deve todo o crédito da inauguração do primeiro noticiário no rádio brasileiro, já que ele apresentava o informativo “Jornal da Manhã” desde a inauguração da Rádio Sociedade, em 1924. Dessa forma, a autora considera o pioneiro do rádio também o inventor do gênero, sendo o primeiro locutor e comentarista do rádio brasileiro.

O Jornal da Manhã não era um simples noticioso, nem um modesto relato dos acontecimentos. Era o fato comentado, esmiuçado e interpretado com a autoridade do sábio. Jornal da Manhã, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi iniciativa jamais igualada. Por meio dele, o comentarista apreciava os acontecimentos nos noticiários dos jornais, lendo-lhes as manchetes e oferecendo um panorama inigualável de concisão, de realidade e de objetividade, como somente ele poderia fazê-lo... (LOPES apud ORTRIWANO, 2002/2003, p.69).

O pioneirismo de Roquette-Pinto, portanto, não ficou somente na crença que ele nutria em relação ao rádio como o meio de comunicação que revolucionaria o século XX. Ele percebeu, ainda no início das atividades radiofônicas, que o novo meio que surgia era essencialmente informativo ao apresentar o seu “Jornal da Manhã”, programa que abria as transmissões diárias de sua recém nascida emissora, e inaugurava a tradição dos “jornais falados”.

Esse Jornal era uma das atrações da emissora. Roquette levava para diante do microfone, já devidamente assinalados a lápis vermelho, todos os artigos e notícias de importância publicados nos jornais da manhã. E, ali, lia-os e comentava-os, dando-lhes a devida expressão e situando-os no contexto nacional e internacional. Fazia, pois, a transmissão da notícia e a sua análise (MATHEUS, 1984, p.53).

O caráter educativo, definitivamente, foi o que mais marcou as emissoras nas duas primeiras décadas de existência do rádio no Brasil. Um exemplo concreto do espírito que norteava os principais administradores foi a inauguração, em 1934, da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, liderada pelo educador Anísio Teixeira. Esta iniciativa, que assinalava mais uma participação de Roquette-Pinto na atividade radiofônica brasileira, tinha como principal objetivo estabelecer um canal direto entre os alunos da rede pública de ensino,

que eram seus ouvintes, e a programação da emissora. O sucesso dessa rádio fez com que se desenvolvessem dois pontos fundamentais para aumentar a eficácia do que se propunha para o rádio: o contato direto entre emissora e ouvinte, e o desenvolvimento de uma didática especial para o ensino radiofônico (MOREIRA, 1991, p.17-18).

A inauguração desta estação acalmou os ânimos de Roquette-Pinto, pois, desde a autorização oficial da veiculação de propagandas no rádio com o Decreto nº 21.111, instituído por Getúlio Vargas em 1932, ele temia que o caráter educativo da Rádio Sociedade fosse comprometido por conta das imposições da publicidade.

Ainda em 1924, depois da estréia da Rádio Sociedade, a segunda emissora a ir ao ar foi a Rádio Club do Brasil, do engenheiro Elba Dias. Em 1926, surgem a Rádio Educadora do Brasil e a Rádio Mayrink Veiga (propriedade da casa de exportação de mesmo nome). Esta última funcionou inicialmente na Rua Municipal, no Centro, onde, mais tarde, por conta da popularidade que a emissora adquiriu, acabou sendo rebatizada com o nome da rádio, que funcionou no mesmo endereço até ser fechada no regime militar em 1965 (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.21)

Em 1930, a quinta emissora a funcionar no Brasil, a Rádio Philips, foi criada pela companhia holandesa, fabricante de produtos radiofônicos, que estava disposta a entrar no mercado sul-americano. (Os transmissores desta rádio marcam importante papel na história da própria Rádio Nacional, visto que foram eles os responsáveis pela primeira transmissão da emissora).

Os donos dos jornais tradicionais do país começam a se interessar em obter uma concessão de um canal de ondas radiofônicas. Em 1935, muitas empresas jornalísticas que já atuavam no meio impresso, como o Jornal do Brasil, A Noite e os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, ganham seus prefixos. Percebendo a potencialidade deste novo meio de comunicação, Vargas logo trata de baixar decretos, em 1931, regulamentando o funcionamento técnico das emissoras concedidas. A febre do rádio no Brasil começa, e as cidades ganham centenas de antenas instaladas em suas casas para garantir uma melhor recepção do sinal. A imprensa começa a dar espaço para notícias sobre as conquistas dessa nova mídia, bem como surgem publicações impressas especializadas na cobertura dos astros e personalidades do rádio. (Id., *ibid.*, p.22).

Um nome que não pode ser esquecido quando se abordam as publicações especializadas é o do alagoano Gilberto de Andrade, que teve papel crucial na evolução da radiofonia brasileira. Depois de uma carreira ligada à política e à imprensa de sua terra natal, ele chega ao Rio de Janeiro e lança dois veículos especializados nesse novo meio de

comunicação: Sintonia e A Voz do Rádio, no início da década de 1930. Em A Voz do Rádio, ele assinava artigos onde manifestava suas preocupações com a qualidade do conteúdo das emissoras, em franca expansão por todo o país, além de publicar comentários em que afirmava a necessidade de se equiparar a qualidade técnica das emissoras brasileiras com a dos países vizinhos, o que, segundo ele, era crucial para a divulgação do país e de sua cultura no exterior. Para a surpresa de todos seus leitores, em janeiro de 1936, Andrade anuncia sua saída de A Voz do Rádio, e assume a gestão de um dos órgãos mais controvertidos do Estado Novo, o Tribunal de Segurança Nacional, uma instituição judiciária que correspondia a um foro privilegiado. No entanto, a publicação continua e, sob nova gestão, ganha mais dinamismo ao estender sua cobertura ao cinema, ao teatro e aos lançamentos musicais (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.26).

No mês seguinte à saída de Gilberto de Andrade, em uma edição de A Voz do Rádio, o futuro presidente do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão criado por Vargas no Estado Novo para censurar os meios de comunicação e centralizar a propaganda política do governo, Lourival Fontes, expressou, possivelmente pela primeira vez, sua crença no rádio como instrumento político.

Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação de rádio “oficial”. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Essas estações atuam como elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato e, portanto, o generaliza...

Não podemos desestimar a obra de propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extra-escolar; basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é, aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto (FONTES, 1936 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.27).

Ainda em 1936, com os mesmos objetivos que a Philips, a norte-americana RCA Victor funda a Rádio Transmissora Brasileira, onde surgiram nomes importantes da história do rádio brasileiro, como o produtor musical Almirante, o maestro Radamés Gnattali e o locutor Saint-Clair Lopes. No final daquele ano, usando o transmissor importado pela Philips, que encerrava suas atividades radiofônicas no Brasil, é inaugurada a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, com o prefixo PRE-8.

2.2 De sala de aula a palanque

A programação das primeiras emissoras, imbuída do objetivo de difundir conhecimentos, se resumia à transmissão de conteúdo erudito, como óperas e conferências, mas logo se chegou à difusão de programas populares, com a apresentação de cantores e compositores de sucesso na época, além de programas destinados a diferentes públicos, como, por exemplo, o infantil (MOREIRA, 1991, p.16).

O sistema de funcionamento dessas primeiras emissoras era semelhante ao de um clube. Os ouvintes participavam ativamente da escolha da programação. O motivo era simples: uma prática comum era de pessoas da elite econômica do país (que eram os que tinham os aparelhos de rádio em casa, artigo de luxo na época) emprestarem seus discos próprios para o acervo da emissora. Esses mesmos ouvintes pagavam uma taxa mensal às emissoras, o que garantia sua sobrevivência financeira.

Esse sistema, exclusivamente dependente da contribuição de seus ouvintes, fez que com a Rádio Sociedade, fundada por Roquette-Pinto e Henrique Morize em 1924, não se sustentasse por muito tempo. Depois de uma temporada funcionando em um prédio no Castelo, ela acabou se mudando para um sobrado na Rua da Carioca, entregando seus bens e sua concessão ao governo, por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública (criado em novembro de 1930 por Getúlio Vargas, o ministério foi um dos primeiros órgãos surgidos no governo provisório e reunia na mesma pasta os assuntos de educação e saúde pública).

A partir desta transferência, surge, em 1936, a Rádio Ministério da Educação e Saúde (atual Rádio MEC). Para administrá-la, o presidente Getúlio Vargas institui, em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa, formalizando a missão inicial desse novo meio de comunicação como divulgador da educação. Porém, não tardou para que o Serviço entrasse em conflito com o temido Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. (Id., *ibid.*, p.18).

Nos dez primeiros anos do rádio no Brasil, o chamado “ciclo pioneiro”, as estações fundadas tanto na capital como em tantos outros cantos do Brasil seguiram este modelo da Rádio Sociedade de difundir educação e cultura, missão apregoada por Roquette-Pinto. Entretanto, por conta do alto preço dos aparelhos, o rádio ainda era privilégio para poucos lares brasileiros, notadamente da elite do país. Os esforços de transformar o meio em um recurso educativo, portanto, encontravam empecilhos neste fato. A autora Gisela Ortriwano destaca o trecho do texto de André Casquel Madrid em que ele percebe esta contradição.

André Casquel Madrid salienta que, durante o decênio de 20, “a cultura popular não tinha acesso ao rádio, que não se caracterizava como entretenimento de massa”, sendo “veículo de formas de diversão individualista, familiar ou particular, muito pouco extensivas”. E esse quadro se evidencia “pelo pequeno número de emissoras instaladas, o pouco interesse da própria sociedade global, relativamente ao rádio” (ORTRIWANO, 1985, p.14).

O uso político dessa nova mídia ainda era algo sub-explorado, embora o presidente Getúlio Vargas já esboçasse uma percepção do potencial desta nova tecnologia. Ele foi, sem dúvida, o primeiro dirigente brasileiro a enxergar no rádio um instrumento político altamente eficaz em um país com as dimensões do Brasil. Concretamente, essa percepção ficou evidenciada por meio dos decretos que foram baixados no intuito de regularizar a atividade, como o que legalizava a veiculação da publicidade, em 1932, e o que veio dois anos depois, determinando que as concessões às empresas particulares fossem renovadas a cada 15 anos e que a gestão das emissoras funcionasse de acordo com as leis criadas especificamente para a radiodifusão (MOREIRA, 1998, p.15).

As atenções políticas estavam voltadas exclusivamente para os meios impressos. O rádio, inclusive, surgiu no país inspirando desconfianças, já que ele não possuía “a perenidade da palavra impressa”, segundo crônicas da época relatavam. O episódio político da deposição do presidente Washington Luís por Vargas, em 1930, altera definitivamente esse quadro. O rádio passa para a influência direta do novo presidente que se instalou pelo governo provisório em 1930, e que durante os anos em que esteve à frente do governo do Estado Novo (1937-1945) usou e abusou do rádio para atingir seus objetivos políticos. A transmissão de música popular trazia à tona o nacionalismo, espírito que é marca principal de todo o governo populista de Vargas, e que começa a entrar nas transmissões radiofônicas.

O envolvimento de rádios paulistas, como a Record, na Revolução Constitucionalista de 1932 foi outro marco na mudança de utilização das emissoras de rádio. Além da Record, a rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, também chegou a transmitir um comunicado do movimento revolucionário, conseguindo romper a censura imposta pelo governo federal aos revoltosos paulistas (Id., *ibid.*, p.24-25).

Assim, se o rádio dos anos 1920 se caracterizou pelos programas simples, em sua maioria compostos por conteúdo informativo e musical, os anos 1930 trouxeram algumas novidades que foram decisivas para a mudança de seu perfil, de educativo para comercial. A publicidade entrou no rádio por meio de simples anúncios de produtos e estabelecimentos exclusivamente nacionais, em sua maioria até mesmo locais. Estes logo se tornaram os principais patrocinadores dos programas.

A divulgação de produtos na rádio foi determinante para a consolidação da radiodifusão, já que com os compromissos da publicidade, os programadores, produtores e comunicadores tiveram que se profissionalizar. Não havia mais espaço para amadorismos, uma vez que os anunciantes, os grandes financiadores da atividade, esperavam ver o retorno de seus investimentos. Uma linguagem radiofônica começa a ser esboçada. Gisela Ortrivano (1985, p.16) diz que essa mudança afetou a própria organização interna das emissoras.

Para cumprir melhor o seu papel, o rádio não pode mais viver apenas da improvisação. Precisa mudar, para poder fazer face à nova situação. Estrutura-se como empresa, investe e passa a contratar artistas e produtores. Os programas são preparados com antecedência e a preocupação está voltada para conseguir cada vez maior audiência, popularizando-se criando os primeiros ídolos populares.

Outro fator que contribuiu decisivamente para a popularização do rádio foi o progressivo barateamento dos aparelhos. Foi nessa mesma época que as concessões das emissoras passaram para os canais particulares. Uma programação mais incrementada foi possível depois dessas mudanças. Surgem os artistas de rádio (músicos, cantores, atores e humoristas), que recebem cachê por suas apresentações (MOREIRA, 1991, p.23).

Apesar da primeira emissão radiofônica no Brasil ter sido marcada por uma mensagem do presidente Epitácio Pessoa, em 1923, foi Getúlio Vargas quem identificou o potencial do novo meio de comunicação, o que permite afirmar que foi em seu governo que o rádio se instalou de fato no país.

3. Os noticiosos dos anos de ouro da Rádio Nacional

A inauguração e os anos dourados da emissora campeã de audiência durante 20 anos consolidaram definitivamente o rádio na sociedade brasileira, bem como trouxeram novos hábitos para as famílias do país. Com uma variedade imensa de programas, a Rádio Nacional AM Rio lançou cantores, atores, músicos e comunicadores de aderência junto aos ouvintes jamais vista na radiodifusão do país.

E o radiojornalismo não ficou de fora: inicialmente atrelados à imprensa escrita, os “jornais falados” só ganharam uma linguagem própria no ano de 1944. Esse ano marca a entrada de Heron Domingues, visionário locutor e comunicador que lançou as bases para o gênero no país, no noticiário de maior popularidade na história do rádio brasileiro, o “Repórter Esso”. Tido pelos colegas de profissão e por muitos estudiosos de radiojornalismo como um profissional extremamente capaz e comprometido com a informação, Domingues foi responsável pela implantação da primeira redação exclusivamente destinada ao radiojornalismo no Brasil. Não à toa, o trabalho que realizou à frente do “Repórter Esso” conferiu ao noticiário os maiores índices de credibilidade junto à sociedade, fenômeno talvez nunca superado na imprensa brasileira.

3.1 “No maior edifício, a maior emissora!”²

Com uma nova legislação para regular a atividade radiofônica no início dos anos 1930, Vargas passou a distribuir concessões a particulares que tinham interesse em possuir uma frequência. Depois do surgimento da emissora do matutino Jornal do Brasil e da Rádio Tupi, dos Diários Associados, empresa de Assis Chateaubriand, o magnata das comunicações, logo o vespertino A Noite se interessou em manter uma frequência.

Instalada nos três últimos andares do edifício do jornal A Noite, a Rádio Nacional começou, na realidade, em 1933, sob o nome Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, quando Geraldo Rocha, o endividado dono do jornal A Noite, passou os bens e as instalações de seu periódico para seus credores, principalmente para a Companhia São Paulo – Rio Grande do Sul, a maior financiadora da construção do imponente prédio na Praça Mauá, número 7, no Centro do Rio, edifício que ganhou notoriedade por ser o primeiro arranha-céu da cidade (anexo II). A emissora que ali nascia era fruto da venda da Rádio Philips, que

² Legenda da foto do edifício A Noite, estampada dentro do Boletim do Primeiro Decênio da Rádio Nacional (1946), publicação do Departamento de Divulgação da emissora.

desistia de seu plano de manter uma frequência no Brasil como meio de estimular as vendas dos equipamentos ligados a essa nova tecnologia.

No entanto, a emissora só começou a operar de verdade em 1936, quando, no dia 12 de setembro, um seleto grupo da alta sociedade carioca ocupou o pequeno auditório para ouvir a primeira transmissão da Rádio Nacional. As notas da canção “Luar do Sertão”, de Catulo da Paixão Cearense, marcaram o momento da transmissão inaugural da PRE-8. Celso Guimarães, mestre de cerimônias e primeiro diretor de *broadcasting* da emissora, foi quem proferiu as primeiras palavras ao microfone da Nacional (anexo I, faixa 01). Eis o depoimento que ele deu para a primeira edição da Revista da Rádio Nacional, de agosto de 1950, recuperada por Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira.

Vinte e uma horas. Depois da característica musical escolhida para marcar as irradiações da emissora-caçula – as notas iniciais do “Luar do Sertão” – tenho o honroso privilégio das primeiras palavras ao microfone da PRE-8. E faço a abertura: “Alô, alô, Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro!” Não é fácil imaginar a emoção desse instante (GUIMARÃES, 1950 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.51).

Cauby Araújo, primeiro presidente da Sociedade Rádio Nacional, também estava presente na cerimônia de inauguração, bem como Gilberto de Andrade, já afastado das publicações especializadas na radiofonia brasileira, e Armando Langoni, o técnico responsável pelas instalações da PRE-8 (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.51).

As modernas instalações que a nova emissora ostentava, herdadas da extinta Rádio Philips, impressionavam até os mais experientes no assunto. Em seus primeiros anos, a emissora contou com um time de talentos e profissionais que, embora formassem uma pequena equipe de menos de 30 pessoas, não deixavam de produzir uma programação inovadora e criativa, formada quase inteiramente por programas musicais.

A incipiente história da Nacional não poderia deixar de fora uma figura tão importante como Ademar Casé. Inicialmente vendedor de aparelhos de rádio, – função que exercia de forma inusitada, batendo de porta em porta para emprestar os aparelhos a título de “experiência” – Casé começou sua história na Rádio Philips, em 1932, alugando quatro horas da programação dominical da emissora, onde seu “Programa Casé” apresentou os futuros nomes de peso do rádio brasileiro. Muitos humoristas, músicos e diretores artísticos que mais tarde fariam história na própria Nacional começaram no “Programa Casé”, que serviu como uma escola ativa para o rádio brasileiro, ainda que fosse bastante simples e informal. Um desses profissionais responde pelo nome de Almirante, “a maior patente do rádio” (seu nome

verdadeiro era Henrique Foreis Domingues, que ganhou o apelido Almirante pela estima que nutria por um uniforme de marinheiro), importante músico e diretor artístico da Rádio Nacional, e um dos inventores de uma linguagem própria para o veículo que surgia (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.38)

Além de Almirante, o primeiro time de profissionais da Rádio Nacional do Rio de Janeiro contava com os locutores Oduvaldo Cozzi, Celso Guimarães, que acumulava as funções de diretor e *speaker*, Rubens Amaral e Aurélio de Andrade, também incumbidos de selecionar e contratar os cantores e artistas para se apresentar na rádio.

A música, sem dúvida, foi um dos pontos fortes da nova emissora. A orquestra da Nacional tocava, a partir de partituras importadas, canções que eram grandes sucessos internacionais. O repertório nacional ficava a cargo da outra metade dos intérpretes que constituíam o elenco da emissora, com nomes como Ismênia dos Santos (que também era locutora, produtora de programas femininos e infantis e, mais tarde, atriz de radioteatro) e o cantor Lamartine Babo, todos sob a direção artística do jovem José Mauro. O maestro, pianista e arranjador Radamés Gnattali, juntamente com um grande colaborador, o pianista Luciano Perrone, foram os protagonistas de uma grande renovação musical que era ensaiada nos estúdios da Rádio Nacional, incrementando a forma de se tocar o mais típico gênero nacional brasileiro, o samba.

Com tantos talentos individuais, a nova emissora precisava de um profissional que instalasse uma filosofia de trabalho para que a PRE-8 vencesse a disputa pela audiência, então liderada pela grande concorrente da Nacional, a Rádio Mayrink Veiga. Esse profissional foi encontrado no jovem José Mauro, um rapaz de apenas 22 anos, que assumiu a direção artística de uma equipe que se desdobrava para alcançar o posto de líder. O próprio José Mauro assumia múltiplas funções, fazendo as vezes de produtor e locutor, no programa “Repórter Policial”, ou de assistente de palco para Celso Guimarães em “Raio K em Busca de Talentos” (Id., *ibid.*, p.49).

Desde 1930 no poder, Getúlio Vargas percebeu o potencial desse novo meio de comunicação, que poderia ser operacionalizado em vistas de seu grande projeto político. Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.49) observam bem como se deu essa tomada de consciência, que, em 1940, levou o presidente a encampar a Rádio Nacional, eleita como a porta-voz do governo.

Um ponto a favor dos representantes da revolução de 1930 foi perceber que a filosofia do rádio educativo não era compatível com os objetivos de uma emissora popular, que visasse a integração nacional. Formados em sua

maioria à sombra dos princípios positivistas, Getúlio Vargas, Roquette-Pinto e vários de seus contemporâneos acreditavam na missão humanista de preparar as massas para a ascensão social por via pacífica. O rádio tinha condições de ser o instrumento adequado para chegar a todos os pontos do país e às diversas camadas da população, ainda levando-se em conta a alta taxa de analfabetismo do país.

Em outro texto, no qual analisa as íntimas ligações que o rádio manteve com a política ao longo de sua trajetória, Sonia Virgínia reproduz a mensagem que Vargas enviou ao Congresso Nacional em 1º de maio de 1937, onde deixava evidente o norte de sua política e o uso que faria do rádio para viabilizar seus projetos.

[...] o governo da União procurará entender-se a propósito com os estados e municípios de modo que mesmo nas pequenas aglomerações sejam instalados radioreceptores providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da Nação. [...] À radiotelefonia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil (VARGAS, 1937 *apud* MOREIRA, 1998, p.29).

Dois anos depois, Vargas assina o Decreto nº 1.915, de 27/12/1939, instituindo o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que substituíu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934. A principal finalidade deste órgão era centralizar a propaganda do governo, tanto a veiculada interna como a difundida externamente, e a sua existência no país representou um período de intensas propagandas ideológicas no Brasil.

Mas a instituição também controlava a produção cultural e a imprensa brasileiras. Vargas chegou a proibir a participação de personalidades que eram contra sua política nos programas de rádio. Além dos programas radiofônicos, também passavam pelo crivo da censura prévia instituído pelo DIP peças de teatro, livros, jornais e revistas. Em suma, o órgão sintetizava o controle autoritário que o Estado tinha sobre os diferentes tipos de manifestação pública.

Além do rigor e do controle de toda a produção intelectual e cultural brasileira, um dos artigos que instituiu o DIP previa a instalação de um programa oficial que informasse sobre os atos do governo. Foi criada a “Hora do Brasil”, programa de uma hora de duração que ia ao ar de segunda-feira a sábado, com o noticiário oficial e distribuído pelo DIP. Mesmo após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, o programa sobreviveu e ainda é veiculado, de segunda a sexta-feira, mas agora tem o nome de “Voz do Brasil”, cuja obrigatoriedade tem sido

questionada pelas emissoras comerciais desde os anos 1990 (ORTRIWANO, 2002/2003, p.71).

A programação das emissoras comerciais também foi alterada: além de censurar o conteúdo musical, a orientação do DIP era pra que houvesse a transmissão de noticiários de “interesse coletivo” e de “músicas finas”.

Encampada em 8 de março de 1940, apenas dois meses depois da entrada em vigor do decreto que regulamentava as funções do DIP, a Rádio Nacional passou a apresentar uma programação diária que continha a maioria das determinações listadas no artigo que estabelecia os parâmetros e as atribuições da radiofonia nacional.

Naquele dia de março, Vargas baixou o Decreto nº 2.703, ato que foi costume em todo o governo estadonovista, criando as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, formadas, entre outras, pela Rádio Nacional e pelo jornal A Noite. Para a superintendência das Empresas, foi nomeado o coronel Luiz Carlos da Costa Netto, e para a direção da Nacional, o jornalista e promotor do Tribunal de Segurança Nacional (outro órgão criado no governo de Vargas em nome da “segurança nacional”), Gilberto de Andrade, outrora dono das publicações que deram um impulso inicial à atividade radiofônica no Brasil.

A notícia da intervenção governamental gerou um pânico inicial entre os funcionários da empresa A Noite, inclusive pelo diretor artístico da rádio, José Mauro. Todos viam com ressalvas a nomeação de Gilberto de Andrade para a direção da emissora, impressão que logo foi desfeita pela gestão cordata de Andrade. Ele evitou grandes mudanças no quadro de funcionários e artistas e investiu em uma filosofia de expansão da PRE-8, já que, até então, ela não conseguira desbancar a liderança da Mayrink Veiga.

Uma das dicotomias da nova gestão da Nacional era a de que, apesar dos investimentos públicos, a emissora poderia continuar com a receita de publicidade, uma medida em que interesses públicos e privados se embaralhavam. Essa característica foi fundamental para que a Nacional ficasse em primeiro lugar durante duas décadas. No boletim do Primeiro Decênio da Rádio Nacional, a importância do setor da publicidade para a radiofonia brasileira fica evidenciada com as homenagens prestadas aos redatores publicitários da emissora.

Um dos setores mais importantes do rádio é, sem dúvida, o da publicidade. O “broadcasting” brasileiro, como o norte-americano obedece à orientação comercial. Portanto, deve ter um corpo de técnicos de rádio-publicidade, para cumprir honrosamente sua missão.

Quem se dispuser a examinar a parte publicitária da Rádio Nacional, especialmente no que tange à apresentação de seus programas principais,

verificará que é a melhor, a mais eficiente em todos os sentidos. [...] a PRE-8 dispõe de uma redação exclusivamente comercial, isto é, organizada para redigir textos e programas comerciais. Trata-se de um grupo de experimentados “radio-men”, autores de “broadcasts” destinados a todos os gostos, e por isso mesmo, aptos a dirigir a publicidade de qualquer firma ou produto, de acordo com as exigências complexas do público.

Na verdade, a arte da rádio-publicidade consiste em agradar ao infinitamente diverso... E este é, precisamente, o segredo dos redatores comerciais da Rádio Nacional, cujos nomes aqui vão, pela ordem alfabética: Alziro Zarur, Armando Louzada, Giuseppe Ghiaroni, Oranice Franco e Pedro Anízio. Uma linha afiada e unida, que joga de cabeça...

Para medir a audiência da emissora que agora funcionava sob sua direção, Gilberto de Andrade instituiu a Seção de Estatística da Nacional, colocando em números e gráficos a audiência para vender os espaços publicitários. Ele também logo tratou de renovar o contrato com o jovem cantor Paulo Tapajós, que mais tarde se tornaria um importante diretor musical e produtor de programas. Andrade também foi responsável pela criação de um sistema eficaz e imparcial para a admissão de novos talentos na emissora, o que atenuava a contumaz prática do “pistolão”: os candidatos faziam testes gravados e passavam também por uma avaliação escrita. Todas essas medidas confirmavam ter sido uma boa escolha a nomeação de Gilberto de Andrade para a direção da principal emissora do país.

Mas seria injusto atribuir exclusivamente a razões políticas a indicação do diretor geral, ignorando-se seu preparo para o desempenho do cargo. Gilberto de Andrade soube usar a carta branca que recebeu para implantar uma nova estrutura na Rádio Nacional. A Seção de Estatística, por exemplo, atraiu novos anunciantes, agora orientados quanto aos programas e artistas a patrocinar. Por outro lado, pelos corredores e estúdios sentia-se um clima estimulante, que Radamés Gnattali iria atribuir, décadas mais tarde, a uma frase muito repetida por Gilberto de Andrade: “Vocês fazem agora o que quiserem: gastem o dinheiro que tiver aí, não precisa guardar.” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.58-59).

A consolidação da Rádio Nacional impulsionou a criação de programas mais sofisticados e ambiciosos, que ampliaram o padrão técnico e criativo da radiofonia brasileira. O inovador “Um Milhão de Melodias”, patrocinado pela Coca-Cola, que queria consolidar o refrigerante no mercado brasileiro, trouxe novos intérpretes e novos arranjos de músicas já conhecidas, apresentando o Trio Melodia (formado por Paulo Tapajós, Albertino Fortuna e Nuno Roland) e as Três Marias (originalmente com Marília Batista, Bidu Reis e Salomé Cotelli, esta última logo substituída por Regina Célia). O programa ficou 13 anos e apresentou novas roupagens musicais para um repertório já conhecido.

As inovações técnicas também precisavam acompanhar os novos formatos que iam surgindo. O primeiro obstáculo era a disposição e o número limitado de microfones utilizados

para um programa com uma grande orquestra e um número considerável de cantores. Uma solução importada do cinema resolveu este impasse: entrou em cena a “girafa” ou o *boom*, que consistia em um microfone pendurado por uma haste controlada à distância, permitindo maior mobilidade para os operadores captarem os diálogos dos atores em cena e dos cantores.

A parte musical da Rádio Nacional certamente foi o destaque nestes primeiros anos da emissora. Os ouvintes, cada vez mais exigentes com a qualidade da programação, motivaram a contratação dos maestros Romeu Ghipsman, Carioca (Ivan Paulo da Silva, responsável pelo prefixo inconfundível do “Repórter Esso”), Lírrio Panicali e Radamés Gnattali, que deram à luz um acervo de partituras de valor inestimável.

As radionovelas também marcaram a Nacional no imaginário dos brasileiros. Campeã na transmissão de produções do gênero, a emissora lançou a primeira radionovela em 1941, “Em busca da felicidade”. Logo o gênero tomou conta das grades da programação das outras estações. Só em 1945, a Nacional transmitia diariamente 14 novelas diferentes. Os programas de auditório também registravam altos índices de popularidade entre os ouvintes, que faziam fila na porta dos elevadores do edifício da Praça Mauá. Dois nomes se destacaram no gênero: César de Alencar e Paulo Gracindo, com programas que levavam seu nome. O gênero foi apenas um dos variados estilos de programas mimetizados a partir do rádio pela televisão.

A saudação que o locutor Jorge Veiga fazia para os aviadores que cruzavam o ar do Brasil e que se orientavam ao sintonizar as estações do país e ouvir os prefixos das emissoras do interior mostrava a penetração que a emissora ostentava nessas décadas de liderança (anexo I, faixa 28).

Alô! Alô! Senhores aviadores que cruzam o céu do Brasil. Aqui fala Jorge Veiga, diretamente da Rádio Nacional. Estações do interior queiram dar seus prefixos para a guia das suas aeronaves. (VEIGA, Jorge. Fonte: Acervo Rádio Nacional).

A mudança do transmissor de Campinho para Parada de Lucas também foi outro avanço técnico que melhorou a qualidade sonora da emissora. O aumento da audiência e a conquista da liderança fizeram com que as instalações da rádio se ampliassem. O 21º andar do edifício foi incorporado à emissora e nele foi construído um auditório moderno com capacidade para quase 500 pessoas, inaugurado em 18 de abril de 1942, com direito a uma nova festa com a presença do “que há de mais seleta na sociedade carioca”, como ministros de Estado e o próprio diretor-geral do DIP, Lourival Fontes. Começava a “época de ouro” da emissora (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.70).

3.2 “O inquieto mundo das notícias”³

Toda essa expansão da emissora entre os anos 1940 e 1942 deixava evidente o total apoio que Gilberto de Andrade recebia da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Não havia contingenciamento de recursos quando o assunto era a expansão das instalações, a modernização dos equipamentos e, por fim, a ampliação do alcance da emissora. A partir de 1942, inclusive, a emissora passou a transmitir também em ondas curtas (PRL-7, PRL-8 e PRL-9), de maior alcance, o que significava que ela poderia ser sintonizada em outros países.

Esta situação não refletia apenas a política que o governo de Vargas desenvolvia internamente. No cenário internacional, a II Guerra Mundial se agravava e os dois campos em conflito estavam polarizados. Até então, as importações brasileiras vindas da Alemanha e da Itália superavam as norte-americanas. Após o rompimento de Vargas com os países do eixo, o Brasil foi invadido por uma série de produtos, valores e costumes americanos: proliferavam bolsas de estudo para os Estados Unidos, Walt Disney apresentava o personagem Zé Carioca, Carmem Miranda iniciava sua carreira internacional etc. Em suma, tudo fazia parte do grande projeto pan-americano. E no rádio, esse movimento não se deu de maneira diferente.

No entanto, não foi apenas no início da década de 1940 que a linguagem radiofônica sofreu influências norte-americanas. O próprio vocabulário que dava conta de nossa radiofonia foi importado da língua inglesa e não teve uma tradução imediata de seus termos mais corriqueiros, como *broadcast*, *speaker*, *radio-men*. A política norte-americana de boa vizinhança com a América Latina foi determinante para a consolidação do gênero do radiojornalismo no Brasil. O principal motivo foi a estréia do noticiário “Repórter Esso”, em 1941, primeiro noticiário com matérias redigidas especialmente para o rádio.

Foi justamente durante a II Guerra Mundial que o rádio passou a ser visto como um meio informativo, já que a sua agilidade na divulgação das notícias serviu perfeitamente para contar aos ouvintes do mundo inteiro o que se passava no *front* da guerra. No entanto, apesar de ser considerado um grande divisor de águas no radiojornalismo brasileiro, o “Repórter Esso” não foi a primeira manifestação noticiosa da radiodifusão brasileira. Para a autora Gisela Ortriwano (2002/2003, p.67), inclusive, o rádio já é um meio jornalístico por excelência, uma vez que ele nasceu relatando eventos ou comentando algum fato, o que caracterizaria sua função informativa.

³ Título de um dos capítulos do livro comemorativo dos 20 anos da Rádio Nacional, organizado por Heron Domingues.

O jornalismo esteve presente no rádio desde as primeiras experiências de exploração da radiodifusão. As emissoras, de maneira geral, são inauguradas transmitindo algum evento ou, ao menos, informando sobre sua própria existência. Primeiro meio de comunicação eletrônico, operando na velocidade do som, o rádio já nasceu *glocal*, termo cunhado recentemente em função das tecnologias hoje disponíveis: tanto contava os fatos do mundo como os da casa do vizinho. [...] Na inauguração oficial da radiodifusão brasileira, a 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, o jornalismo cumpriu seu papel (ORTRIWANO, 2002/2003, p.67).

No entanto, assim como o noticioso “Jornal da Manhã”, idealizado e apresentado por Roquette-Pinto no início das transmissões de sua Rádio Sociedade, todos os programas informativos da primeira década do rádio brasileiro funcionavam da mesma forma: uma mera leitura das notícias que saíam nos jornais impressos, prática que lhes rendeu o título de “jornais falados”. Além da notícia necessariamente vir sempre um pouco atrasada, já que era uma simples leitura do que já havia saído na imprensa escrita, não havia a elaboração de um texto que se adequasse à linguagem radiofônica. Essa técnica de seleção das matérias impressas para irem ao ar de forma lógica e coerente ficou conhecida pejorativamente por *gillette-press* ou *tesoura-press* (CAMARGO *apud* ORTRIWANO, 2002/2003, p.70).

Na Rádio Nacional, a estréia do “Repórter Esso” foi um marco não só na história da rádio, como também na do jornalismo radiofônico brasileiro, já que os programas noticiosos que eram veiculados na Nacional de 1936 até 1941 também seguiam a tendência do *gillette-press*, com a leitura dos dois periódicos que faziam parte do grupo ao qual pertencia a emissora, A Noite e A Manhã. O locutor Aurélio de Andrade, em depoimento à autora Lia Calabre relatou como era a produção de notícias nos primeiros informativos da emissora, como o “A Noite Informa” (anexo I, faixa 02).

A Noite tinha intenção de colocar no ar uma emissora para completar a sua mídia gráfica, o jornal, a revista Carioca, a revista Vamos Ler que era intelectual e A Noite Ilustrada que era uma revista que ia para todo o Brasil, todas elas eram impressas aqui no edifício de A Noite mesmo, lá no subsolo, de maneira que faltava uma rádio para fazer a publicidade do jornal e etc, etc, etc. De maneira que tivemos que sair daí, com um jornal que se chamou “A Noite Informa”, já botando o nome da Noite. Os primeiros redatores da Rádio Nacional eram redatores do jornal (ANDRADE, 1995 *apud* CALABRE, 2002, p.194-195).

A relevância do “Repórter Esso”, informativo que ficou no ar durante 27 anos, está justamente na quebra com essa prática para a instauração de uma maneira própria do fazer jornalístico para o rádio. Foi com este noticiário que o Brasil teve sua primeira redação

montada especificamente para noticiários radiofônicos. Criado durante a II Guerra Mundial, o programa foi incluído na grade da Rádio Nacional para dar as principais notícias da guerra. No mesmo dia em que o Brasil se juntava às forças aliadas para combater o exército alemão, em 28 de agosto de 1941, entrava no ar o “Repórter Esso”, inicialmente apresentado pelos locutores que estivessem no estúdio na hora em que o boletim fosse ao ar, como Saint-Clair Lopes, Romeu Fernandes, Celso Guimarães, Jorge Curi e Aurélio de Andrade.

Antes de chegar ao Brasil, o noticiário já era produzido desde 1935 em Nova York. Depois, se estendeu para outras capitais latino-americanas, como Buenos Aires, Santiago, Lima e Havana. Apesar das diferenças culturais entre essas cidades e o Rio de Janeiro, o formato era o mesmo: quatro edições diárias de apenas cinco minutos cada, incluindo os intervalos comerciais. No Brasil, ele ia ao ar às 8h, 9h55, 12h55 e 22h55, sem contar as inúmeras edições especiais que poderiam ir ao ar a qualquer momento.

Segundo Sonia Virgínia Moreira (1991, p.26), o manual de produção do programa elencava os três principais mandamentos do noticiário, que deveriam ser seguidos à risca: “O ‘Repórter Esso’ é um programa informativo, o ‘Repórter Esso’ não comenta as notícias e o ‘Repórter Esso’ sempre fornece as fontes da notícia”.

O manual produzido pela agência de publicidade McCann Erickson (que detinha a conta da Standard Oil Company of Brazil, posteriormente rebatizada de Esso Standard do Brasil), mais tarde gravado em disco pelo próprio Heron Domingues (anexo I, faixa 03), era considerado uma camisa-de-força pelos profissionais que nele trabalhavam, dada a quantidade de regras estabelecidas. Porém, o excesso de instruções não passava de um cuidado da agência de publicidade, já que o rádio brasileiro, em 1941, era considerado amador em relação ao tipo de produção que já era feito no sistema de radiodifusão norte-americano.

Cada edição normal do “Repórter Esso” dura no ar cinco minutos. Cerca de vinte segundos são dedicados à abertura e ao encerramento; quatro minutos a notícias locais, nacionais e internacionais e cerca de quarenta segundos à mensagem comercial.

Quando a mensagem é de venda, o redator inicialmente escreve: “Prezado ouvinte, bom dia [boa tarde ou boa noite]. Aqui fala o Repórter Esso, porta-voz radiofônico dos Revendedores Esso, apresentando as últimas notícias da UPI.” Sendo a mensagem de relações públicas, esta é a abertura: “Prezado ouvinte, bom dia [boa tarde, boa noite]. Aqui fala o Repórter Esso, testemunha ocular da história, apresentando as últimas notícias da UPI.” (LOPES, 1979 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.78).

Nos primeiros anos, as matérias eram escritas pelos redatores da McCann Erickson. Todas as notícias eram baseadas nos despachos da agência UPI sobre os avanços dos aliados nos campos de combate na Europa. Ainda em 1941, ele passou a ser retransmitido pela Rádio

Record de São Paulo e, a partir de 1942, pelas emissoras: Inconfidência, de Belo Horizonte; Farroupilha, de Porto Alegre; e pela Rádio Clube de Pernambuco. Até o final da guerra, em 1945, o assunto prioritário da cobertura do programa era o conflito, e o noticiário podia ser ouvido de inúmeras regiões do Brasil, já que, desde 1942, a Rádio Nacional transmitia em ondas curtas, tecnologia que a colocou entre as cinco maiores emissoras do mundo (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.78).

As emissoras que quisessem retransmitir o informativo precisavam, no entanto, seguir algumas regras. Gisela Ortrivano destaca o trecho de uma publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, intitulada “O Esso Conta a Guerra e Ensina o País a Ouvir Noticiários”, que narra o rigor das exigências feitas pela agência às emissoras que almejavam incluir em suas grades de programação o maior informativo nacional.

Uma hora antes e meia hora depois do “Repórter Esso” nenhuma emissora que o transmitia poderia divulgar qualquer noticiário. Esta era apenas uma das severas normas adotadas pela empresa e por sua agência de publicidade no relacionamento com as rádios [...] integrantes da rede do “Repórter Esso” (ORTRIWANO, 2002/2003, p.73).

Em 1944, o noticiário, a emissora carioca e o próprio jornalismo radiofônico ganharam um valioso aliado. O jovem locutor Heron Domingues chega à então capital da República para concorrer à vaga de apresentador exclusivo do “Repórter Esso”.

O Heron, que queria ser cantor de tango em Porto Alegre, foi um noticiarista altamente competente. E, sem nunca ter estudado jornalismo ou ter sido jornalista profissional, ele começa a organizar toda a produção jornalística, com exceção do “Repórter Esso”, que ele só fazia a locução e seguia as regras da UPI. E ele sistematiza também a interpretação do “Repórter Esso”. Ele tinha uma voz muito rica de tons. Ele podia subir o tom até uma emoção mais forte até baixar para um tom coloquial, mais de conversa. Alguém comparou a voz de Heron Domingues a uma moringa se enchendo de água: a água vai subindo e mudando o tom. E ele conseguia fazer isso. (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Os anos em que a PRE-8 passou à sombra dos periódicos a quem ela tanto devia, como os jornais A Noite e A Manhã, definitivamente ficaram para trás com a chegada do “Repórter Esso”. Em 1941, mesmo ano de estréia do programa, a emissora já contava com um número significativo de ouvintes e os próprios jornais destinavam páginas detalhando a programação da emissora.

No jornal *A Manhã* de 22/08/1941, por exemplo, encontra-se publicada a programação da *Rádio Nacional*, apresentada por ordem de horário de

transmissão. No meio da listagem de programas, surge com destaque o aviso de que a partir das 18h a emissora apresenta às *horas certas jornais falados com notícias de primeira mão*. A posição especial ocupada pela chamada para os noticiários, entre o restante da programação, revela o uso de uma estratégia especial para atrair a atenção do leitor para a existência dos noticiários e para o fato de que eles apresentavam novidade, que produziam notícias, que não mais se limitavam a reproduzir o que já fora publicado nos jornais diários. Os programas jornalísticos noturnos eram a grande sensação, pois traziam as notícias que somente seriam publicadas no dia seguinte (CALABRE, 2002, p.195).

Os conceitos de objetividade e imparcialidade, bandeiras levantadas pelo jornalismo norte-americano desde os seus primórdios também nortearam as práticas do “Repórter Esso” no Brasil. Com uma voz grave e modulada, qualidades que o caracterizaram, Heron Domingues procurava não esboçar emoções ao ler os boletins informativos.

[...] Com o noticioso, foi implantado o lide; a objetividade; a exatidão; o texto sucinto, direto, vibrante; a pontualidade; a noção do tempo exato de cada notícia; aparentando imparcialidade e contrapondo-se aos longos jornais falados da época. Porém, o formato inovador do noticiário não influiu somente na área profissional, mas, também, nas disputas políticas, ideológicas e culturais da época (KLÖCKNER, 2001 *apud* ORTRIWANO, 2002/2003, p.74).

A credibilidade perante os ouvintes foi um feito admirável que o “Repórter Esso” atingiu. O noticiário era sinônimo de informação e muitas pessoas só chegavam a acreditar na veracidade de determinado acontecimento se este fosse relatado pela voz de Heron Domingues. Tal crédito obtido junto à população justificava os dois slogans criados pelo publicitário Emil Farah, presidente da agência McCann Erickson, para o programa: “a testemunha ocular da História” e “o primeiro a dar as últimas”.

Inúmeros ouvintes, de todas as regiões do país, tinham no *Repórter Esso* sua principal, senão a única, fonte de informações sobre o que se passava nos outros lugares. [...] No Brasil da década de 1940, o *Repórter Esso* possuía o monopólio do fato sobre a formação das “cabeças” (CALABRE, 2002, p.214-215).

Uma edição do “Repórter Esso” de 1946 marcou a vida da ouvinte Maria Helena Santos Martin, que se recorda do dia em que ouviu Domingues relatando o desaparecimento de uma expedição do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, (órgão público equivalente à atual Fundação Nacional do Índio, a Funai), que havia partido do Rio de Janeiro para o Mato Grosso para tentar um contato com os índios Xavantes na região do Rio das Mortes, onde ficavam as aldeias. O então noivo de Maria Helena, João George Martin, fazia parte da

expedição liderada por Francisco Meirelles, inspetor do SPI que ficou conhecido justamente por ter conseguido estabelecer um contato amistoso com os Xavantes, que haviam dizimado os grupos anteriores.

Estávamos todos ouvindo o “Repórter Esso” e o locutor informou que a expedição que tinha ido ao Mato Grosso para visitar as aldeias dos Xavantes não entrava em contato havia dias e que era muito provável que tivessem sido dizimados pelos índios também. Ficamos desesperados. Fui com meu irmão até o Serviço de Proteção aos Índios para confirmar a informação. Naquela época, se o “Repórter Esso” dava uma notícia, era algo certo, ninguém duvidava, mas desta vez eles estavam errados, ainda bem (MARTIN, dpm. em 14 de novembro de 2007).

O desempenho de Domingues na locução do programa, onde ficou fixo por 17 anos, foi tão importante que, em 1948, ele conseguiu convencer a direção da Rádio Nacional a fundar a Seção de Jornais Falados e Reportagens, considerada a primeira redação montada exclusivamente para o radiojornalismo. Em 1951, a seção passa a se chamar Departamento de Jornais Falados, e, em 1954, Divisão de Radiojornalismo. Até hoje, a redação da emissora funciona na mesma sala do 21º andar do edifício A Noite, na Praça Mauá, departamento que leva o nome de seu fundador.

Durante a guerra, o Heron Domingues tem a noção de que um dos caminhos futuros do rádio vai ser a notícia. Aí ele propõe à direção de fazer um departamento totalmente independente da UPI, do “Repórter Esso” e tal. Então, ele organiza, cria as equipes, e isso funciona muito. Aí ele coloca outro jornal, que é o “A Noite Informa”, encerrando a programação. O “Repórter Esso” era às 22h55 e em seguida entrava o “A Noite Informa”, que era um boletim geral, fora daqueles padrões comprimidos dos cinco minutos, e com muito mais notícias locais e federais (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Antes do “Repórter Esso” ser seguido pelo boletim “A Noite Informa”, que fechava a programação do dia, a Nacional transmitia alguns boletins informativos produzidos pelo DIP e por uma seção da própria emissora que tinha o curioso nome de Departamento Político e Cultural. Os boletins intitulados “Notas do Departamento Político e Cultural da Rádio Nacional” iam ao ar na programação normal da emissora, de segunda a sexta-feira, às 23h, e tinham como colaboradores Roquette-Pinto, Raul Machado, Vieira de Melo, Gilberto Amado, Venâncio Filho, Andrade Muricy, Manuel Bandeira e Sílvio Fróes de Abreu.

Como a rádio vinha operando com uma estação de ondas curtas desde dezembro de 1942, Gilberto de Andrade (ainda na direção da emissora) havia criado este departamento, liderado pelo poeta Cassiano Ricardo, com a intenção de divulgar a música e o folclore

brasileiros, assim como também para fazer a propaganda dos principais produtos nacionais (café, borracha, algodão, madeira etc.), uma vez que a emissora já poderia ser sintonizada nos Estados Unidos e em países europeus e asiáticos.

O Departamento de Divulgação da emissora chegou a publicar durante determinada época uma revistinha que trazia toda a programação da emissora para determinada semana e perfis de músicos, produtores ou artistas do *cast* da emissora que se destacaram em suas funções. Além disso, o boletim registrava as cartas recebidas pela emissora de todos os lugares do mundo, enviadas por ouvintes que sintonizavam a Rádio Nacional dos lugares mais longínquos, como Portugal, Suécia, Canadá, Estados Unidos, e também de países vizinhos, como a Argentina (anexo III).

Na programação de ondas curtas de uma semana de junho de 1944 (anexo IV), os boletins internacionais com “música variada, boletim do DIP, e notas do Departamento Político e Cultural” eram os seguintes: “Programa para Portugal”, às 15h45, apresentado por Maria Eduarda; “Programa para a Grã-Bretanha e Irlanda”, às 16h30, apresentado por Cyril Corder; “Programa Hispano-Americano”, às 19h10, apresentado por José Vincent Payá; e, por último, às 23h, “Programa para os Estados Unidos e Canadá”, apresentado por Lee Dale.

Em outra revista, de fevereiro de 1945 (anexo V), a programação de ondas curtas havia mudado um pouco: às 9h, “Noticiário para o Uruguai”, apresentado pelo José Vincent Payá; às 16h, “Programa para Portugal”, apresentado por Lúcia Helena; às 16h30, “Programa para a Grã-Bretanha”, com o mesmo Cyril Corder; às 19h10, “Programa para a América Latina”, novamente com o comunicador Payá; e, às 23h, fechando a programação, “Programa para os Estados Unidos e Canadá”, com Montgomery Merryman.

Eles colocavam boletins em línguas estrangeiras – inglês, francês e espanhol – com locutores exclusivos, trabalhando para a rádio nessas línguas. E o departamento político cultural produz notícias sobre o Brasil, informações sobre os principais produtos etc. E isso é muito importante, porque as três emissoras de ondas curtas – PRL-7, PRL-8 e PRL-9 – transmitem já direcionadas para cada continente, pensando nos horários adequados ao público ouvinte daquela faixa. Eles recebem aqueles comunicados dos ouvintes que sintonizam a emissora e que querem saber mais sobre a programação, que ouviu tal música em tal hora. Essas correspondências têm muito nessas revistinhas da Rádio Nacional. Isso ajudou a projeção internacional da música brasileira e da própria Rádio Nacional, e do Brasil também (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Além de divulgar a cultura e a música brasileiras, as estações de ondas curtas tiveram outra função importante. Com a campanha dos pracinhas brasileiros na guerra, a Rádio Nacional lançou uma programação voltada para estabelecer a comunicação entre os soldados

e suas famílias no Brasil. Na mesma revista de junho de 1944, a programação diária das ondas curtas com essa finalidade (anexo IV) incluía os informativos: “Boletim do Exército”, que ia ao ar às 17h15, com um noticiário fornecido pelo Ministério da Guerra; “Marcha da Guerra”; e “O Que Vai Pelo Mundo”. Em outra revista, de fevereiro de 1945 (anexo V), outros dois programas reforçavam a programação para os pracinhas: “Programa para a FEB”, às 11h, com informações produzidas pelo DIP para a Força Expedicionária Brasileira, e, às 15h30, “Programa da LBA”, com leitura de mensagens aos Expedicionários.

Na guerra, isso foi muito importante quando os pracinhas estavam lá, em 1943, 1944. A Rádio Nacional colocou dois programas com essa intenção, para as famílias conversarem com eles, para os ouvintes falarem mesmo, e para eles transmitirem músicas e composições de coisas que os soldados faziam lá. [...] Esse período da Rádio Nacional é muito importante porque eles descobrem essas coisas, aproveitam essas coisas, percebem que o rádio é o único veículo capaz de funcionar naquele sentido, de chegar aos pracinhas em Pistóia, na Itália, usando a tecnologia para isso. E daqui, as famílias mandando mensagens para eles (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

No livro comemorativo dos 20 anos da emissora, o capítulo intitulado “O inquieto mundo das notícias” dava conta das primeiras aventuras do radiojornalismo da Nacional, que já contava com uma produção bastante diversificada de material informativo. Organizado por Heron Domingues, o texto segue contando como era a rotina da produção das notícias, bem como os detalhes da organização da redação.

A Rádio Nacional foi a primeira emissora do Brasil a organizar uma redação própria para noticiários, com a rotina de um grande jornal (impresso) diário. De um simples núcleo de dois ou três encarregados, armados de tesoura e cola, para preparar o jornal-falado com notícias do vespertino “A Noite”, a Rádio Nacional construiu uma Divisão de Rádio-Jornalismo, com mais de uma dezena de redatores, secretários-de-redação, rádio-repórteres, informantes e outros auxiliares, além de uma Seção de Divulgação e uma Seção de Esportes completa, e um boletim de notícias em idioma estrangeiro, que cobre todo o continente. Com esta organização, a Rádio Nacional passa a ter voz atuante nos acontecimentos nacionais e internacionais, sendo citada, no país e no exterior, como fonte de notícias (DOMINGUES, 1956, p.48).

O texto do livro, idealizado pelo próprio Heron Domingues com a ajuda de outros funcionários, dava conta da instituição de outra técnica herdada por quase a totalidade de veículos noticiosos nas mídias existentes: o lide. Incorporada aos manuais de jornalismo brasileiro na década de 1950, a prática da pirâmide invertida, onde o redator começa sua notícia pela informação julgada mais relevante, foi desenvolvida pelos norte-americanos e já

se mostrava influente também no jornalismo feito para o rádio. No texto escrito por Heron Domingues em homenagem à emissora que o consagrou, a prática do lide é descrita também como um recurso de medição do tempo em que a notícia ficaria no ar. A seguir, um exemplo que o texto traz de uma mesma notícia fictícia dada por um jornal impresso e por um noticiário veiculado pela Nacional (no texto original, a notícia contém 14 linhas, e não nove, como resultou a transcrição feita aqui).

NOTÍCIA DE UM JORNAL COMUM

... Procedeu-se, em seguida, à posse da nova diretoria. Ao levantar-se o General Fulano de Tal, a assistência prorrompeu em aplausos longos e vibrantes, seguindo-se-lhe o seu companheiro de chapa, General Sicrano, que mereceu, igualmente, de todos, justos aplausos. Empossada a diretoria, usou da palavra o novo presidente do Club, que assim se manifestou em seu discurso: “AINDA ESTÁ BEM CLARO EM NOSSA MENTE A HARMONIA COM QUE O EXÉRCITO, A MARINHA E A AERONÁUTICA SE SACRIFICARAM NOS CAMPOS DA ITÁLIA OU NAS PRAIAS, NOS MARES OU NOS CÉUS DO BRASIL. A NOSSA UNIÃO É INDISSOLÚVEL, TANTO NA DEFESA DA SOBERANIA, QUANTO NA DEFESA DAS INSTITUIÇÕES. É BOM REALÇAR QUE NÃO HÁ PROGRESSO MATERIAL QUE COMPENSE A PERDA DE QUALQUER UMA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS TÃO BEM CONSUBSTANCIADAS EM NOSSA CARTA MAGNA DA QUAL SOMOS DEFENSORES NATOS”, etc, etc...

NA RÁDIO NACIONAL

1O General Fulano de Tal disse hoje que “a união das Forças
2Armadas Brasileiras é indissolúvel” e que os seus companheiros são
3“defensores natos” da Constituição. Esta declaração foi feita, à tarde,
4entre aplausos, ao momento em que era dada a posse à nova Diretoria
5do Club X. Acrescentou que “não há progresso material que
6compense a perda de qualquer uma das liberdades democráticas”.
7Recordou, também, a ação conjunta das Forças Armadas, na última
8guerra, para dizer que as mesmas estarão sempre unidas na defesa da
9soberania nacional e das instituições etc., etc.

HPB/1937 266-HM

As iniciais HPB significam o nome do redator; os algarismos a seguir, o horário; os outros, a data; e as últimas letras, a fonte de notícia.

Assim, a notícia acima tem as seguintes indicações:

REDATOR: Héctor Pinto Barbosa

HORÁRIO: 19 horas e 37 minutos

DATA: 26 de junho

INFORMANTE: Hugolino de Mendonça.

O Secretário de Redação saberá que a notícia acima tem a duração de leitura de pouco mais de 1 minuto, pois 15 linhas equivalem a 1 minuto (DOMINGUES, 1956, p.50).

Outras emissoras também começavam a veicular seus próprios noticiários. Em 1942, a Rádio Tupi de São Paulo lança o “Grande Jornal Falado Tupi”, criado por Coripeu de Azevedo Marques e Armando Bertoni, com uma hora de duração. Quatro anos depois, a

mesma estação lança o “Matutino Tupi”, com as principais informações da manhã, noticiário que foi um marco no radiojornalismo paulista, irradiado ininterruptamente durante 31 anos.

Tanto os produtores dos jornais da Rádio Tupi como os da Rádio Nacional fazem questão de ressaltar o empenho das emissoras em possuírem equipes próprias de jornalismo, de apurarem as notícias a serem transmitidas e de dominarem uma linguagem própria a ser aplicada no jornalismo radiofônico (CALABRE, 2002, p.197).

No entanto, nenhum outro programa jornalístico teve a penetração e a credibilidade alcançadas pelo “Repórter Esso”. Segundo Luiz Carlos Saroldi, muito do sucesso do programa se deve ao caráter visionário de seu principal apresentador, Heron Domingues.

O que eu acho mais importante no Heron Domingues é que, entre tantos locutores bons da época, competentes e profissionais, ele consegue se destacar principalmente por essa capacidade de se dedicar à notícia, à informação. E não só na interpretação, onde talvez ele tenha sido o melhor de todos, mas também na visão jornalística dos fatos, do que fazer e tal. Tanto que ele montou a cama lá para poder anunciar o fim da guerra e, quando foi em casa tomar banho, perdeu a notícia e tiveram que usar uma gravação que ele tinha deixado pronta, mas que não dizia nada, porque não informava como tinha sido o término da guerra (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

O profissionalismo e a dedicação de Domingues para o radiojornalismo foram de extrema importância para a consolidação da reportagem radiofônica no Brasil. O zelo com que o locutor tratava a informação é lembrado até hoje pelos colegas de trabalho que acompanharam a trajetória dele pela Nacional. O radioator e comunicador com 54 anos de serviços prestados à emissora, Gerdal dos Santos, oferece, em depoimento ao autor Luiz Gustavo Ferreira e Silva, uma história que evidencia a filosofia de trabalho que Domingues procurou instaurar na rádio.

Heron Domingues era uma pessoa muito culta. Eu me lembro de um detalhe: quando tinha um nome estrangeiro para ser lido ou um anúncio estrangeiro para falar no microfone, o Heron ligava para a embaixada do país para saber como se pronunciava a palavra. Essa credibilidade do “Repórter Esso” não era à toa, porque era tudo bem feito, bem estudado. Esse é um fato que me chamou atenção na época, porque um profissional que tem esse cuidado merece nosso respeito, nossa admiração (DOS SANTOS, dpm. gravado em 1º de junho de 2006).

A autora Sonia Virgínia Moreira lembra o texto inédito de Heron Domingues, de 1949, intitulado “Técnica e Execução do Radiojornalismo” em que o locutor resume como

foram esses primeiros anos da consolidação do gênero e da linguagem do radiojornalismo brasileiro e como era a rotina na primeira redação dedicada ao jornalismo falado.

[...] em 1950, a Rádio Nacional, através de seu setor de radiojornalístico, acompanhou os grandes órgãos da imprensa, em pé de igualdade, na cobertura do período pré e pós-eleitoral. Foi quando definitivamente se consolidou o conceito de reportagem radiofônica [...]

A imprensa é análise, o rádio é síntese. A imprensa dirige-se aos que sabem ler; o rádio fala, também, aos que são analfabetos. As frases radiofônicas são curtas, contêm apenas o sujeito, o verbo e o objeto direto ou indireto. Em casos especialíssimos recorremos ao luxo dos adjetivos ou ao desperdício dos pleonasmos de efeito. A vibração da palavra no tímpano de cada ouvido é fugaz; e o entendimento deve ser instantâneo para que o cérebro possa acompanhar o curso da notícia. Não há retrocesso possível (DOMINGUES, 1949 *apud* MOREIRA, 1991, p.28-29).

Enquanto isso, a “Hora do Brasil”, noticiário oficial do governo que era produzido desde 1934 pela Agência Nacional, começa a sofrer com a sofisticação e a diversificação do radiojornalismo das emissoras comerciais.

Quando o marechal Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República em dezembro de 1945, a primeira providência que toma é redigir uma nova Constituição. Pronta no ano seguinte, ela instituía algumas alterações no programa “Hora do Brasil”. Pressionado por alguns radiodifusores para acabar com o noticiário, Dutra resistiu e o manteve no ar, porém sob o nome “Voz do Brasil” e com dez minutos cedidos à veiculação das notícias do Congresso Nacional.

A maior conquista destas modificações, porém, foi a autonomia que a Agência Nacional conquistou: de mero departamento do Departamento Nacional de Informação, o DNI (órgão criado em 1945, e subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para substituir o já desgastado DIP, quando Vargas empreendia as últimas tentativas de se manter no poder), ela passou a funcionar como um órgão de comunicação social. No entanto, sem o aparato montado pelo DIP, o noticiário oficial começou a entrar em decadência na segunda metade da década de 1940, pois passou a ter que competir em pé de igualdade com os grandes jornais da rádio Tupi e o com o próprio “Repórter Esso”.

A Voz do Brasil ignorou completamente as inovações introduzidas no estilo de se fazer radiojornalismo. Insistiu na leitura monótona de textos densos, muitas vezes ininteligíveis ao ouvinte comum, realizada por um único locutor em tom linear e precedida do trecho de abertura da ópera *O Guarani* (PEROSA, 1995, *apud* MOREIRA, 1998, p.42).

Depois de 1945, o setor de radiodifusão foi relegado a segundo plano pelos governos que sucederam. A ausência de uma política para o setor fez com que o rádio fosse tomado de assalto por políticos que fizeram dos estúdios verdadeiros palanques. Um exemplo disso foi o governador paulista, Adhemar de Barros, que, por meio da influência na popular Rádio América, conseguiu derrubar o então ministro da Fazenda, Correia e Castro, que havia pedido publicamente uma intervenção popular no estado de São Paulo.

No final daquele ano, inclusive, a Rádio Nacional quase foi à liquidação. Depois da deposição de Vargas, o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência do país com a incumbência de realizar as eleições em dezembro. Ao tomar posse, ele colocou em prática um estranho projeto: a venda do acervo do jornal A Noite e a entrega da Nacional para o Ministério da Educação. Os editais para a concorrência pública da compra dos bens da empresa chegaram a sair, para a surpresa dos funcionários da emissora.

A venda da PRE-8 acabou não acontecendo, já que o general Eurico Dutra acabou sendo eleito e garantiu aos funcionários da Nacional o cancelamento do projeto. O superintendente nomeado por ele para as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (da qual a emissora fazia parte há mais de 15 anos) foi o coronel Leony Mesquita, que não alterou o quadro de funcionários, mas também não autorizou admissão alguma (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.155).

Durante o governo Dutra, mais uma medida apaziguaria a vida dos funcionários da emissora: o Decreto-Lei no 9.610, de 19 de agosto de 1946, autorizava o Ministério da Fazenda a colocar à disposição do quadro de funcionários da Nacional a locação dos bens móveis e imóveis da emissora, que poderiam ser comprados em um prazo de 15 anos. No decreto, todos seriam acionistas e teriam o valor das ações amortizadas ao longo dos anos.

Com a volta de Getúlio Vargas, em 1951, desta vez eleito democraticamente pelo povo, o sistema oficial de radiodifusão (do qual a Nacional fazia parte há mais de uma década), renovou as esperanças de ser beneficiado com uma nova leva de investimentos. Vargas nomeou Victor Costa para o cobiçado posto da direção da Nacional, onde, até então, ele respondia apenas pelo setor de radioteatro.

Na administração de Victor Costa, não foi só o radioteatro que recebeu atenção especial: os programas de auditório se sofisticaram, deixando o espaço do auditório do 22º andar do edifício da Praça Mauá para ir ao encontro dos ouvintes, como foi o caso do inovador “A Felicidade Bate à sua Porta”, apresentado por Heber de Bôscoli. O sucesso do gênero fez com que alguns programas passassem a cobrar ingressos para as apresentações. Inicialmente muito populares entre as classes mais baixas da sociedade carioca, os programas

de auditório que adotaram essa medida tinham, segundo a autora Miriam Goldfeder (1980, *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.121), o objetivo de elitizar a platéia: “De início gratuito, o ingresso ao programa de auditório passou a ser pago e mais tarde usou-se este artifício (aumento do preço do ingresso) para uma seleção social dos freqüentadores do auditório”.

Na seção de jornais falados, a equipe de jornalistas da Rádio Nacional era formada por Leony Mesquita (ex-diretor, que foi mantido por Vargas), Jacyra Gomes (que também respondia pelo nome artístico Arlete Rangel, e foi a primeira repórter feminina, que se casou com Heron Domingues depois de começar a trabalhar na emissora), José Grossi, Nestor de Holanda, entre outros. Eles foram responsáveis pela expansão e diversificação da notícia na programação da Rádio Nacional (anexo I, faixas 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 16).

Em 1950, a Rádio Nacional mantinha importantes noticiários pela manhã e à noite, que eram subdivididos em seções. Pela manhã a emissora apresentava o *A Manhã Informa*, um “matutino falado feito em combinação com *A Manhã*”. O jornal radiofônico *A Manhã Informa* tinha início com um resumo dos principais fatos internacionais, o grupo trabalhava com a agência de notícias *United Press*, a seguir vinham as seções: “O que vai pelo Brasil”, “Síntese Parlamentar”, “Instantâneos Políticos”, “Notícias do Rio”, “Boletim Comercial”, “A Manhã Esportiva”, “Futebol Amadorista”, “O que Vai Pelas Escolas de Samba”. O jornal radiofônico seguia uma lógica similar ao dos jornais impressos apresentando primeiro as notícias internacionais, depois as nacionais, incluindo política, a seguir o Rio de Janeiro e por último os setores específicos: economia, esporte e cultura. No final da tarde, às 17h, era apresentado o *A Noite Informa*. Tanto o noticiário da manhã quanto o da noite tinham como principais ouvintes a população do interior e parte da classe trabalhadora, os dois noticiários eram transmitidos em ondas curtas para todo país. Como a maioria das emissoras, a Rádio Nacional tinha um jornal noturno, irradiado às 23h, com a síntese dos acontecimentos diários e com alguns dos assuntos que viriam a ser notícias dos matutinos do dia seguinte (CALABRE, 2002, p.196-197).

Heron Domingues, na liderança desse movimento de consolidação do gênero na emissora, tinha a noção do compromisso que a Nacional tinha com a política, especialmente com o governo de Vargas, principal estimulador dos avanços do veículo e da própria emissora que ele escolheu como sua porta-voz. No entanto, cabe ressaltar que a emissora nunca foi utilizada indiscriminadamente como palanque do presidente da maneira como seu principal opositor, Carlos Lacerda, usava os veículos em que exercia sua influência, como o jornal *Tribuna da Imprensa* e a rádio *Mayrink Veiga* (anexo I, faixas 14 e 30).

Na Nacional, além do quadro “Notas do Congresso”, irradiado desde 1946 como uma das seções dentro do informativo “A Noite Informa”, a PRE-8 ampliou a cobertura política nos anos que se seguiram. Em 1956, no texto que elaborou para o livro comemorativo dos 20

anos da Nacional, o locutor e diretor da seção de radiojornalismo da emissora comentava como era o esquema da cobertura política naqueles anos.

Uma importante parte de tarefas da Redação e da Seção de Reportagens está inteiramente dedicada ao setor político.

Assim, os diversos Secretários estão entrosados com um repórter de plenário na Câmara dos Deputados, um repórter que realiza as coberturas dos trabalhos das comissões, um informante no Senado Federal, um repórter na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, e dois permanentemente encarregados de coordenar todo o noticiário político para o programa “Antena Política”.

Além disso, a Rádio Nacional mantém no Palácio do Catete dois representantes jornalísticos e um operador e completo equipamento de reportagem, para transmitir diretamente da sede do Governo da República a qualquer momento e todos os dias, um boletim intitulado “Aconteceu no Catete” (DOMINGUES, 1956, p.53).

O comunicador Gerdal dos Santos (dpm. gravado em 1º de novembro de 2007), que estreou na Nacional em 1953, lembra de alguns desses programas: “O ‘Cartas na Mesa’ era apresentado pelo grande advogado Geber Moreira, que entrevistava grandes políticos, os grandes homens daqui. O programa ficou no ar até a década de 1960.”

A partir da década de 1950, além do “Aconteceu no Catete”, irradiado do estúdio montado dentro do Palácio do Catete, e do “Cartas na Mesa”, que ia ao ar de segunda a sexta-feira, às 22h30, surgem os informativos: “É verdade ou é mentira?” e “A Reportagem do Dia” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.79-80).

Isso é depois da volta do Getúlio. O Victor Costa é levado por Getúlio ao cargo de diretor da rádio e não só do setor de radioteatro como ele era até então [...] Esses informativos correspondem à época do Heron Domingues na Seção de Jornais Falados, desde 1948. Ele começa a levar gente, levou a Jacyra Gomes, levou o José Grossi, que estava na emissora Continental, que é uma referência importante. O dono do jornal O Mundo pegou essa rádio para fazer só reportagens externas e futebol. Eles rodavam a cidade de carro, tinha o Carlos Pallut como chefe de reportagem e Gagliano Neto era o diretor-geral e vários repórteres, inclusive o José Grossi. Aí o Heron Domingues o leva para a Rádio Nacional, porque era um competidor. O Grossi era um rapaz inteligente, que tinha uma experiência variada e que começa a fazer essas reportagens. O “Aconteceu no Catete” era uma cobertura do que aconteceu com o Getúlio no Palácio do Catete a partir de 1952. E tinha também outros programas que ele inventou, como o “É verdade ou é mentira?”. Ele colocava um assunto: “a Petrobras descobriu uma reserva... É verdade ou é mentira?”, e ouvia alguém que esclarecia. Eram todos programas curtos. “Cartas na Mesa” já era um programa maior, que ia ao ar às 22h30 de segunda a sexta, era uma espécie de debate. “A Reportagem do Dia” era um fato destacado do dia: ele pegava um assunto e o cara ia à rua, entrevistava alguém e trazia. Ele multiplicou as possibilidades do jornalismo dentro da programação e pegava mais o horário nobre do rádio, que era o horário favorito das pessoas. Ele dinamizou, com esses programas, o trabalho do departamento dos jornais falados (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Em 1952, portanto, os noticiários da Nacional já eram baseados no material jornalístico apurado e produzido pela equipe de repórteres ou em comentários, da Agência Nacional ou extraídos dos jornais A Noite e A Manhã (anexo I, faixa 15). Isso permitiu a criação, em 1953, da Rede Nacional de Notícias, que retransmitia, em ondas curtas, os jornais falados para inúmeras emissoras do interior do país, já que estas não dispunham de recursos para manter uma redação. No mesmo livro comemorativo dos 20 anos da PRE-8, Domingues dava conta da criação deste sistema de retransmissão.

RÊDE NACIONAL DE NOTÍCIAS:

Dentro do seu objetivo de dignificar o rádio-jornalismo, como uma das ocupações mais importantes da rádio-difusão, a Rádio Nacional, com a colaboração de dezenas de Emissoras do interior e centenas de Serviços de Alto-Falantes, inaugurou a Rêde Nacional de Notícias, que é a mais extensa cadeia de “broadcasting” permanente para transmitir programas noticiosos não oficiais. Os 17 boletins de notícias diários da Rádio Nacional são retransmitidos, alternadamente, pelas seguintes valorosas co-irmãs em 13 Estados e 1 Território da Federação (DOMINGUES, 1956, p.52).

Os planos dos dirigentes da rádio, no entanto, tomariam um curso diferente a partir de 1954. As intensas disputas políticas com o jornalista Carlos Lacerda, dono do impresso Tribuna da Imprensa, culminariam no famoso episódio do atentado da Rua Toneleros, que vitimou o major Rubens Vaz, responsável pela segurança pessoal de Lacerda e, posteriormente, na morte do presidente Vargas.

Depois do suicídio de Getúlio Vargas (anexos I, faixas 10, 11 e 29), fato que foi noticiado pelo “Repórter Esso” e, por conta das estreitas ligações do diretor da emissora, Victor Costa, e a família Vargas, o bilhete deixado pelo presidente foi lido diversas vezes na programação daquele dia, ficou claro para muitos que trabalhavam na emissora, que as coisas seriam diferentes dali em diante: nenhum outro presidente haveria de se empenhar tanto em colocar a radiodifusão entre suas prioridades (anexo I, faixas 12 e 13).

Ao receber de Victor Costa o cargo de diretor geral da emissora, o radialista Heron Domingues (cuja voz estava naturalmente associada à emissora, devido aos anos como principal locutor do “Repórter Esso”) assegurou que ali se encerrava “uma era do rádio brasileiro”. O radialista sem dúvida se referia à morte de Getúlio Vargas e à ausência, dali em diante, de um dirigente que como nenhum outro havia usado o rádio para fazer política. Assim como Roosevelt nos Estados Unidos, Vargas pode ser considerado o “presidente do rádio” no Brasil. Heron Domingues sabia que nas décadas seguintes o rádio teria que se adaptar à concorrência de um novo meio – a televisão (MOREIRA, 1998, p.46).

Além do papel secundário que o rádio teria que se contentar depois da chegada da televisão, a própria Rádio Nacional enfrentaria anos de progressivas quedas em sua audiência e a evasão de talentos que surgiram na casa. Os governos que se seguiram, principalmente a gestão de Juscelino Kubitschek, que transferiu a capital para Brasília, trabalharam com uma redução cada vez mais significativa dos investimentos na emissora, que depois se viu em outro embate: o duelo com as frequências em FM.

4. O rádio depois de Getúlio e seu declínio no regime militar

A morte de Getúlio Vargas e a aparição da televisão no Brasil foram suficientes para que muitos decretassem o fim do rádio no Brasil. Na Nacional, um fio de esperança ainda corria com as perspectivas de uma estação televisiva para incrementar a trajetória da principal emissora do país. As demais estações, no entanto, começaram a se especializar e a diversificar a gama de ouvintes para sobreviver. O radiojornalismo e os programas de serviços foram os gêneros que mais proliferavam, pois tinham na agilidade e na instantaneidade do rádio suas principais ferramentas.

Os avanços nas tecnologias de captação e transmissão de áudio foram grandes aliados para o jornalismo feito nas rádios, deslocando os repórteres para as ruas e ampliando as possibilidades de coberturas jornalísticas.

Porém, a proliferação das estações em FM fez com, novamente, o rádio em AM precisasse se renovar. A preferência das estações em FM pela programação musical em um primeiro momento garantiu às AMs uma sobrevivência, mas não tardou para que o seu fim fosse anunciado com o loteamento de suas frequências. Enquanto isso, a Nacional assiste a todas essas mudanças no mesmo golpe em que é incorporada ao sistema Radiobrás, criado no governo militar dentro da política de segurança nacional que norteou os 20 anos de regime de exceção.

4.1 “A tevê começa onde o rádio termina”⁴

Entre 1956 e 1961, com Juscelino Kubitschek na presidência, o Brasil viveu o período desenvolvimentista de sua história, já que o lema repetido à exaustão pelos dirigentes em seu governo era que o Brasil iria evoluir 50 anos em apenas cinco. Para a realização de seus planos, JK lançou o Plano de Metas, com grandes investimentos em quatro frentes: energia, transportes, alimentação e indústria de base. Além do desenvolvimento econômico, um projeto ambicioso ocupou grande parte de seu governo: a construção de Brasília para ser a nova capital do país (MOREIRA, 1998, p.49).

Dentro deste contexto de modernização, uma nova tecnologia de radiodifusão passou a chamar a atenção do poder público: a televisão. Inaugurada no Brasil no dia 18 de setembro

⁴ Frase dita pelo radialista Hélio Tys em depoimento reproduzido por Mário Ferraz Sampaio (1984 *apud* MOREIRA, 1991, p.35).

de 1950, a televisão foi a grande algoz do rádio na segunda metade do século XX, assinalando o fim da época dourada do veículo que marcou a virada para os anos 1900.

Porém, apesar do fascínio da telinha, o sistema oficial de rádio ainda tinha sua validade, já que JK usava o programa “Voz do Brasil” para divulgar o seu plano de metas. Em 1957, já acertada a mudança da capital para Brasília, o diretor da Agência Nacional (órgão que produzia o noticiário), Francisco Barbosa de Souza alertou o presidente para a urgência de investimentos na parte técnica a fim de garantir a manutenção das transmissões da “Voz do Brasil” quando a capital fosse transferida do Rio de Janeiro (MOREIRA, 1998, p.49).

“A ‘Voz do Brasil’ acompanhou todos os passos da construção da nova capital e, no dia 21 de abril de 1960, transmitiu ao vivo para todo o País a solenidade de inauguração da cidade projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo arquiteto urbanista Lúcio Costa.” (Id., *ibid.*, p.51).

Não demorou muito, entretanto, para a TV passar para o lugar de destaque dentre os meios de comunicação, levando do rádio seus profissionais, seus quadros e, principalmente, sua verba publicitária. Apesar da telinha dever tanto ao microfone, já que ela se inspirou nos principais gêneros consagrados pelo rádio, como os programas de auditórios, as novelas, os teatros etc., o rádio definitivamente não gozava mais do prestígio que alcançara alguns anos antes.

Segundo os autores Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.177), “antes de 1951-52 o rádio absorvia 24% do total das verbas publicitárias. Depois da inauguração dos primeiros canais de TV, agências e anunciantes diretos passaram a destinar às estações de rádio apenas 12% dos patrocínios, investimento reduzido cada vez mais nos anos seguintes”.

Na Rádio Nacional, a chegada da televisão não foi sentida de maneira diferente, embora a promessa de uma estação de TV para a Nacional servisse para acalmar os ânimos dos funcionários. Moacyr Arêas, o então diretor-geral da Nacional, assinou o texto final do livro organizado por Heron Domingues em comemoração aos 20 anos da emissora, e nele, além de comentar o brilhante desempenho da Nacional nas duas décadas, fazia planos para a instalação da emissora de TV.

Como “broadcasting”, a sua curva no ascendente perde-se no infinito. E a sua missão está literalmente cumprida. Os novos passos, neste terreno, serão a rotina do progresso e da adaptação às novas condições com que, fatalmente, se defrontará o rádio em nosso país, diante do advento da televisão.

Então, meus amigos, o assunto que marca este salto para o futuro é a televisão.

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em memorável despacho de 18 de julho de 1956, acertou definitivamente o rumo da Nacional - TV.

Muito cedo, nos próximos meses, os receptores de televisão da Capital da República e adjacências estarão assinando a existência do canal 4, onde se estampará a imagem da nossa TV.

Providências imediatas da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, fizeram com que, desde logo, se estalasse a comissão que está movimentando os primeiros assuntos referentes às propostas de concorrência pública, etc.

E um núcleo inicial — a Divisão de Televisão — que mais tarde formará a estrutura da Nacional - TV, dá, neste momento, os primeiros passos. [...]

Com estas notícias, creio encerrar este livro com um fecho de ouro, pois elas levarão alegria e entusiasmo a este generoso público que sempre apoiou a Rádio Nacional. Com o fantástico progresso da ciência eletrônica, é de se acreditar que muito brevemente maiores camadas da população deste país, pelo interior a fora, gozarão dos benefícios da TV. Nesse instante não longínquo do futuro, então, a Rádio Nacional, através da sua televisão, procurará estar presente como sempre ao lado e a serviço do povo brasileiro (ARÊAS, 1956, p.136).

Entretanto, muitos funcionários da emissora já faziam um prognóstico negativo para o destino incerto que o rádio teria depois da década de 1950, e viam com desconfiança esse novo meio de comunicação. Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.145) resgatam um episódio curioso narrado pelo comunicador Renato Murce que dava conta das primeiras tentativas de transmissão televisiva no Brasil, uma delas ocorrida nos próprios estúdios da Nacional em 1950, antes da inauguração da primeira emissora de TV, a Difusora de São Paulo, dos Diários Associados.

[...] estávamos nos preparando (domingo à noite) para a transmissão dos nossos programas. Vimos o auditório e o respectivo palco serem invadidos por uma porção de máquinas, cabos, refletores etc. Pensamos, primeiro, que fosse uma filmagem da Atlântida, mas não. Uma empresa francesa, cujo nome ignoro, tentava vender uma estação transmissora de TV à Rádio Nacional. Aquele dia, o Victor Costa marcara para o devido teste. [...] A tal empresa, providenciara tudo: instalara dois aparelhos na cidade: um na antiga casa A Exposição, na avenida Rio Branco esquina de São José; outro, numa ótica que ficava em frente. [...] O primeiro programa a ser televisionado foi o *Nada além de Dois Minutos*, do Paulo Roberto. Seguiu-se *Papel Carbono*. Mas a coisa não “colou”!

Os que foram assistir não viram quase nada, as imagens muito brancas, tudo muito confuso. Assim, a Rádio Nacional não fez o negócio. Já parecia até uma profecia: jamais teríamos esse moderníssimo meio de comunicação (MURCE, 1976 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.145).

Depois desses primeiros ensaios, surgia a Difusora de São Paulo e depois a TV Tupi, no Rio, ambas propriedades de Assis Chateaubriand. A capital paulista largava na frente ao ganhar mais três emissoras, enquanto no Rio a segunda só veio em 1955, a TV Rio Canal 13. Chatô, como ficou conhecido o dono dos Associados, aumentava o seu poderio com a expansão da rede de canais de televisão, que compreendia 18 emissoras no país, completando seu verdadeiro império de 43 jornais impressos, 36 emissoras de rádio, uma agência de

notícias, a revista O Cruzeiro, dez revistas infantis e uma editora, além de laboratórios farmacêuticos e investimentos agropecuários. Entretanto, ele se via ameaçado com a possibilidade da Nacional repetir, no meio televisivo, o sucesso que alcançou no rádio (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.145).

Mário Lago, um dos maiores atores do radioteatro da Nacional, e posteriormente da televisão brasileira, conta como Chatô conseguiu virar o jogo contra a PRE-8.

Numa dessas tantas viagens Assis Chateaubriand sentou no banco ao lado de Juscelino, e levou a viagem inteira procurando demovê-lo da loucura de dar um canal à Nacional. [...] Entre os sorrisos de clichê o presidente lhe fez ver que já tinha empenhado a palavra, não podia recuar agora, e o velho guerreiro não teve papas na língua: “Se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda minha rede de rádio, imprensa e televisão contra seu governo.” (LAGO, 1977 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.146).

Um dos primeiros funcionários do quadro da Nacional a demonstrar seu deslumbramento com a televisão foi Heron Domingues, que logo percebeu que o rádio estava mudando e perdendo espaço para a telinha. O autor Luiz Carlos Saroldi conta como se deu a entrada de Domingues para a nova mídia, que lhe obrigou a se empenhar em adquirir uma aparência mais “televisiva” do que a usual (anexo VI).

[...] ele percebe que o rádio vai perder a áurea para a televisão, que vai vir e mudar muito a profissão dele. A questão de salário, por exemplo, que vai ter uma baixa, que não vão poder pagar aumentos. [...] Ele tem a visão, a percepção histórica de que as coisas estão mudando, que a rádio já não tem a mesma audiência de antes e que os programas que estão no ar ainda estão com aquele ar antigo e que a televisão está entrando, está chegando. [...] O Heron percebe isso e começa a se interessar pela TV, mas acontece que ele era gordo, tinha um bigode, uma figura nada televisiva. Ele arranja um estágio nos Estados Unidos, quando ele acompanha o presidente Dutra em uma viagem, onde ele deve ter observado as transmissões e começa a estudar realmente a televisão, e a mudar a fisionomia: perde peso, tira o bigode... Eu o encontrei uma vez na TV Rio e na hora percebi que quem estava fazendo a locução *off* era o Heron Domingues. Ele foi para a TV Rio só para conhecer por dentro, pra pegar prática, ele não aparecia no vídeo, só fazia as perguntas, os comentários e as passagens do programa, mais nada... Depois ele começou a fazer uma linha muito americana, do jornalista que é também o apresentador, o âncora... [...] e abre caminho para o “Jornal de Vanguarda” e para outros telejornais, como o “Jornal Nacional”. E ele era tão profissional, que teve um enfarte e voltou a trabalhar. Eu o vi no dia em que ele voltou e eu notei que, como todo cara que volta de um enfarte, tava com medo e a voz não tava igual, tava mais fraca, sem tanta ênfase. Mas, alguns dias depois, ele já estava quente e aconteceu o negócio do Nixon, o Watergate, e ele fez questão de acompanhar até o desenlace e adiou as férias. Quando transmitiu o desenlace, a queda do Nixon, ele saiu, jantou com o Boni e outras pessoas, e morreu. Ele era profissional até para morrer. (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Em 1956, o diretor interino do Departamento de Radiojornalismo da PRE-8, Leony Mesquita, foi designado para a montagem da TV e da Rádio Nacional de Brasília. A rádio ficou pronta em apenas quatro meses e a TV entrou no ar em abril de 1960, no dia em que Brasília foi nomeada capital da República. O canal 4 do Rio nunca chegou a levar o nome da Nacional, pois acabou ficando para outro conhecido empresário das comunicações, Roberto Marinho (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.148).

O controverso episódio em que a TV Globo foi lançada, em 1965, ficou conhecido como o “caso Time-Life”. Depois da assinatura de um contrato com a Time-Life Inc., grande empresa norte-americana que detinha poderosos veículos de comunicação em todo o mundo, Roberto Marinho se encorajou a entrar no ramo televisivo. No entanto, a participação de grupos estrangeiros em serviços de radiodifusão brasileiros era vedada por lei. Quando tomou ciência dos acordos de Marinho, Assis Chateaubriand, alegando querer proteger a mídia brasileira da influência estrangeira, empreendeu uma batalha ferrenha para proteger seu império das ameaças que outra grande rede de comunicação começava a apresentar. Certamente, aquela conversa que tivera com o JK, na qual procurou persuadi-lo a não entregar o canal 4 à Nacional, deve ter lhe causado algum remorso.

Em pouco tempo ficou-se sabendo que de fato a TV Globo mantinha não um, mas dois contratos com o grupo Time-Life, em um dos quais os norte-americanos tinham participação de 49%. Nos meses seguintes, a imprensa brasileira não falaria de outra coisa.

Quando decidiu desembarcar naquela briga, Chateaubriand avisou que vinha de peixeira na mão, “para um combate de vida ou morte”. Em nenhum outro momento de sua prolífica carreira de articulista ele dedicou tantos artigos a um único tema: ao todo foram cinquenta textos exclusivamente sobre o “caso Time-Life” – sem contar outros tantos, nos quais tratando de outro assunto, ele abria um parágrafo ou um parêntese para atacar Roberto Marinho. [...] na Câmara dos Deputados, a CPI fora instalada, e à medida que avançava, um número passou a se adotar oficialmente pela imprensa como sendo a cifra total que o grupo Time-Life tinha repassado a Roberto Marinho, em parcelas, nos três anos anteriores: 5 milhões de dólares – o equivalente, em 1994, a pouco mais de 20 milhões de dólares (MORAIS, 1994, p.667).

Na Nacional, a decepção dos planos frustrados em relação à inauguração do canal televisivo era palpável. O comunicador Gerdal dos Santos lembra o sentimento geral entre os funcionários da Nacional, especialmente o de Heron Domingues, sobre o episódio da perda da emissora.

Eu conversava com muito entusiasmo com o Heron, porque fomos frustrados, já que tivemos, por três vezes, a TV Nacional para sair. No governo Juscelino Kubitschek, o canal 4 foi pra Globo. E o material todo comprado lá no porto... E me lembro do Heron conversando comigo dizendo como ia ser a

televisão Nacional. [...] Quando ele começou a perceber a televisão, ele e a Jacyrá foram fazer o jornalismo na TV, primeiramente na TV Rio e depois na Tupi. (DOS SANTOS, dpm. gravado em 1º de novembro de 2007).

A progressiva migração da publicidade do rádio para a televisão foi se refletindo na programação que passou a ser veiculada pelas estações. Essa nova realidade acabou dando maior fôlego aos programas noticiosos, já que sua estrutura de produção era relativamente mais barata do que a dos grandes programas produções que dominavam as grades.

No início, foi reduzido à fase do vitrolão: muita música e poucos programas produzidos. Como o faturamento era menor, as emissoras passaram a investir menos, tanto em produção quanto em equipamento e pessoal técnico e artístico. O rádio aprendeu a trocar os astros e estrelas por discos e fitas gravadas, as novelas pelas notícias e as brincadeiras de auditório pelos serviços de utilidade pública. Foi se encaminhando no sentido de atender às necessidades regionais, principalmente ao nível da informação (ORTRIWANO, 1985, p.21).

Novos rumos foram tomados pelo rádio para que sua penetração na sociedade não se extinguisse com a chegada da TV. Muitas emissoras passam a se especializar em um segmento diferente. O produtor José Mauro foi o responsável pela renovação da Tamoio, dos Diários Associados, em 1955, quando a emissora ganhou o slogan “música, exclusivamente música”, com uma programação focada no acervo de sua discoteca, o que lhe rendeu um expressivo índice de audiência. A rádio Jornal do Brasil adota o jornalismo radiofônico nos moldes do “Repórter Esso”, com um locutor exclusivo para as quatro edições do noticiário “Jornal do Brasil Informa”, e se consolida com o slogan “música e informação”. Nessa época, a emissora adota uma política de valorização de sua equipe e expande o Departamento de Jornalismo, sob a direção de Clóvis Paiva. Em 1959, ela passa a transmitir boletins informativos de meia em meia hora e lança o Serviço de Utilidade Pública, que divulgava inicialmente notas de “achados & perdidos”, e depois expande a cobertura dos serviços (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.150).

A paulista Panamericana, que já vinha se consolidando como a “emissora dos esportes” desde 1947, se tornou a líder de audiência com a introdução de uma série de inovações na transmissão esportiva, e depois da novidade introduzida pela JB de divulgação de notas de serviço, instalou um serviço de meteorologia. A rádio Bandeirantes, também de São Paulo, passou a intensificar a veiculação de programas noticiosos a partir de 1954. De acordo com o autor Walter Sampaio (1971, *apud* ORTRIWANO, 1985, p.22), a emissora “fez-se pioneira no sistema intensivo de noticiário... em que as notícias com um minuto de duração entravam a cada quinze minutos e, nas horas cheias, em boletins de três minutos”.

É no final da década de 1950, no entanto, que uma nova experiência, dentro da estrutura já sedimentada do radiojornalismo, inaugura uma nova era do gênero. A Rádio Continental, do Rio de Janeiro, lançada em 1948 sob o patrocínio de uma empresa fabricante de automóveis, torna-se a primeira emissora brasileira especializada em reportagens externas, conceito criado por Carlos Pallut.

Operadores e rádio-repórteres saíam juntos para as tarefas, e a primeira providência era a instalação de microfones nos locais onde se realizariam as solenidades. Os telefones tinham de ser *matados* (expressão que significa bloquear os aparelhos de telefone, cujas linhas são utilizadas nas transmissões diretas). Como naquele tempo os aparelhos de gravação eram muito pesados, precisavam ser levados por vários funcionários. Muito trabalho tinha de ser gravado. Carlos Pallut levantava os assuntos, realizava as gravações e posteriormente eles eram levados ao ar, no *Jornal de Reportagem* (FELICE, 1981 *apud* MOREIRA, 1991, p.30).

As reportagens volantes de Pallut (anexo I, faixa 08) consolidam também no radiojornalismo um tipo de imprensa focalizada na cobertura local, já que, até por conta das limitações tecnológicas, as equipes da Continental não podiam se distanciar muito (anexo VII).

Comandos era o nome dado as entradas dos repórteres ao longo da programação diária. Os repórteres da Continental faziam plantão nos tribunais, hospitais, ministérios, repartições públicas, portos e aeroportos, transmitindo notícias apuradas ao longo da programação. Caso ocorresse algum acontecimento extraordinário a Continental deslocava sua equipe de repórteres para o local (CALABRE, 2002, p.201).

Também foi nessa época, quando o rádio procurava o seu espaço no cotidiano dos brasileiros que surgiram programas dedicados à cobertura policial, que até hoje costuma ser tema dos principais noticiários, ou até dos veículos, que se dedicam exclusivamente aos assuntos da cidade. Na programação atual da Rádio Nacional, inclusive, os noticiários locais costumam ter suas matérias principais voltadas para a cobertura policial. O gênero surgiu em 1949, na Rádio Guanabara com o serviço de Rádio-Patrolha, que era um destacamento especial da polícia carioca.

Ari Virzeu (chefe do departamento de notícias e reportagens da Rádio Guanabara) propôs um plano ao comandante da nova corporação: a Rádio Guanabara daria integral apoio às atividades do serviço de Rádio-Patrolha e, em troca, receberia a permissão para acompanhar e irradiar as ocorrências diárias. O interesse foi grande e logo no ano seguinte, o noticiário passou a contar com três edições diárias. O jornalismo policial se tornou um gênero de grande sucesso no rádio. Diversos programas ficaram famosos como o *Patrolha da Cidade* da Rádio Tupi e até algumas versões radioteatralizadas

como *A Cidade contra o Crime*, da Rádio Globo (CALABRE, 2002, p.207-208).

A evolução na parte técnica no setor de radiofonia foi fundamental para que as emissoras de rádio pudessem promover essa diversificação de seus conteúdos e manter um mínimo de audiência frente à concorrência desleal da televisão, que muitos julgavam ser um veículo infinitamente melhor, já que era o “rádio com imagens”. Dentre as inovações tecnológicas que foram responsáveis pelo renascimento do rádio e fortalecimento do radiojornalismo, destacam-se o gravador magnético, o transistor, a frequência modulada (FM) e as unidades móveis de transmissão.

O gravador magnético permitiu a edição dos trechos escolhidos, além de permitir a reprodução imediata do material gravado. Isso fez com que menos programas fossem apresentados ao vivo, melhorando a qualidade das reportagens e da programação geral. Essa inovação teve o seu uso potencializado pelo jornalismo quando os aparelhos de gravação magnética foram transistorizados, ou seja, o aparelho receptor não precisava mais ficar ligado na tomada de eletricidade e seu tamanho foi reduzido, tecnologias que auxiliaram nas reportagens externas. A recepção do sinal radiofônico também ganhava mais mobilidade, já que os automóveis, por exemplo, passam a dispor de receptores (CAMARGO, 1980 *apud* ORTRIWANO, 2002/2003, p.76).

Essas invenções tecnológicas permitiram que o rádio fosse utilizado a partir da característica que mais o singulariza em relação aos demais meios de comunicação (à exceção da Internet, logicamente): a agilidade. Os repórteres dessa mídia encontraram nas novas tecnologias aliados que os permitiram se anteciper aos jornais impressos na divulgação das notícias (anexo VIII).

Das produções caras, com multidões de contratados, o rádio parte agora para uma comunicação ágil, noticiosa e de serviços. Aliado a outros avanços tecnológicos, o transistor deu ao rádio sua principal arma de faturamento: é possível ouvir rádio a qualquer hora e em qualquer lugar, não precisando mais ligá-lo às tomadas. Já no final do decênio, em 1959, o rádio brasileiro está em condições de acelerar sua corrida para um radiojornalismo mais atuante, ao vivo, permitindo que reportagens fossem transmitidas diretamente da rua e entrevistas realizadas fora dos estúdios. [...] As emissoras de maior porte passam a utilizar cada vez mais acentuadamente as unidades móveis, agilizando a transmissão da informação (ORTRIWANO, 1995, p.22).

Assim, no final dos anos 1950, os noticiários da Continental, com as reportagens externas de Pallut, começam a ser os principais concorrentes do “Repórter Esso”, que continuava a privilegiar o noticiário internacional (que ocupava cerca de 80% da edição) em

detrimento das notícias mais locais, o destaque na Continental. A Rádio Nacional seguia perdendo o bonde da História, bem como a audiência, da qual havia sido líder absoluta durante duas décadas. Sonia Virgínia Moreira (1991, p.30) conta que, em entrevista à TVE do Rio de Janeiro, Ari Virzeu, já como um dos diretores da Continental, disse que “os ouvintes sintonizavam no ‘Repórter Esso’ para saber o que estava acontecendo no mundo, mudando em seguida para a Continental a fim de ouvir os principais fatos ocorridos no Rio de Janeiro e no Brasil.”

Nenhuma dessas inovações incorporadas pelas concorrentes, no entanto, chegou de fato a ser o motivo principal para que a audiência da Nacional despencasse na medida em que se registrou nos anos 1950. A emissora, entretanto, ainda continuava na liderança do Ibope, porque, segundo Paulo Tapajós (1982, *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.150-151), “o disco que uma tocava a outra também tocava, enquanto a Nacional oferecia maior variedade com sua música, seu *cast*”.

No mesmo depoimento, Tapajós afirmava que a descontinuidade administrativa foi o maior problema da emissora, cuja orientação mudava ao sabor das diferentes administrações pela qual passou.

A popularidade dos dois canais de televisão cariocas provocou o barateamento dos aparelhos televisores e a evasão definitiva da publicidade do rádio: “Essas coisas todas somadas e mais o êxodo comercial... A Sidney Ross, por exemplo, que tinha na Rádio Nacional quase toda a sua verba de propaganda, começou a se interessar pela televisão. E ia tirar de onde? Da Rádio Nacional.” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.151).

O declínio do rádio no país só se deu de fato depois de 1964, quando os militares que assumiram o governo elegeram a televisão como a mídia de maior prestígio.

A partir de 1964, os militares tornam a televisão o veículo principal, hegemônico no país, porque tem a imagem, que até o analfabeto vê aquilo. [...] Eles chegam à conclusão de que a televisão é o veículo ideal para mostrar o trabalho que eles vão fazer, do Brasil grande. Aí podem mostrar Furnas, podem mostrar obras, como a Ponte Rio-Niterói, paradas militares, inaugurações que enchiam os olhos (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Nessa época, o uso do rádio por políticos já era prática disseminada em todos os estados brasileiros. No Rio Grande do Norte, por exemplo, Aluizio Alves se elegeu deputado em 1958 ao lançar a programação “Uma amigo em cada rua”, no qual ia às diversas ruas de Natal para ouvir os problemas dos moradores de cada uma delas e prometer soluções. Em 1960, se elegeu governador do estado e comprou a Rádio Cabugi. Cinco anos depois, sua

influência política conseguiu fazer com que seu irmão, Agnelo Alves, fosse eleito prefeito de Natal (MOREIRA, 1998, p.51).

Porém, foi em 1961 que o uso político do rádio teve sua prova cabal, opondo os governadores Carlos Lacerda (do estado da Guanabara, nome que o Rio de Janeiro ganhou em março de 1960 depois que deixou de ser o Distrito Federal) e Leonel Brizola (do Rio Grande do Sul). Depois da surpreendente renúncia do presidente Jânio Quadros após sete meses de governo, Lacerda empenhou-se em impedir a posse do vice-presidente João Goulart, o Jango, que estava na China em missão oficial. Brizola logo tratou de promover uma campanha pelo cumprimento da Constituição, para garantir que Jango assumisse a presidência: para isso, colocou no ar, a partir da Rádio Guaíba, do grupo Caldas Júnior, a Rede Radiofônica da Legalidade. A emissora transmitia em ondas médias e, portanto, os discursos de Brizola podiam ser sintonizados em todo o país. Logo depois, juntaram-se à rede as emissoras Gaúcha e Farroupilha (Id., *ibid.*, p.56-57).

Durante quase duas semanas, uma equipe de jornalistas, radialistas e políticos, revezaram-se em funções variadas nos estúdios improvisados da Rádio da Legalidade, instalada nos porões do Palácio Piratini (sede do governo gaúcho). Era dali que saíam as informações sobre o movimento de resistência que se espalhava por todos os estados. Mensagens de mobilização eram irradiadas para todo o País (e até para o exterior) pelas ondas da Rede da Legalidade. Voluntários se apresentavam para fazer versões de todo o material informativo, divulgado regularmente nos boletins em francês, inglês espanhol e alemão (Id., *ibid.*, p.57).

A rede incomodou de tal forma os militares que se opunham a Jango que o Palácio Piratini quase foi alvo de um atentado, que foi frustrado por oficiais da Aeronáutica. Brizola saiu fortalecido com a popularidade da Rede da Legalidade, pois João Goulart assumiu a presidência, dando seqüência a um período de bastante instabilidade política e descontentamento por parte de setores conservadores e militares (Id., *ibid.*, p.59-60).

Questões amplamente discutidas durante o governo de Jango, como a reforma agrária e a remessa de lucros de empresas estrangeiras radicadas no Brasil, chegavam aos microfones das emissoras e ganhavam a atenção dos ouvintes. O rádio ressurgiu como importante protagonista nesses embates, já que a televisão, embora já existisse no país há 10 anos e já fosse a mídia de maior prestígio, não tinha como competir com a mobilidade do rádio, que, segundo Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.162-163), vinha “reforçado pela agilidade dos gravadores e equipamentos transistorizados e por novos formatos radiofônicos, com ênfase no jornalismo e na prestação de serviços.”

O clima de instabilidade atingia a Nacional. Em 1963, a disputa pela direção da emissora foi acirrada, colocando em lados opostos o radioator Helmício Froés e o apresentador de programa de auditório César de Alencar, em um episódio que evidenciava a radicalização política vivida até mesmo dentro da emissora, “como se essa fosse um microcosmo das tensões, expectativas e paixões que sacudiam a sociedade brasileira”, observam os autores Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.165).

4.2 O golpe de 1964 e a criação da Radiobrás

Ainda em 1963, o desgaste do governo de João Goulart era evidente. O presidente era acusado pela esquerda de estar comprometido com o imperialismo e com o latifúndio e, pela direita, era taxado de subversivo. Já nesta época, ele enfrentava três fortes opositores: Carlos Lacerda (governador da Guanabara), Adhemar de Barros (governador de São Paulo) e Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais).

Em março de 1964, Jango ordenou a prisão de um grupo de fuzileiros que haviam se reunido em um encontro proibido, mas que logo foram soltos por ordens do ministro da Marinha, em uma clara mensagem de desrespeito à hierarquia e à autoridade da presidência. Estava em andamento o golpe que se concretizou entre os dias 31 de março e 1º de abril daquele ano (MOREIRA, 1998, p.65).

No dia 1º de abril, destacamentos do Grupo de Fuzileiros Navais ocuparam o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa e O Globo. Logo depois, as rádios Mayrink Veiga e a Nacional saíram do ar. A sede da UNE foi incendiada e a redação do jornal Última Hora invadida, já que seu dono, o jornalista Samuel Wainer, era amigo de Vargas e defensor do governo de Jango. Sonia Virgínia Moreira (Ibid., p.66) registra que esse “era o início de 21 anos de regime ditatorial comandado por militares. Durante essa fase, a capacidade de comunicação do rádio tornou-se assunto de importância capital.”

A rádio que mais sofreu foi a Mayrink Veiga, que foi lacrada em 1965, depois de um decreto assinado pelo marechal Humberto Castello Branco, que havia sido nomeado presidente da República no ano anterior. Roberto Marinho foi um dos maiores defensores do fechamento da emissora, já que tinha interesse em ocupar a frequência deixada pela Mayrink, pois a posição em que sua estação vinha funcionando no *dial* era “emprestada” do Chile, que a requisitava de volta. Assim, ainda em 1965, na frequência 1220 AM começou a funcionar a Rádio Eldorado, uma das emissoras do Sistema Globo. Na década de 1970, ela passa a atender por Rádio Globo (MOREIRA, 1998, p.70-71).

César Alencar, apresentador do “Programa César de Alencar” e frustrado diretor da emissora (perdera a disputa pelo cargo para Helmício Froés, indicado por Jango em 1963), se juntou aos dez que empreenderam a invasão dos estúdios da Nacional. Embora nos depoimentos que concedeu a Luiz Carlos Saroldi negue a participação nas movimentações políticas pré-golpe, sua atuação foi confirmada pelos outros funcionários, como o também locutor Hamilton Frazão, que afirmou que o clima na rádio durante os dias que antecederam o golpe indicava uma clara cisão.

A Rádio estava dividida. Havia os que tinham medo de contrariar os que estavam com o mando da emissora e perder os empregos, e havia os que se opunham, como eu, o César, o Saint-Clair Lopes. Só que o Saint-Clair era oposição apenas nos corredores, e não às claras. Havia, portanto, o grupo dominante, esquerdista, que queria fulminar os que discordavam das suas idéias e métodos, e os que se opunham ostensivamente, como no meu caso. Foi nessa ocasião que convenci o César a me ajudar na luta. Era um trunfo importante, porque ele era o nome mais destacado e popular da emissora, e que também não concordava com a situação reinante, autêntica baderna. Disse ao César que era fundamental contar com o seu imenso prestígio a fim de impedir que aquela gente destruísse a Rádio, transformada em veículo de uma revolução pré-Moscou (FRAZÃO *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.169).

E assim, o grupo liderado por Frazão venceu a disputa e, naquele mesmo dia, chegava aos estúdios da emissora o coronel Alberto Cardoso, que, segundo Frazão, ocupou a mesa que era de Helmício Froés e sobre ela colocou uma pistola calibre 45. No dia seguinte, o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) enviava à emissora uma lista com 200 nomes de funcionários supostamente envolvidos em atividades subversivas. Mais de 60 funcionários da emissora foram levados pelos militares. Todos foram indiciados, ouvidos e julgados. Dentre eles, 36 foram demitidos pelo Ato Institucional nº 1, afastados de suas funções sem receber os salários. Eles só foram ser anistiados em 1979, durante o último governo militar. Dentre eles, estavam os radioatores Gerdal dos Santos e Mário Lago. Para a direção da emissora, foi indicado o Mário Neiva Filho.

A censura que marcou a imprensa durante as duas décadas do regime militar foi um golpe muito duro para a radiofonia brasileira. O autor Luiz Carlos Saroldi oferece uma explicação para o fato de que os mecanismos censores foram sentidos com maior intensidade pelo rádio do que pela imprensa escrita.

[...] A censura imposta aos jornais e às rádios matou o veículo rádio, porque o rádio sofreu até mais que o jornal. O jornal ainda tinha a condição de, quando era proibido dar a matéria, podia botar uma poesia, uma flor, e o leitor logo sabia o que tinha acontecido. A rádio, não. Ela recebia um censor que dizia:

‘não pode isso, não pode aquilo’ e começava a cortar. E, com isso, o rádio, que se baseia na palavra e na instantaneidade, começou a ficar prejudicado. E começa a perder não só ouvintes, mas perdeu também anunciantes, como já tinha perdido quando a televisão começou, porque o fascínio de mostrar o produto era muito grande para o anunciante, que antes só falava do produto ou cantava o produto com *jingles*. E, com isso, o rádio *broadcasting*, o rádio ao vivo, o rádio de elenco grande tem que mudar, porque não há condições de manter tanta gente, nem mesmo só com o jornalismo. (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

O período mais difícil da Rádio Nacional atingia o seu clímax. Para quem presenciou os anos de glória da emissora mais popular de toda a História da radiofonia brasileira, a PRE-8 encontrava-se descaracterizada e não representava mais nem a sombra do que um dia havia sido. À frente de dois programas de sucesso na emissora (“Alma do Sertão” e “Papel Carbone”), Renato Murce descreveu os dias de penúria.

Até cerca de 1961 ou 1962, ela ainda se manteve, mais ou menos, capengando, caindo aqui, levantando ali. Mas depois, com o advento de Jânio Quadros, João Goulart, revolução de 1964, depois de uma movimentação política tão confusa (apesar de nosso esforço quase que heróico para mantê-la), a “degringolada” foi quase total. De vez em quando, a gente chegava na rádio e encontrava um movimento desusado de pinturas de salas, mudança de móveis e escrivaninhas, daqui pra lá e de lá pra cá. Não era preciso perguntar: era diretor-geral novo que chegava para ocupar o lugar do outro inepto que saía (MURCE, 1976 *apud* SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.178).

O comunicador Gerdal dos Santos (que ainda apresenta o programa “Rádio Memória”, na programação de sábado da Nacional) recorda como se deu o afastamento imposto a ele e a seus colegas na emissora, bem como lembra a volta, que se deu mais de 15 anos depois.

Sofri também a época da revolução. Fui demitido no Ato Institucional, juntamente com aqueles artistas e cantores, Jorge Goulart, Dias Gomes. Fomos 36 demitidos em 1964. A Lei da Anistia veio em 1979, no governo do João Figueiredo. Como havíamos sido demitidos com o Ato Institucional, voltamos um ano depois, em 1980 (DOS SANTOS, dpm. gravado em 1º de novembro de 2007).

A instabilidade na direção da emissora, de fato, foi outra característica marcante que ela passou a ostentar depois de 1964. Durante os quase 40 anos que se seguiram desde o golpe, incontáveis diretores e superintendentes passaram pela PRE-8, cuja programação variou ao sabor das determinações e filosofias de trabalho desses dirigentes, sempre indicados pelos governos militares. E os noticiários da emissora não escapavam a essa lógica de inconstância no trabalho. O que se pôde observar nas pesquisas dos arquivos sonoros e bibliográficos da emissora é que não havia uma perenidade nos noticiosos veiculados a partir

da década de 1960. A maioria dos programas não durava mais do que alguns anos, salvo algumas exceções.

Uma dessas exceções é o “Alô Daisy”, programa de debates apresentado desde 1971 pela radioatriz e comunicadora Daisy Lucidi (que faz parte do quadro da emissora desde 1957), e que hoje ostenta o título de ser o mais antigo da grade de programação atual da Nacional (anexo I, faixas 21 e 23).

O “Daisy” tem 36 anos de atividade. Era o jornalismo mais jornalismo que a Rádio Nacional tinha, porque era um programa diário e atendia a todas as camadas, porque fazia um serviço social, de atendimento ao público, de reclamações, falava com as comunidades, com o povo. Um serviço social mesmo. E tinha música, tinha debates, tinha tudo, então eu acho que era o programa mais completo. Tinha um quadro chamado “Cidade Atenção”, que era na abertura do programa, uma espécie de editorial, em que eu pegava um fato que estava acontecendo aqui na cidade do Rio de Janeiro, uma violência, enfim, era bem factual. Sempre tinha repórteres entrando no programa. Depois, faltou repórter, faltou carro, faltou tudo. Mais tarde, às vezes, entravam aqui do estúdio mesmo. A rádio perdeu o seu potencial de fazer jornalismo, mas a gente quebra um galho, né? [...] No início, ele era diário, duas horas de programa, mas depois de 2005 ele passou a ser só aos sábados (LUCIDI, dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

Na primeira metade da década de 1960, a agência de propaganda Standard, detentora da conta da Esso no Brasil, resolve tirar da Nacional o “Repórter Esso” para colocá-lo na grade de programação de um das emissoras do Sistema Globo de Rádio (mais tarde, chamada de Rádio Globo), que já registrava maior audiência. O programa passa a ser apresentado pelo ex-locutor da rádio JB, Roberto Figueiredo, que protagonizou a famosa despedida emocionada na última edição do jornal, em 1968. Neste episódio, a voz do locutor ia ficando embargada à medida que o locutor lia as manchetes que marcaram o noticiário durante os seus 27 anos de existência, contrariando a regra número do “Repórter Esso” que dizia que o locutor não deveria demonstrar emoções ao ler as notícias (anexo I, faixa 17). Depois dos anos na Rádio Globo, o programa foi incorporado pela TV Tupi, de Chateaubriand e passou a ser apresentado por Gontijo Teodoro, antes de Heron Domingues juntar-se a ele na bancada.

Para substituí-lo, foi criado na Nacional, como lembra o atual editor da redação da emissora, Douglas Corrêa, o “Repórter Nacional” (anexo I, faixa 18), que mimetizava o estilo consagrado por Heron Domingues.

Quando o “Repórter Esso” saiu daqui da rádio e foi pra Rádio Globo, e depois pra TV Tupi, começou aqui na Nacional um noticiário chamado “Repórter Nacional”, que era basicamente igual: o prefixo era muito parecido com o do “Repórter Esso” e entrava nos mesmos horários, 8h, 12h55, 18h30 e 22h55, só que era apresentado pelo comunicador Ewerton Correa. Nas

horas cheias, depois das 8h, logicamente, também entrava um boletim informativo que se chamava “Na hora certa, notícia exata”. Isso foi quando o diretor de jornalismo da rádio era o José de Anchieta Távola, que entrou em 1973. Ele era um ótimo jornalista, vinha da revista O Cruzeiro. Assim como muita gente boa trabalhava aqui: tinha uns debates com o Gilson Amado, com o Wilson Figueiredo, que foi editor do Jornal do Brasil... E, à meia-noite, tinha um jornal grande, de uma hora de duração, que era ótimo. Tinha muita pesquisa, entrava matérias de emissoras estrangeiras, como a Deutsch Welle, a RAI, italiana, “A Voz da América”, programa que vinha dos Estados Unidos... E quem apresentava esse jornal eram os locutores Reinaldo Costa e Laiza Willington. Esses programas informativos ficaram até a criação da Radiobrás, em 1976 (CORRÊA, dpm. em 19 de novembro de 2007).

Em 1967, o presidente Humberto Castello Branco assinou um decreto determinando que a Agência Nacional passasse a ser subordinada diretamente ao Gabinete da Presidência Civil, além de incluir em seus serviços três setores de radiodifusão: redação, estúdio e televisão. Sonia Virgínia Moreira (1998, p.77) diz que “a partir daí, a Agência Nacional passou a assumir cada vez mais o papel de órgão distribuidor das informações e, principalmente, da propaganda governamental”.

No início da década de 1970, os militares observam a necessidade de prestarem mais atenção ao rádio, um veículo subestimado em relação ao fascínio exercido pela televisão, mas que poderia ameaçar os projetos políticos que eles tinham para o país. O episódio da Rede da Legalidade em 1961, liderado por Leonel Brizola, ainda ecoava na memória dos governantes militares como um exemplo da capacidade de mobilização que o rádio ainda possuía, especialmente nos municípios do interior do país.

[...] esses militares começam a querer manter a rádio com uma aparência de democracia, então mantêm reportagem, mantêm jornalismo, dentro desse padrão de chapa-branca, realmente, e não demoram a inventar a Radiobrás, porque eles verificam que no resto do Brasil, e aqui no Rio, havia várias emissoras que pertencem ao governo sob formas diferentes: no Ministério do Trabalho, tem a Rádio Mauá, a rádio do trabalhador, tem a Ipanema, que tinha sido tomada pelo Getúlio porque servia à informação dos alemães e tal. E começam a perceber que tinham juntado um monte de rádios pelo país inteiro dentro da Radiobrás. Então, tinham rádios lá em Deus-me-livre, na Amazônia, em Sergipe, e por aí fora. Eram rádios das prefeituras, dos governos estaduais. E, depois do exemplo do Brizola, com a Rede da Legalidade, eles chegaram à conclusão que não podiam confiar no rádio. Então, invocaram aquela Lei de Segurança Nacional, que era uma coisa antiga, que tinha começado até no governo não-democrático, ditatorial, do Estado Novo, do Getúlio, e botaram a lei pra cima de todo mundo que saía do padrão permitido por eles. Mas, para não dar a impressão de que estavam podando o rádio, eles resolvem fazer uma campanha de alfabetização usando o rádio, com os projetos Mobral e Minerva, usando rádios dos estados para produzir coisas culturais, como a Rádio MEC, que teve que ser adaptada e aprontar todo o programa, que tinha 45 minutos nos dias de semana e uma hora nos finais de semana. E os concessionários não piaram quanto a isso (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Assim como foi feito com as telecomunicações, na conformação da Embratel, os militares decidiram submeter as estações de rádio e as emissoras de televisão que eram geridas por órgãos oficiais, a uma mesma empresa. Surge, então, a Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás, vinculada diretamente ao Ministério das Comunicações. O parágrafo 1º, artigo 1º da lei que criava este novo órgão deixava clara sua missão.

As emissoras da Radiobrás deverão operar dentro de elevados padrões técnicos e propiciar a cobertura necessária para atender sobretudo as regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial, e as localidades julgadas estrategicamente importantes para a integração nacional (Lei nº 6.301, 1975 *apud* MOREIRA, 1998, p.80).

Foram comprados transmissores potentes, de grande alcance. Como cabeças de rede, ficaram designadas a Rádio Nacional de Brasília AM, com 300 mil watts de potência, a Rádio Nacional da Amazônia, e a Rádio Nacional do Brasil, essas duas últimas em ondas curtas, com transmissores de 250 mil watts. Outro decreto assinado pelo presidente Ernesto Geisel em 1976 autorizava a transferência para o patrimônio da nova empresa de todos os bens móveis e imóveis da Nacional do Rio. O primeiro presidente da Radiobrás foi o coronel Pedro Paulo Wandek de Leone Ramos e, na Nacional do Rio, ocupou a superintendência o também coronel Elmano Jacome (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.179-180).

Quando criaram a Radiobrás, eles pegaram a Rádio Nacional AM do Rio e passaram a frequência que a gente ocupava, que era a 980, no meio do *dial*, que tinha uma recepção de melhor qualidade, para a Rádio Nacional AM de Brasília, já que a cabeça de rede passou a ser lá. Foi aí que a gente ficou no AM 1130, frequência em que estamos até hoje. Eles unificaram todas as rádios sob a administração do Ministério das Comunicações, porque a Nacional era do Ministério da Fazenda e a Mauá, que era a rádio dos trabalhadores, era do Ministério do Trabalho. Então, todas elas ficaram sob a administração de um ministério só. Aí, ganhamos uma frequência em FM, a Rádio Nacional FM, que foi um grande sucesso, porque só tocava música brasileira (CORRÊA, dpm. em 19 de novembro de 2007).

Em seu início, a Radiobrás englobava 38 emissoras de rádio e uma de TV, espalhadas pelo Rio (Nacional, Mauá e Ipanema), Brasília, Fernando de Noronha e Região Amazônica. Entre 1978 e 1981, a empresa teve cinco presidentes: Idalécio Nogueira Diógenes, J. Silvestre, Victor de Oliveira Pinheiro, Marcel Hasslocher e o general Lourival Massa da Costa (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.180).

4.3 A explosão das emissoras FM

Em 1975, durante o governo Geisel, o Ministério das Comunicações percebe que já existiam no Brasil 101 estações de rádio operando na frequência modulada (FM), dentre as quais 37 não tinham concessão para as transmissões. Assim, como meio de regularizar as estações e redefinir uma política de estímulo a essa nova “onda”, o ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, definiu o Plano Básico de Canais FM, cuja meta era instalar, até o final da década de 1940, 1040 frequências moduladas no país.

O incentivo às emissoras FM no Brasil foi tacitamente planejado pelos militares porque esse tipo de rádio – de baixa potência e alcance geográfico reduzido – se encaixava na política de “segurança nacional” explicitada pelo general Golbery. As FMs eram mais fáceis de controlar e, portanto, menos “perniciosas” no entender do governo. Além disso, a expansão da frequência modulada resultou no fortalecimento da indústria nacional de equipamentos eletrônicos de radiodifusão, que no começo dos anos 70 estava à beira de um colapso (MOREIRA, 1998, p.79).

O autor Luiz Carlos Saroldi oferece uma explicação interessante sobre o modelo que serviu de inspiração para que os militares apostassem todas as suas fichas nessa nova frequência que começava a encantar os brasileiros.

Eles vão buscar na Alemanha, depois da guerra, em 1945, um modelo. O Hitler tinha usado muito o rádio em ondas médias, porque ele tinha interesse em que a palavra dele, os discursos, as reivindicações que ele tinha sobre a Polônia, sobre a Iugoslávia, sobre os países vizinhos, chegassem lá. Ele não podia entrar no país, então as ondas do rádio, médias e curtas, chegavam. Ele usou muito o rádio com o Goebbels, ministro da propaganda, organizando isso, com essa finalidade exclusivamente, matando até as peças radiofônicas, que era uma tradição do rádio alemão desde 1920, até porque elas foram consideradas subversivas e perigosas. E os Aliados chegaram à conclusão que, no caso da Alemanha, que tinha sido dividida em quatro pedaços depois da guerra – Estados Unidos, Inglaterra, França e Rússia – a rádio de um não podia entrar no canto do outro. Eles resolveram estabelecer a rádio em FM, porque ela só vai até 100 quilômetros, cada transmissor. Então, eles incentivam isso, e apresentam como a “faixa da alegria”, a faixa ideal para notícias positivas, para falar alegremente e para músicas alegres. [...] Os militares aqui ficam sabendo dessa história e começam a usar a FM, que até então era usada como um meio complementar entre o estúdio e o transmissor. Caso houvesse algum problema de transmissão, o operador do transmissor pegava o FM, fazia um barulhinho e o operador do estúdio ouvia a mensagem dele dizendo que a rádio ia ter que sair do ar por alguns instantes. Isso era usado internamente, os ouvintes não tinham acesso. Então, na década de 1970, os militares começam a distribuir frequência e concessões em FM para os interessados, geralmente os amigos deles, e a faixa AM começa a ficar desvalorizada. Antes, tinha uma emissora que só tinha música para sonorizar ambientes, como lojas de departamentos, elevadores. Depois começam a ter concessão de rádios que podiam ser faladas, com locutores etc. Aí, começam

a impor o fato de que a faixa AM é para o rádio falado e o FM é para o rádio musical (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

A primeira estação brasileira a operar exclusivamente em FM foi a Rádio Difusora de São Paulo (ORTRIWANO, 2005, p.23), que seguiu a tendência das demais emissoras que surgiam em grande quantidade nos anos 1970 de transmitir uma programação essencialmente musical. Depois dessa época, todas as emissoras do país iniciaram um processo que ainda costuma regulamentar o setor: a especialização e a segmentação dos públicos. Surgem estações esportivas, femininas, educativas, religiosas etc.

Todas as estações, por mais diversos que sejam seus públicos, carregam como característica marcante a programação nitidamente popular e uma intimidade desenvolvida com seus ouvintes, que marcam a participação nos programas através de ligações, cartas, telegramas etc.

A verdade é que, no Brasil, tanto o rádio AM como o FM exercem grande influência sobre o ouvinte, apesar da diversidade de estilo, finalidade e linguagem hoje presente nas duas faixas. No caso do rádio AM, por exemplo, o público brasileiro acostumou-se a conviver com a figura do apresentador – dono do programa que geralmente leva o seu nome – e que chega a assumir até mesmo o papel de *protetor* dos ouvintes mais necessitados. Incluem-se nesse caso os comunicadores que detêm horários diários em emissoras que primam pelo caráter nitidamente popular das suas programações (MOREIRA, 1991, p.40).

A Nacional também ganhou uma emissora em FM. Segundo os funcionários da época, ela fez um grande sucesso por se concentrar na música brasileira. O atual editor do departamento de jornalismo da emissora, Douglas Corrêa, diz que, apesar de sua programação ser basicamente musical, havia noticiários de sucesso.

Na Nacional FM tinha dois jornais grandes, que iam ao ar às 8h e às 18h, que era o “FM Fatos”. Nessa época, os repórteres começaram a ir pra rua pra fazer reportagem. Nos carros, tinham os rádios Motorola, de onde eles passavam as informações e, se fosse um grande acontecimento na cidade, o operador de áudio ia junto e eles gravavam da rua mesmo, usando o telefone fixo de algum lugar. O operador fazia uma adaptação no fio do telefone pra poder mandar a matéria da rua. Nessa época, os repórteres não faziam a locução das matérias. Quem lia o jornal era o locutor, que fazia uma chamada, aí colocava a gravação do entrevistado, do personagem, enfim, e depois lia um pé. Só mais tarde é que os repórteres começaram a gravar as matérias (CORRÊA, dpm. em 19 de novembro de 2007).

5. “Pelo direito à informação”⁵

A incorporação da Rádio Nacional ao sistema Radiobrás decretou o fim da emissora carioca nos moldes como ela ficou conhecida nos anos 40 e 50. Apesar de ter sido encampada por um regime de exceção em 1940, o governo do Estado Novo foi muito mais generoso com a emissora do que a ditadura que se iniciou em 1964. Se a filosofia de um regime funcionou para que ela se tornasse a mais popular e, acima de tudo, a mais democrática de sua época, o mesmo não pode ser dito em relação aos vinte anos em que os militares se revezavam na presidência do Brasil. As radionovelas, os programas de auditórios e um sem-número de atrações que faziam da Nacional a líder de audiência não cabiam mais nos planos políticos do governo federal a partir da década de 1970. E o mesmo seguiu-se nas gestões posteriores.

A inconstância nos programas jornalísticos na grade da programação da emissora é uma marca registrada na Nacional nos últimos 30 anos. Cada direção que assumia, tanto aqui como, principalmente, em Brasília, adotava uma linha editorial diferente. Um consenso, porém, pôde ser observado na gestão de todas elas: as novelas, os teatros, os programas de auditório etc. continuavam não tendo mais vez na Nacional do Rio, que seria focada no jornalismo.

Em 2005, a emissora foi revitalizada, concursos públicos foram realizados, ainda que as contratações fossem insuficientes para suprir as demandas do quadro de funcionários. Ainda atrelada às emissoras de Brasília, a Nacional do Rio agora enfrenta uma nova etapa em sua história. Anunciada em março de 2007, a criação da Empresa Brasil de Comunicação a partir da fusão da Radiobrás à Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), impõe um futuro de incertezas, mas também de algumas oportunidades para a emissora, e, principalmente, para o jornalismo público brasileiro.

Por ser um capítulo relativamente recente na história do radiojornalismo brasileiro, o jornalismo feito na Radiobrás conta com pouca ou quase nenhuma bibliografia que contemple esse período. Dessa forma, nesse momento, a presente pesquisa privilegia os depoimentos dos funcionários, dos jornalistas e dos diretores que trabalharam e ainda trabalham na emissora.

Em relação à criação da EBC, as informações coletadas foram obtidas, em sua maioria, na cobertura da grande imprensa e da própria imprensa especializada na cobertura dos bastidores do jornalismo.

⁵ Slogan da Radiobrás.

5.1 A Radiobrás e a nova orientação para o jornalismo da Nacional

Em 1979, assume a presidência o último dos presidentes militares, João Figueiredo, que começou seu governo com a incumbência de promover a reabertura política do país, há quase 20 anos sem eleger sequer um representante. Como parte desse projeto de distensão, foi criada a Secretaria de Comunicação Social, a Secom, que começou a fiscalizar o cumprimento das políticas que garantiriam a volta à democracia pelo governo federal.

Naquele mesmo ano, foi criada a EBN – Empresa Brasileira de Notícias – que, junto com a Radiobrás, estava vinculada diretamente à Secom. Um das atribuições da EBN era a produção do informativo que levava aos lares brasileiros, desde a época de Getúlio Vargas, as informações sobre os atos da administração federal, a “Voz do Brasil”. Para o ministro da Secom, foi nomeado um civil, o publicitário Said Abrahim Farhat. Porém, esse cargo logo foi extinto juntamente com a descontinuidade dos trabalhos da Secom. A Radiobrás voltava a ficar atrelada ao Ministério das Comunicações e, em janeiro de 1980, a EBN passou para o comando do Ministério da Justiça.

Depois que eles fizeram a Radiobrás, eles entenderam que precisava concentrar o jornalismo para terem melhor controle. Não adiantava cada rádio ter o seu jornalismo dentro da Radiobrás. Então fizeram duas rádios de jornalismo em Brasília, que são muito potentes, os transmissores têm 250 kW cada, e a Rádio Nacional da Amazônia, que também é em Brasília a sede, não é na Amazônia. Lá tem um departamento de jornalismo tão grande ou maior do que o do Rio, que é a Agência Brasil.[...] E o que interessa a eles aqui no prédio da Rádio Nacional é ter a sede da Agência Brasil com o jornalismo cobrindo tudo o que acontece no Rio: visita de ministro, obras aqui, o presidente ali, então eles mostram serviço fazendo matérias por aqui... [...] Então, para eles o é importante ter esse recurso das sucursais, lideradas por Brasília, com o mesmo espírito, dentro da mesma coisa, com a mesma intenção. E é isso que pode mudar com a idéia da TV pública, a EBC (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Na Nacional, o jornalista Jorge Guilherme, escolhido para ser o novo superintendente da emissora, recebia, depois de assinada a Lei de Anistia, em 1980, os antigos funcionários da PRE-8 que haviam sido afastados em 1964. Dos 36 que foram mandados embora, seis já haviam morrido e, dos 30 anistiados, apenas 12 retomaram seus lugares.

O governo tinha três rádios aqui no Rio, que era a Ipanema, a Nacional AM e Nacional FM. A Nacional FM era uma rádio muito gostosa, porque só tocava música brasileira. O governo estava recebendo os anistiados, que estavam voltando à vida pública. Minha entrada no rádio foi um pouco forçada, porque eu trabalhava na TV Nacional, lá em Brasília, e vim com toda a minha bagagem de jornalista. [...] Com os anos que eu fiquei lá, eu me apaixonei pelo rádio, que acabou me marcando. Hoje, é difícil alguém

lembrar-se de mim como um jornalista de televisão. [...] A minha passagem pela Radiobrás, eu dei sorte, porque eu peguei uma diretoria extremamente compreensiva com o projeto que eu tinha, onde o jornalismo era mais forte. [...] Me deram muita força para a programação focada no jornalismo. E, além disso, fizemos algumas reformas, melhoramos o estúdio, fizemos um pequeno auditório. [...] O estúdio de radioteatro, que estava abandonado, foi reformado, coloquei ar-condicionado. Eu achava muito importante que ele continuasse. Ainda mais com a volta de grandes profissionais com a anistia: Mário Lago, Dias Gomes, Gerdal... [...] Eu mantive uma programação onde o jornalismo era mais forte (GUILHERME, dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

O radioator Gerdal dos Santos lembra como foi essa volta à emissora que ele havia deixado 16 anos antes. Segundo ele, a penúria em que a emissora se encontrava não lembrava em nada os anos em que ela fora a maior do Brasil.

E eu já voltei com a Radiobrás, e a rádio estava acabando, estavam mandando embora as pessoas, acabando os programas. Mas eu ainda peguei o Renato Murce, que era um dos mais antigos, e eu comecei a fazer um programa com ele, o “Hoje, ontem e sempre”, e ele dava um show em cima de nós. A gente aprendia muito com ele (DOS SANTOS, dpm. gravado em 1º de novembro de 2007).

Nessa mesma época, o rádio brasileiro vivia uma fase bastante peculiar. Muitas concessões foram dadas a particulares que comungassem do mesmo espírito que os militares. Segundo Moreira (1998, p.86), é “a partir do governo Figueiredo que as concessões passam a ser empregadas como moeda política em Brasília, nas negociações entre o Executivo e o Legislativo.” Documentos do Ministério das Comunicações desta época mostram que o ministro da pasta assinou permissões para concessões até o último dia em que ficou no cargo. No total, o governo de João Figueiredo liberou, em apenas seis anos, 634 concessões para serviços de radiodifusão, entre emissoras de rádio e televisão (Id., Ibid., p.87).

Assim, se o governo que se notabilizou por ter sido o responsável pela volta à democracia no país, também registrou a época em que se deu o início do loteamento do *dial*, prática recorrente que agradou especialmente ao presidente José Sarney (1985-1989). Outro fator que contribuiu para esta política foi o prejuízo que ficou comprovado alguns anos depois da criação da Radiobrás, já que as únicas emissoras que apresentavam algum faturamento eram as Nacionais que funcionavam em FM, ou seja, as emissoras do Rio de Janeiro e de Brasília.

Depois que o Sarney entrou, em 1988, ele saiu vendendo um monte de rádios, inclusive a Nacional FM do Rio, que virou a RPC, e, depois virou a atual FM O Dia. Nessa época, também tínhamos dois grandes jornais, mas agora com o tempo reduzido: eles duravam meia hora e iam ao ar às 7h e à meia-noite. O

diretor de jornalismo aqui era o Dermival Costa Lima e ele fez uma pesquisa com artistas, atores, cantores, pra que eles dessem um nome pro jornal. E ganhou o nome “Jornal Nacional”, que era feito e apresentado aqui do Rio e entrava em rede. Mais de 200 emissoras do interior e das cidades pequenas retransmitiam esse jornal. Em todas as horas cheias, ia ao ar o boletim “Nacional Informa”. O Sarney também extinguiu a EBN, a Empresa Brasileira de Notícias, que era quem produzia a “Voz do Brasil”, e o noticiário passou a ser feito pela Radiobrás, só que na Nacional lá em Brasília (CORRÊA, dpm. em 19 de novembro de 2007).

Foi na metade da década de 1980, que a Radiobrás passou a ser vista como um apêndice para a política de comunicação do governo. A idéia era que sua programação não concorresse com as emissoras comerciais. Sarney chegou a admitir, em 1986, na cerimônia de posse do novo presidente do órgão, o jornalista Frota Netto, que a Radiobrás “é para divulgar o governo e a cultura do País”, deixando claro que não estava disposto a competir com a iniciativa privada. Dessa forma, ele pôs à venda 15 emissoras da Radiobrás, entre elas 12 FM, duas AMs (Ipanema do Rio e Nacional de Volta Redonda) e a TV Nacional de Porto Velho, em Roraima, já que, segundo o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, elas estavam “despertando interesse por parte de grupos privados em adquiri-las” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.183).

O Antônio Carlos Magalhães, quando foi ministro de Minas e Energia⁶ no governo do Sarney, aproveitou para criar a doutrina de que a Radiobrás tinha função supletiva, para fazer aquilo o que as comerciais não podem fazer. E, caso elas tivessem interesse em alguma daquelas rádios da Radiobrás, elas estavam à disposição. Foi por isso que fizeram o leilão da Rádio Nacional FM, que aquele amigo do Delfim Neto comprou, pagando uma ninharia. Era a rádio RPC, que ele vendeu a concessão para O Dia, na Rua Riachuelo (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Em 1988, a empresa absorveu a EBN (que substituíra a Agência Nacional), extinta por Sarney, e mudou sua razão social para Empresa Brasileira de Comunicação S.A., cujo único acionista era a União. A rede agora se resumia a cinco emissoras de rádio, um serviço radiofônico via satélite, a TV Nacional de Brasília e os serviços de mídia impressa e eletrônica da nova Agência Brasil (atualmente, o carro-chefe da Radiobrás).

Nessa época, a Nacional do Rio já não contava mais com a programação de radionovelas, radioteatros, programas de auditórios ou até mesmo os noticiários que a colocaram entre as mais bem colocadas nas pesquisas do IBOPE nas décadas de 1940 e 1950. A ênfase passou a ser no jornalismo, mas, mesmo assim, as equipes eram pequenas e os recursos, escassos.

⁶ Antônio Carlos Magalhães foi ministro das Comunicações, e não de Minas e Energia.

Quando assumiu a superintendência da emissora, em 1980, o jornalista Jorge Guilherme já tinha em mente que as reportagens seriam as protagonistas da programação, que poderia ser interrompida por um repórter com algum “furo” de notícia.

Como a gente tinha poucos meios, a gente fazia muito rádio ao vivo. Um dos eventos interessantes foi a chegada do Papa ao Rio. Nós acompanhamos todo o Papa ao vivo, com repórter por toda a cidade, desde a chegada até a volta dele. E teve uma história muito engraçada com uma repórter que não era das melhores. E, para utilizá-la, nós a colocamos no aeroporto, no lugar para a imprensa, e ela ficou ali para ver o Papa embarcando, ele não ia falar com ela. E a rádio tava toda ao vivo, nós transmitindo inclusive missa ao vivo, com o padre explicando a missa do Papa, foi um negócio muito interessante, foi algo diferente que se fez. Aí, o Abi-Hian estava acompanhando, até que ele chegou ao aeroporto e ele chamou a repórter, que começou a falar ‘o Papa acabou de chegar, está vindo em direção à imprensa, vai embarcar e tal... o Papa botou a mão na minha cabeça!!!’. Ela ficou emocionada, porque o Papa tinha colocado a mão na cabeça dela. Quando ela chegou na rádio, aquilo ali tava lotado de gente, principalmente de senhoras, querendo botar a mão na cabeça dela, por causa do Papa. Isso é o radiojornalismo! [...] Era uma rádio com poucos recursos, mas a gente conseguia fazer um jornalismo mais ágil. Então tivemos algumas coisas interessantes. [...] A rádio era uma rádio onde a notícia era de suma importância. Os repórteres entravam na programação dos comunicadores a qualquer momento. Isso era a característica que foi colocada naquela época. [...] Havia os jornais que eu chamo de fechados, feitos nos horários certos. Tinha também os jornais de hora em hora e os informativos a cada meia hora. Essa era a formatação da programação de jornalismo. Havia os horários considerados mais quentes da programação e os informativos maiores, às 7h da manhã, ao meio-dia e às 18h. [...] Era uma programação com personalidade e, como era importante naquela época, ele entrava no meio da programação. Os repórteres iam para a rua para dar a informação, inclusive do trânsito. Na época, ou você usava o telefone, ou o repórter na rua mesmo. Então, teve uma vez que tinha uma menina na Rio Branco com a Santa Luzia, e o comunicador chamou e pediu o boletim do trânsito. E ela disse: ‘um caminhão está parado e está havendo retenção...’. Nesse momento, houve um assalto e o guarda que tava ali reagiu aos bandidos e houve uma troca de tiros, e ela jogou toda essa emoção no ar. Quer dizer, ela estava ao vivo quando começaram a atirar. Então, esse era um jornalismo que a gente procurava, com todas as deficiências que nós tínhamos. (GUILHERME, dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

O conceito de uma programação essencialmente informativa foi o que passou a nortear a política destinada à Rádio Nacional: além do “Jornal Nacional” (anexo I, faixa 20), havia o “Em Cima do Fato” (anexo I, faixa 19), uma espécie de retrospectiva dos principais acontecimentos do dia ao longo da História, além do “Nacional Informa” (anexo I, faixa 22), boletim informativo de cinco minutos de duração que entrava no ar sempre perto das horas cheias, e que faz parte da programação até hoje, com a exceção de que atualmente ele é produzido em Brasília.

Apesar disso, alguns programas de antigos comunicadores ainda faziam parte da grade de programação da emissora. Nem toda iniciativa inovadora ou artística, no entanto, era vista

com bons olhos pelos dirigentes de Brasília, o que marcou a breve passagem de Luiz Carlos Saroldi pela emissora, bem como a carreira de Osmar Frazão.

Em 1993, o diretor Fernando Câmara, que tinha sido posto lá e não conhecia nada sobre a Rádio Nacional, leu a primeira versão do meu livro, entendeu algumas coisas, outras não, e me chamou para a rádio, e eles me contrataram, era pouco dinheiro, mas eu tinha muito interesse em ver como ela estava por dentro. E foi lastimável, principalmente durante aqueles dois anos do governo do Collor... Quase que eles derrubam a rádio, porque eles trouxeram amigos que podiam fazer o que quisessem ali dentro, compravam programas, compravam horários. Tinha deputados fazendo programas... Era um loteamento. Mas aí eu vi que eu não tinha condições de fazer mais nada... [...] Brasília só quer notícia pra Agência Brasil, e o resto são uns programas tapa-buraco. São programas só pra dizer que tem. Então, tem uma apresentadora que dá umas notícias de show e toca música, tem outra que faz um programa quase só de *disc-jockey*, enfim... São tapeações. Na verdade, não são programas consistentes. [...] Mesmo assim, tinha gente ligada à tradição da AM e que gostava de ouvir ali. Aí, não pode fazer show, não pode fazer música ao vivo. Entrou um diretor, em 1993 ou 1994, que andou chamando para lá uma série de profissionais para ocuparem os horários fazerem os seus programas. Aí, veio uma ordem de Brasília que não podia ser assim, que esses artistas tinham que ter firma, e essas firmas não podiam ter dívidas com a prefeitura, com o governo, com ninguém... [...] Aí, eles mesmo se cortaram. [...] Mas também se você propõe um programa investigativo, realmente jornalístico, que investigue as coisas e vá a fundo na investigação, muito provavelmente eles também vão dizer que não. [...] É o princípio da tapeação. É uma coisa morna. É uma coisa que não faça mal e que não atrapalhe os concorrentes, também (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Para comemorar os 60 anos da Nacional, em 1996, o então gerente Osmar Frazão imaginou expor no corredor do 20º andar do ex-edifício de *A Noite* fotos e pôsteres dos artistas que contribuíram para a glória da emissora, mas a idéia não encontrou apoio em Brasília. A comemoração ficou restrita à reinauguração de um estúdio dedicado à memória do locutor Aurélio de Andrade, fundador da emissora e falecido meses antes (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.185-186).

Jorge Guilherme diz que sua passagem pela emissora, ao contrário, não foi marcada por ingerências de Brasília. Segundo ele, a direção acatou com cordialidade seus projetos, com exceção de um plano que vinha elaborando em que pretendia fazer de uma das emissoras do sistema Radiobrás uma emissora *all news* (sistema que veio a montar em 1996 para a inauguração da rádio CBN, Companhia Brasileira de Notícias, do Sistema Globo de Rádio, e que funciona, hoje, com uma estação AM e uma em FM).

Eu estive na Nacional durante um período de ditadura, mas eu não tive, como muita gente pensa, problemas... Tem um caso até muito engraçado: tinha um jogo do Flamengo no exterior e eu recebo um telefonema de um *chefete* lá de Brasília falando que eu tinha que interromper o jogo porque um general lá de Brasília ia entrar no rádio, numa transmissão. E eu disse que não ia interromper, e o cara ficou danado, ficou dizendo palavrão... Logo depois, ligou o presidente, que era um homem esclarecido. E eu disse a ele que, pelo

fato de ser amigo do presidente, eu gravaria a transmissão do general para colocar no intervalo do jogo. E o presidente disse que era exatamente isso que eu deveria ter feito. A rádio não foi tão ofendida, como muita gente pensa. Demos todas as informações que tínhamos que dar. Evidentemente que estávamos subordinados a algumas exigências. Quando o Brizola ganhou, a Rádio Nacional foi a primeira a dar a notícia, pouca gente diz isso e pouca gente talvez até saiba disso, já que muitos dão o crédito à Jornal do Brasil. Fizemos um trabalho de jornalismo perfeito. Quando fizemos esses quatro jornais em rede, na verdade, eu tinha pensado em uma rádio *all news*, que só veio a surgir, através de um projeto meu, quando eu voltei para o Sistema Globo e produzi a CBN, que provou que o jornalismo também vende. [...] Hoje, a CBN fatura possivelmente, o dobro do que a Rádio Globo fatura. Entretanto, a audiência da Globo continua sendo maior que a da CBN. Mas entra nisso o fator do prestígio, da importância na programação (GUILHERME, dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

A emissora continuava transmitindo programas jornalísticos frutos de projetos ambiciosos de Brasília, como o “Revista Brasil”, comandado por Walter Lima, na capital, e José Carlos Cataldi, no Rio de Janeiro (anexo I, faixa 24). A equipe de jornalistas acionava emissoras de lugares distantes do Brasil, entrando em rede com os acontecimentos mais variados do dia.

Embora eficiente, a produção não exibia os recursos mais avançados de suas concorrentes, como coberturas de trânsito por helicóptero, vinhetas atraentes ou comentaristas especializados, a não ser em esportes. Mais grave era a qualidade da sintonia, já que o parque técnico da Nacional do Rio há muito reclamava um novo e mais potente transmissor, entre outras coisas. E em que pese a competência e dedicação dos repórteres e assistentes de produção, evidenciava-se nas férias e eventuais impedimentos do âncora Cataldi a falta de um substituo à altura.

Na verdade, a ausência de uma clara política de recursos humanos na emissora carioca revela indisfarçável má vontade da Radiobrás para com a Nacional do Rio de Janeiro. Como se os administradores de Brasília vissem nela apenas o escritório carioca da Agência Brasil, mas sem acreditarem no futuro da estação e dos que nela trabalham (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.185-186).

5.2 O jornalismo que é feito hoje e as perspectivas para o futuro da emissora na Empresa Brasileira de Comunicação

Sobre a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, alguns boatos corriam acerca dos novos rumos que seriam destinados à emissora, inclusive alguns que davam conta de planos de privatização de seus bens e de sua concessão. Em 1998, a imprensa noticiava que, sob a presidência do jornalista Carlos Zarur, a Radiobrás sofreria uma grande reformulação. Quatro anos depois, no entanto, esse projeto continuava bastante indefinido, mas Zarur já anunciava

algumas novidades, como a substituição da programação popular, apresentada pelos comunicadores mais tradicionais, por uma mais sofisticada, que incluísse jazz, MPB e blues.

Segundo Zarur, a nova programação entraria no ar em junho de 2002 sem acarretar demissões entre os 118 funcionários da estação. Os apresentadores tradicionais da emissora – Daisy Lucidi, Gerdal dos Santos, Astrid Nick, Osmar Frazão, Cirilo Reis e outros – seriam remanejados para os fins de semana. Seus horários nos dias úteis seriam cobertos pela sofisticada programação musical a ser produzida em Brasília.

Treze dias depois, o *Jornal do Brasil* publicava uma carta assinada por Daisy Lucidi e mais 20 funcionários da Nacional do Rio de Janeiro. Entre outras coisas, os signatários lembravam as deficiências sonoras da emissora, segundo eles há 12 anos sem receber recursos da Radiobrás para a manutenção de seus transmissores. [...] a programação “classe A” anunciada foi implantada discretamente, apenas no horário noturno, sem alterar a trajetória descendente da emissora nas pesquisas de audiência e a crescente desesperança de seus funcionários (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p.196-197).

Em 2003, seguindo a política de modernização que norteava a nova gestão da Radiobrás (sob a presidência do jornalista Eugênio Bucci), que inegavelmente despertou as atenções do presidente da República eleito em 2002, a Nacional do Rio de Janeiro foi revitalizada depois da assinatura de um convênio de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras. O acordo garantiu reformas nas instalações e reequipamento técnico. Na cerimônia de inauguração das novas instalações, em julho de 2004, Bucci fez questão de ressaltar o valor histórico e cultural da emissora. Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (2005, p.199) lembraram que o novo presidente da Radiobrás afirmou não se tratar de uma volta ao passado e que o acordo com a Petrobras visava “dialogar com o passado para fazer uma rádio para o futuro, que engaje a comunidade, que saiba primar pela excelência jornalística, que saiba fazer o uso adequado e criativo do acervo fantástico que é a história viva do Brasil”.

Sob a supervisão do radialista Cristiano Ottoni Menezes, chefe do escritório regional da Radiobrás do Rio de Janeiro, paredes do 21º andar foram abaixo, dando lugar ao espaçoso estúdio Mário Lago, ao estúdio de gravação Paulo Tapajós e à nova discoteca, além da reconstrução do auditório no mesmo local do anterior, com 150 poltronas estofadas na platéia, agora totalmente refrigerada. Foi adquirido e instalado um transmissor Nautel de 50 kW, estado sólido, independente de válvulas, apto a receber a tecnologia digital no momento oportuno, além de outros equipamentos. Sistema irradiante, igualmente novo, acompanhou a reforma do parque de transmissão. Concurso público para preenchimento de vagas no quadro funcional da Radiobrás foi realizado e atraiu grande número de interessados (SAROLDI E MOREIRA, 2005, p.199).

Achei positivo terem feito isso porque não deixaram a rádio cair, já que estava tão ruim. Aí deram uma sobrevida. Mas, no fundo, no fundo, Brasília e

a Abert⁷ querem mesmo que ela acabe. Eles não querem esse modelo de rádio pública, de rádio democrática. Eles querem esse modelo de rádio bitolada, pouco competitiva, sempre. Vamos ver, agora a gente espera um pouco mais, porque em dezembro tem que entrar a transmissão digital da TV pública. Eu acho que vai ser uma briga boa, que devia ter tido há mais tempo, mas não era possível. Até porque Brasília resistia muito, eles acham a Radiobrás uma maravilha, quando, na verdade, são quase amadores (SAROLDI, em dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

No manual de jornalismo da Radiobrás, organizado pelo jornalista Celso Nucci em 2006, o então presidente do órgão, Eugênio Bucci, discriminou os veículos compreendidos dentro do sistema Radiobrás até o ano passado: “nove emissoras e duas agências de notícia de grande porte”. Seis dessas emissoras são de rádio: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, duas de Brasília (uma AM e outra FM), a Rádio Nacional da Amazônia (curiosamente transmitida de Brasília em ondas curtas para a região Norte do país), a Rádio Justiça FM (inaugurada em 2004, fruto de um convênio assinado com o Supremo Tribunal Federal) e uma emissora em caráter experimental em Tabatinga, no estado do Amazonas, funcionando em ondas médias.

As outras três emissoras são as televisivas: a TV Nacional (de sinal aberto, com dois telejornais diários retransmitidos para as pequenas estações do país), a NBr – a TV do Governo Federal (lançada em 1998, tem como principal cobertura os eventos do poder executivo federal, nos moldes em que funcionam a TV Câmara e a TV Senado) e a TV Brasil – Canal Integración (é a TV internacional do Estado brasileiro, fundada em 2005 e gerida por um comitê com representantes dos três poderes da República, com o principal objetivo de promover a integração cultural da América do Sul, retransmitindo programas produzidos pelos países vizinhos).

Na Internet, a Radiobrás mantém duas agências de notícias: a Agência Brasil, que é o carro-chefe do sistema, atualmente, e a Radioagência Nacional, serviço inaugurado em 2004 e que publica cerca de 80 reportagens em áudio por dia.

Além disso, a Radiobrás segue produzindo diariamente “A Voz do Brasil”, que é obrigatoriamente transmitido diariamente das 19h às 20h por todas as estações do país, com 25 minutos com informações sobre o poder executivo federal e os outros 35 minutos repartidos entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Com essa atividade, a Radiobrás funciona, desde 2003, com uma cobertura mais ampla e mais diversificada. A gestão que começou com o jornalista Eugênio Bucci aumentou a oferta de serviços oferecidos pelos canais de comunicação da empresa. Em seu texto de

⁷ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, representa os radiodifusores comerciais.

apresentação no manual de jornalismo, ele informa o sistema de funcionamento adotado pela empresa a partir de 2003.

Os conteúdos produzidos pela Radiobrás, sejam eles de televisão, rádio ou internet, são públicos e podem ser reutilizados gratuitamente por qualquer outro veículo. Podem ser editados, recortados e modificados livremente. A Radiobrás apenas solicita que o sentido seja preservado e que a fonte seja citada. Tudo o que a empresa gera, ela gera para uso do público. [...] entre 2003 e 2006, a empresa elevou sua produção de modo significativo. Elevou também o número de horas de transmissão. Acima de tudo, elevou acentuadamente o volume de seu conteúdo informativo. Isso tudo foi conquistado sem que se aumentasse o número de funcionários. Eram 1.147 empregados em dezembro de 2002 e são exatamente 1.160 no dia em que escrevo este breve texto (BUCCI, 2006, p.9-10).

Ainda segundo Bucci (2006, p.10), o aumento da produtividade das equipes não se deu, no entanto, com aumentos no orçamento dirigido à Radiobrás, já que “entre 2003 e 2005, os investimentos foram mínimos, quer dizer, ficou muito aquém do que seria o mínimo exigível, mal atingindo 35% do valor da depreciação ao longo do mesmo período”. O principal motivo para tal diversificação e aumento na produção de conteúdos informativos foi, ainda segundo ele, “a mudança de postura e a qualidade editorial que ela gerou. O principal foi ter dirigido toda a empresa para trabalhar apenas para o direito à informação do cidadão brasileiro – e só isso.”

Para fugir da idéia de “chapa-branca” que muitos acusam de nortear as coberturas da Radiobrás, a nova orientação editorial da empresa diz que o seu foco agora é no cidadão.

Noticiar tudo sobre as denúncias de corrupção, mesmo quando elas atingiam figuras do governo, passou a ser prática normal. As equipes logo aprenderam que, no regime democrático, o que define a qualidade das notícias produzidas por uma empresa pública – sobre a qual não pesa nenhuma atribuição legal de fazer assessoria de imprensa para o governo ou de fazer relações públicas para as autoridades – é a credibilidade, que se conquista com a fidelidade à verdade factual, não com adjetivos para edulcorar a realidade. [...] Foi feito, enfim, o que já devia ter sido feito antes. A Radiobrás foi criada nos anos 70 e guardava em sua carga genética alguns traços da mentalidade autoritária (BUCCI, 2006, p.12).

Este tipo de jornalismo também repercutiu no tipo de cobertura que é feita pelos jornalistas da Nacional do Rio de Janeiro. O então chefe de reportagem da redação da emissora em 2006, Aécio Amado (hoje editor da Agência Brasil, em Brasília), em entrevista ao comunicador Osmar Frazão na transmissão ao vivo da peça comemorativa dos 70 anos da emissora, “Rádio Nacional – As ondas que invadiram o Brasil”, reforçava esse objetivo que passou a nortear as atividades das emissoras que formam o sistema Radiobrás.

Revitalizada, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro agora busca o espaço público da informação, com foco no cidadão. Com o jornalismo expandido, tem por objetivo justamente contextualizar a informação pública e levar esse novo tipo de jornalismo, o jornalismo público, para o cidadão carioca, para o cidadão brasileiro. É um trabalho bonito que a Edna Dantas vem realizando, passando para a redação a consciência do que seja a informação pública, com o foco no cidadão (AMADO, dpm. gravado em 12/09/2006).

Sob a direção de Cristiano Menezes, e com a jornalista Edna Dantas na coordenação de jornalismo, a emissora carioca tinha a seguinte programação de noticiários, segundo o material elaborado pelo responsável pelo setor comercial da emissora, Ronaldo Santoro: “Manhã Nacional”, apresentado por Marco Antônio Monteiro, das 6h às 8h; “Redação Nacional”, com Neise Marçal, das 8h às 11h (“programas jornalísticos, enfocando as principais notícias do dia, com suporte de reportagens volantes, entradas da Agência Brasil com matérias em ‘tempo real’, entrevistas e o giro das notícias pelo Brasil, através dos correspondentes Radiobrás); “Fala Cidadão”, com Bertha Nutels, das 11h às 12h (“um programa em defesa do consumidor, brigando por seus direitos e mostrando seus deveres”. “Advogados voluntários orientam os ouvintes em busca de esclarecimentos e soluções para seus problemas.”); “Repórter Nacional”, em rede, das 12h às 12h20 (“noticiário completo, o Brasil e o mundo, transmitido em rede pelas emissoras do Sistema Radiobrás, via Radiosat, com sinal disponível pelas rádios de todo o país”); “Jornal da Cidade”, das 18h40 às 19h (“noticiário local”); o quadro “Pensando Bem – Análise Política”, às 7h45 e às 18h40; além das edições do boletim “Nacional Informa”, sempre nas horas cheias, 00h, 8h, 9h, 10h, 11h, 15h, 16h, 17h, 20h, 21h, 22h e 23h (“noticiário resumido, com duração média de 4’, com informações recentes, de destaque. Em rede com a Nacional AM de Brasília”). Aos sábados, também tinha o “Alô Daisy”, com Daisy Lucidi, das 9h às 11h (“prestação de serviço, jornalismo, bastidores da TV, culinária e debates. Um programa de mulher para mulher, sempre ao vivo, com auditório aberto”).

Em 2006, com a saída de Cristiano Menezes da direção da Nacional, quem assumiu foi a jornalista Edna Dantas. Nessa nova fase, algumas pequenas mudanças foram feitas na programação dos jornalísticos, como a mudança no nome e no locutor de alguns programas e o tempo de duração de outros, que foram ampliados.

A programação atual de noticiários, de segunda a sexta-feira da emissora é: “Notícias da Manhã”, com Marco Antônio Monteiro, das 6h às 8h (anexo I, faixa 25); “Redação Nacional”, com Denise Viola, das 8h às 11h (anexo I, faixa 26); “Repórter Nacional”, em rede com Brasília; “Jornal do Rio – 1ª edição”, com Denise Viola, das 12h20 às 12h50; “Jornal do

Rio – 2ª edição”, com Jair Lemos, das 18h30 às 19h (anexo I, faixa 27); além das edições do boletim “Nacional Informa”. Aos sábados, o “Alô Daisy” sobrevive a tantas mudanças.

A lógica de produção jornalística com o foco no serviço é nitidamente um norte na Nacional do Rio. Segundo a diretora geral da emissora, Edna Dantas, o jornalismo público brasileiro ainda tem muito chão para percorrer, ainda que muitos esforços estejam sendo feitos na consolidação de um modelo para o país.

Acho que o jornalismo que a gente faz aqui nos permite investigar mais. A gente não tem tanto o compromisso de ter que dar determinada notícia, se acharmos que vale mais a pena apurar melhor. E isso também nos permite olhar para um assunto e ver os outros lados que podem ser abordados, e até ver se existem outras abordagens possíveis. Mas eu acho que os jornalistas brasileiros ainda têm muito o que aprender em relação ao jornalismo público, já que não temos tradição aqui no Brasil (DANTAS, Edna, dpm. em 19 de novembro de 2007).

Em março deste ano, o governo federal anunciou a criação de uma empresa de comunicação que nasceria a partir da fusão de dois órgãos públicos que já atuavam no setor há pelo menos 20 anos: a Radiobrás e a Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto). Apesar das duas empresas funcionarem sob sistemas jurídicos diferentes e de todos os órgãos de imprensa do país terem torcido o nariz para o projeto, o presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, assessorado pelo ministro Franklin Martins, não desistiu da idéia e, no dia 26/10/2007, assinou o decreto criando a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Segundo o autor Luiz Carlos Saroldi, esse projeto só entrou com força total na agenda do presidente depois que os escândalos políticos envolvendo membros de seu governo colocaram quase toda a imprensa do país contra ele.

[...] os militares acharam que era importante ficar só com o rádio noticioso, até porque é mais barato. Dispensando os outros setores, acaba ficando concentrado nisso, sem produção artística, sem cantor ao vivo. [...] Eles são contra, eles acham que o rádio tem que ser só notícia, porque é mais fácil de controlar a informação, e controlar a seu favor. E qualquer outra coisa é suspeita. Música é suspeita, novelas... Escapam ao controle, mexem com outras coisas, mexem com a imaginação das pessoas. Então, eles, tecnocratas, levantaram essa tese, e é uma tese que eles vêm mantendo até hoje, ainda não mudou. E, quando o Lula entrou, a Sociedade dos Amigos da Rádio MEC, e eu tava na presidência nessa época, mandou uma carta pro Lula mostrando a importância que o rádio continuava tendo e que precisaria repensar a legislação do rádio, o aproveitamento e tal... Um assessor respondeu, agradecia e que iria encaminhar e tal... Foi preciso ter aquele negócio todo no ano passado, aquela confusão toda de mensalão, para ele sentir toda a mídia articulada contra ele, e como é fácil articular, como é fácil interferir, pra descobrir que existia um outro modelo de rádio, que é a rádio pública, que pode funcionar. Agora, depende das condições, de ter um conselho curador competente e atento, e uma equipe competente e não se limitar a esse feijão-

com-arroz. [...] Nesse caso, eu acho que é uma coisa que já deveria ter acontecido há mais tempo. Porque, na verdade, a única coisa mais parecida com uma rádio pública foi a Rádio Nacional, que não usava esse nome, mas que tinha esse caráter. Recebia a informação dos ouvintes. Embora ela tivesse nascido em uma ditadura, foi a coisa mais popular e mais democrática. Tanto internamente, no sentido de participarem da produção junto do diretor, os representantes de cada setor. [...] Havia o setor da correspondência, tanto que o Floriano Faissal tentou, no final, montar o Clube do Ouvinte, que mostrava uma atenção... (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

O estatuto da empresa criada prega a autonomia editorial, mas, ao mesmo tempo, vincula a EBC diretamente à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o que põe de imediato um obstáculo para a sua direção, que também já foi definida: Teresa Cruvinel (presidente), Orlando Senna (diretor-geral) e Helena Chagas (diretora de jornalismo).

Uma emissora ligada ao governo, ela sempre carrega com ela a indicação de ser chapa-branca. Acho que isso depende da forma como se trata a notícia. Não necessariamente uma rádio ligada a um governo precisa só dar notícias boas e favoráveis, e simpáticas ao governo. Se ela se propõe a fazer jornalismo, ela tem que fazer um jornalismo mais amplo, por isso que é tão difícil você ter uma rádio estatal fazendo um jornalismo público, mais aberto. Lamentavelmente, os que se consideram donos dessas emissoras estatais fazem pressões para que o jornalismo seja tendencioso ao governo. Eu sempre reagi a isso, mas felizmente eu vivi um período bom, consegui fazer um jornalismo digno. Agora, esse formato que eles estão buscando, de unir as rádios do governo, as televisões, ligado ao povo, com a interferência do povo, é extraordinário se eles conseguirem ter uma visão transparente e permitirem que haja um noticiário sem estar preso aos interesses do governo. Se eles conseguirem fazer isso, será um serviço extraordinário que será prestado à população. [...] Espero que, pelo menos no jornalismo, eles tenham essa renúncia do poder. [...] Eu acho que o governo deveria ter uma rádio *all news*, uma rádio de informação. Agora, eu acho que com essa mudança, eles vão dar força ao radiojornalismo. Eles estão contratando: o Arnaldo César, a Teresa Cruvinel. E eu acho que tem que ser. E o governo tem que ter a capacidade de entender que ele tem que abrir a informação, que não pode censurar a informação (GUILHERME, em dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

Outra questão discutida é a indicação de um conselho curador que tenha representatividade de setores diferentes da sociedade brasileira, não só atendendo a interesses do governo, mas principalmente aos interesses da sociedade civil. Alguns nomes já foram indicados, mas a pluralidade de vozes dentro da conformação final do conselho deve ser mais uma batalha na instalação da EBC.

Eu acho que vai mexer com muita gente. Tanto é que já está mexendo: a Abert tá fazendo lobby, a Globo tá fazendo lobby, a Record tá fazendo lobby, contra a TV pública. Todos eles estão se mexendo. Querem que não seja o presidente a indicar, mas sim o Congresso a indicar o presidente, como é no

Banco Central. Tem que ter um conselho curador, que é uma espécie de senado, com pessoas notáveis, da cultura, influentes, pra acompanhar todo o processo e dar as diretrizes. E isso é muito importante, porque lá nas rádios públicas, na Alemanha, na França... Na Alemanha, que eu conheço melhor, é um negócio muito sério. Tanto é que tem um representante do partido majoritário, outro do partido minoritário, um representante dos pais, dos estudantes, de igrejas e outras coisas. Aqui, não. Com a rádio MEC criaram a Acerp, achando que era isso, mas não é bem isso, já que são todos do governo, fora um representante dos funcionários, mas isso não é representativo. Esse conselho agora pode ser mais representativo, mesmo não sendo partidário, mesmo porque é difícil ter que levar a CUT, levar outra, aí teria que levar todas. Acho que vai mexer mesmo, já está mexendo, e é muito bom que mexa mesmo, porque eles estragaram toda a faixa AM com essas concessões que os políticos tomaram em 1988, quando o Sarney deu as concessões para ganhar mais um ano de governo. Quase todas são ligadas a igrejas pentecostais ou então querem fazer média com seu eleitorado. Pra começar teria que resolver isso (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

O conteúdo a ser transmitido por essa nova rede pública, que vai contar com emissoras de TV já com o sinal digital, além das rádios e das agências de notícias, é outro aspecto muito discutido pelos comunicadores e críticos em geral. A questão mais freqüente é se os novos canais propostos pelo governo vão conseguir competir com os canais comerciais. Os altos investimentos anunciados pelo governo federal têm sua finalidade posta em xeque quando perguntam se as emissoras públicas vão conseguir registrar números de audiência que justifiquem tanto dinheiro alocado.

Se a rádio pública for bem feita, ela pode competir com uma emissora comercial. As rádios estão se segmentando, e isso é muito importante para a radiodifusão. E uma rádio pública é um segmento. E o importante é que eles não façam uma rádio pública tendenciosa, e nem chata. Tem que haver um modelo que seja atraente e que tenha uma personalidade para ganhar prestígio. Os nomes que eles estão citando aí indicam que isso é possível. Eles nunca tiveram experiência em nenhuma emissora ligada ao governo, eles vêm de carreiras brilhantes na iniciativa privada. Então, eles vão trazer todo aquele apelo de uma empresa da iniciativa privada e isso é bom para a montagem desse novo modelo que seria uma rádio pública (GUILHERME, dpm. gravado em 14 de novembro de 2007).

Se você não tiver uma rádio com mais charme, com mais elegância, a sua audiência baixa, evidentemente. Porque você está competindo com 44 rádios, é só virar o *dial* que você está na FM. [...] Entra uma rádio nova, todo mundo pula pra dar uma ouvida, ver se agrada ou não, e depois deixa de lado. É de alta rotatividade. [...] Até as vinhetas, por exemplo, tinham que ser novas. A paginação, a embalagem da rádio, que hoje em dia é uma coisa muito importante. Você vê o que a CBN gasta em vinhetas. Não toca música, mas toca vinhetas. São todas americanas, que foram compradas com o dólar alto. E variam os programas. Agora tem o “Divã do Gikovate”, com consultas psicanalíticas. São programas que nunca foram pensados. A revista que eles fazem sábado à noite. Aquele programa do Cony e do Xexéo. São programas que saem um pouco da bitola *all news*, algo mais diferente, mais vivo... (SAROLDI, dpm. gravado em 13 de novembro de 2007).

Dessa forma, a empresa pública de comunicação já nasce com uma série de desafios em seu horizonte: desde a resistência ao jornalismo “chapa-branca” até a produção de uma programação de qualidade informativa que não caia na chatice do binômio cidadania/educação, e que consiga fazer frente às emissoras comerciais. Cabe à equipe gestora driblar essas armadilhas e provar que o Brasil pode romper com a tradição de falência nas iniciativas públicas no domínio da comunicação para, de fato, democratizar o acesso à informação e aos produtos culturais de boa qualidade.

O objetivo de se estudar a trajetória de uma emissora como a Rádio Nacional, que foi palco de experimentações de inúmeros gêneros de programas e de tantas maneiras de se fazer jornalismo é, nesse sentido, uma forma de se pensar no futuro. Mesmo se levarmos em consideração as mudanças na sociedade, nas tecnologias e até na política, muitos dos formatos usados pela Rádio Nacional na época em que ela encontrou maior aderência junto à população podem servir de exemplos para novos programas que venham a ser criados nessa nova realidade. Como disse o autor Luiz Carlos Saroldi, em entrevista por ocasião dos 65 anos do “Repórter Esso”, lembrar da história da emissora não é saudosismo nem nostalgia, mas um simples aprendizado de um modelo que funcionou muito bem em sua época.

Quando se fala do grande período da Rádio Nacional não se está fazendo nostalgia, apenas saudade de uma época que passou, mas sim porque era realmente muito bom o produto que eles faziam, que botavam no ar. Não só em notícias, mas também nos programas montados no humorismo, nas transmissões esportivas e tudo o mais. Então, nós achamos muito importante lembrar às pessoas que a Rádio Nacional não é um museu, não deve ser. Ela deve ser um laboratório tão importante para hoje em dia como foi no passado. Então, deveria se investir, no caso o governo, através da Radiobrás, para que se estimulasse os profissionais de rádio essa busca de fórmulas radiofônicas tão boas equivalentes àquelas que a Rádio Nacional criou. Não copiar aquilo que foi feito só, mas simplesmente usar esses modelos para montar uma nova proposta adequada aos tempos que nós estamos vivendo (SAROLDI, dpm. gravado em 28/08/2006).

6. Conclusão

O estudo das diferentes formas de programas jornalísticos veiculados pela Rádio Nacional em seus 71 anos de existência, tema desenvolvido cronologicamente nas 70 páginas da presente pesquisa, ainda conta com pouca bibliografia disponível dentre os mais variados estudos dos meios de comunicação. Isso talvez se deva ao fato de que a Rádio Nacional tenha se notabilizado mais em função de outros gêneros radiofônicos, tais como os programas de auditório, as radionovelas, os radioteatros etc. Curiosamente, sua contribuição para a consolidação do radiojornalismo brasileiro talvez tenha sido mais importante do que as inúmeras experiências feitas pelas emissoras que foram suas contemporâneas na época dourada do rádio, já que a Nacional é considerada a primeira a ter uma redação montada exclusivamente para a produção de notícias a serem lidas no rádio.

Dessa forma, a linha de pesquisa que foi proposta aqui é apenas o início dos estudos sobre os noticiários da emissora. Muitos trabalhos já elegeram o “Repórter Esso” para uma análise mais profunda, já que o noticiário de fato merece toda a atenção dos estudiosos da comunicação tal a credibilidade que atingiu junto à população, veiculando, principalmente, as notícias sobre a II Guerra Mundial. Porém, este não foi o único programa jornalístico que vingou na Nacional. Muitos outros, apesar da já referida inconstância na programação, também obtiveram relativo prestígio junto aos ouvintes, como o “Jornal Nacional” ou o recente “Revista Brasil”.

As dificuldades para uma análise completa de todos os programas noticiosos que foram ao ar pela Nacional foram inúmeras, a começar pela ausência de um registro completo dos programas que compunham a grade de programação nas diferentes épocas abordadas.

No início da década de 1970, Paulo Tapajós encontrou discos de programas da Nacional empilhados num dos banheiros do prédio e as valiosas partituras que um dia tiveram um departamento exclusivo para zelar por seu resguardo encontravam-se jogadas em um canto, sendo corroídas pelo mofo.

Ciente deste “crime” contra a memória radiofônica e cultural do Brasil, a diretora do Museu da Imagem e do Som (MIS), a museóloga Neusa Fernandes, comandou, em 1971, a transferência de grande parte deste material da rádio para o museu.

Assim, o MIS conta hoje com um acervo quase oito vezes maior do que o da própria emissora. O acervo incompleto e parcialmente catalogado da emissora também foi, portanto, um grande obstáculo a ser contornado. No departamento de pesquisa da rádio, são cerca de cinco mil unidades de objetos (livros, boletins, revistas, discos, fitas, scripts, contratos de

trabalho e equipamentos variados) que conservam a memória da emissora. Em dois anos, a bibliotecária Acely Cruz, com muita boa vontade e disposição, enfrentou ácaros, mofo e muita poeira, para organizar o que pôde ser organizado. No entanto, apenas boa vontade não foi suficiente para resgatar dados importantes que completassem a trajetória da emissora. O acervo da Nacional hoje está sob os cuidados do igualmente zeloso Alberto da Silva Santos, grande colaborador para a elucidação de muitos pontos obscuros que surgiram ao longo da presente pesquisa.

A busca por programas que ilustrassem a trajetória do jornalismo na Rádio Nacional se resumiu apenas ao arquivo de propriedade da emissora, já que, apesar de deter, hoje, a grande maioria do acervo da rádio, o MIS não oferece, segundo a listagem catalogada dos programas, nenhum outro programa diferente do que foi encontrado na Nacional. A divisão do acervo, segundo informações de Alberto da Silva Santos, foi feita de forma que a emissora ficasse com pelo menos uma gravação de cada programa, e o MIS responsável pelo restante da quantidade. Assim, o museu conta com um número maior de exemplares, mas não possui exclusividade dos programas.

Assim, com essas dificuldades, a pesquisa recuperou o maior número possível de programas de caráter noticioso que chegaram a ir ao ar nos 71 anos de existência da emissora.

As entrevistas com os funcionários foram, nesse sentido, fundamentais para elucidar muitos pontos nebulosos da trajetória da emissora. Elas foram, sem sombra de dúvida, o ponto alto do trabalho, já que, além de apontar para onde a pesquisa deveria caminhar, ofereceram depoimentos privilegiados de quem vivenciou momentos importantes e decisivos na história do jornalismo da rádio, tais como os primeiros anos do “Repórter Esso” e o prestígio adquirido por Heron Domingues dentro da própria Nacional, a instauração do regime militar e o fechamento de setores importantes da emissora e, recentemente, a nova gestão da Radiobrás, que veio com a disposição de aumentar a produção jornalística das emissoras que formam o sistema.

A cronologia apresentada é só o começo de um trabalho de recuperação da linguagem criada e consolidada pela mais imponente emissora brasileira na época em que o próprio rádio se apresentava como o meio de comunicação de maior prestígio. O radiojornalismo forjado nos estúdios da PRE-8 rende análises dos mais diversos níveis de aprofundamento e múltiplos vieses de abordagens.

A pertinência de se eleger esta temática como objeto de análise está justamente no momento em que novas perspectivas se apresentam para a emissora. Com a já anunciada criação da Empresa Brasil de Comunicação, esse pode ser o último suspiro da emissora que

revolucionou a comunicação de massas nas décadas de 1940 e 1950. Da mesma forma, esse também pode ser o momento para se aproveitar, nesse futuro que já se avizinha, o que de bom foi criado nesses 71 anos, a partir de uma reflexão sobre os acertos e os modelos desgastados na emissora.

7. Referências

BAUM, Ana (Org.). *Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Boletim do Primeiro Decênio da Rádio Nacional. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1946.

Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: 4-10/06/1944. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1944.

Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: 4-10/02/1945. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1945.

Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: julho de 1946. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1946.

CALABRE, Lia. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2002 (Tese de Doutorado).

DOMINGUES, Heron (Org.). *Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil*. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 1956.

MATHEUS, Roberto Ruiz de Rosa. *Edgard Roquette-Pinto: aspectos marcantes de sua vida e obra*. Brasília: Edição da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) do Ministério da Educação e Cultura, 1984.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

_____. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

NUCCI, Celso (Org.). *Manual de jornalismo da Radiobrás: produzindo informação objetiva em uma empresa pública de comunicação*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

_____. “Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história”. IN: *Revista USP*. São Paulo, n.56, p.66-85, dezembro/fevereiro 2002/2003.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SILVA, Luiz Gustavo Ferreira e. *Repórter Esso: o radiojornalismo brasileiro e a testemunha ocular da história*. Escola de Comunicação/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Projeto monográfico de conclusão de curso).

Registros em áudio

AMADO, Aécio. Depoimento colhido por Osmar Frazão, 12 set 2006.

DOS SANTOS, Gerdal. Depoimento gravado, 1º nov 2007.

_____. Depoimento colhido por Luiz Gustavo Ferreira e Silva, 1º jun 2006.

GUILHERME, Jorge. Depoimento gravado, 14 nov 2007.

LUCIDI, Daisy. Depoimento gravado, 14 nov 2007.

SAROLDI, Luiz Carlos. Depoimento gravado, 13 nov 2007.

_____. Depoimento colhido por Denise Viola no programa “Redação Nacional”, 28 ago 2006.

8. Anexos

Anexo I – CD com áudio dos programas

Faixa 01 - Primeira emissão da Rádio Nacional: 12/09/1936, Celso Guimarães (Saudação do comunicador depois das primeiras notas de “Luar do Sertão”, de Catulo da Paixão Cearense). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 02 - “A Noite Informa”: trecho de edição sem data, locutor não-identificado. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 03 - “Repórter Esso”: sem data, Heron Domingues (Trecho do Manual da agência McCann Erickson com as instruções gerais do programa). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 04 - “Desperta Brasil”: edição de 1950, locutor não-identificado. (Comentário sobre o mercado internacional). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 05 - “A Manhã Informa”: 31/01/1951, locutor não-identificado. (Trecho do discurso do presidente eleito Getúlio Vargas, em solenidade de posse, agradecendo o apoio das Missões Especiais à sua candidatura). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 06 - “Crônica da Cidade”: edição de 1951, César Ladeira. (Narração da história de Manoel Parede, um pintor agredido pelo parceiro de pintura, Djalma). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 07 - “Como Funcionam as Nações Unidas”: 09/06/1951, locutores não-identificados. (Mensagem explicativa sobre o conteúdo do programa). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 08 - Reportagem de Carlos Pallut: 1953. (Entrevista do repórter com Janot Pacheco sobre as chuvas artificiais realizadas Minas Gerais). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 09 - “Comentário Político”: edição de junho de 1954, César Ladeira. (Trecho do quadro feito pelo jornalista dentro da programação da emissora). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 10 - “Repórter Esso”: 24/08/1954, Heron Domingues. (Trecho da notícia do suicídio de Vargas e leitura da carta-testamento). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 11 - “Voz do Brasil”: edição sem data, locutores não-identificados. (Notícias sobre o último discurso de Vargas, feito durante inauguração de empresa siderúrgica, em Belo Horizonte, no dia 12/08/1954). Fonte: Acervo Radiobrás. IN: BAUM, Ana (Org.).

Faixa 12 - Discurso de Heron Domingues sobre a seriedade do rádio e sobre o fim da era de ouro do rádio, feito em 27/08/1954. Fonte: Acervo Rádio Nacional. IN: BAUM, Ana (Org.).

Faixa 13 - Discurso de Victor Costa sobre a Rádio Nacional, feito em 27/08/1954. Fonte: Acervo Rádio Nacional. IN: BAUM, Ana (Org.).

Faixa 14 - Discurso de Victor Costa sobre a política de Vargas para a Rádio Nacional, feito em 27/08/1954. Fonte: Acervo Rádio Nacional. IN: BAUM, Ana (Org.).

Faixa 15 - “A Voz da América”: trecho de edição de 1956, locutor não-identificado. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 16 - “Crônica da Cidade”: edição gravada para 23/06/1966, Saint-Clair Lopes. (Narração de uma história sobre as expectativas de vida dos homens e das mulheres). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 17 - “Repórter Esso”: última edição do noticiário, 31/12/1968, Roberto Figueiredo. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 18 - “Repórter Nacional”: edição de junho de 1969, locutores não-identificados. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 19 - “Em Cima do Fato”: 10/01/1972, Lourival Marques e locutor não-identificado. (Retrospectiva dos principais acontecimentos de 10 de janeiro em todo o mundo). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 20 - “Jornal Nacional”: edição de 1980, Jair Lemos e Arlênio Lívio. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 21 - “Alô Daisy”: edição de 1982, Daisy Lucidi. (Com *flash* da repórter Ágatha de Oliveira, conversando com um taxista na rua). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 22 - “Nacional Informa”: trecho de edição de 1982, Kléber Moura. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 23 - “Cidade Atenção”: quadro dentro do programa “Alô Daisy”, edição de 1989, Daisy Lucidi. (Com *flash* do repórter Aécio Amado, sobre a interdição de casas noturnas cariocas, e de repórter não-identificada, sobre a prisão dos donos da embarcação Bateau Mouche). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 24 - “Revista Brasil” – edição de 1999, José Carlos Cataldi. (Trecho de entrevista com Dorival Caymmi por ocasião do aniversário dos 85 anos do cantor). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 25 - “Notícias da Manhã”: trecho de edição de 30/11/07, Marco Antônio Monteiro. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 26 - “Redação Nacional”: 28/08/2006, Denise Viola (Trecho de entrevista com Sonia Virgínia Moreira e Luiz Carlos Saroldi, autores de “Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia”, por ocasião do aniversário dos 65 anos do “Repórter Esso”). Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 27 - “Jornal do Rio – 2ª edição”: trecho de edição de 27/11/07, Jair Lemos. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

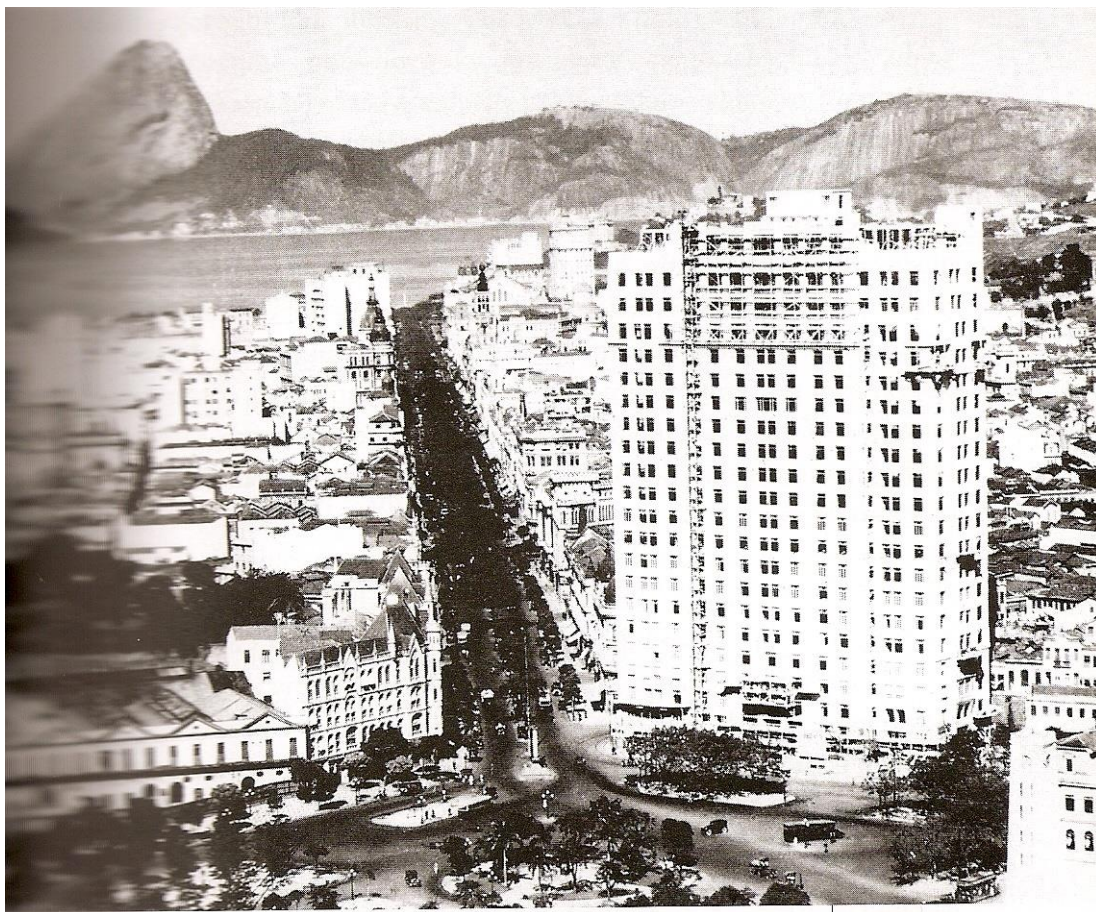
Faixa 28 - Saudação de Jorge Veiga para os aviadores do Brasil (o comunicador pedia que as estações do interior dessem os seus prefixos para orientar os aviadores que cruzavam o céu do Brasil), sem data. Fonte: Acervo Rádio Nacional.

Faixa 29 - Depoimento de Heron Domingues a Flávio Alcaraz Gomes, da Rádio Guaíba (RS), no qual o locutor admite não ter sido o primeiro a dar a notícia do suicídio de Vargas. Fonte: DOMINGUES, Heron. IN: BAUM, Ana (Org.).

Faixa 30 - Depoimento do jornalista José Augusto Ribeiro à autora Ana Baum sobre a importância do rádio em agosto de 1954. Fonte: RIBEIRO, José Augusto. IN: BAUM, Ana (Org.).

Anexo II

O edifício A Noite e o Pão de Açúcar passaram a ser os símbolos do Rio de Janeiro. Fotografia de 1930.



Fonte: CEZAR, Paulo Bastos e CASTRO, Ana Rosa Viveiros de. *A praça Mauá na memória do Rio de Janeiro*. João Fortes Engenharia/Ex-Libris, 1989, col. Ministério das Relações Exteriores. Foto reproduzida em *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*, de José Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Anexo III

A correspondência dos ouvintes que sintonizavam a Rádio Nacional em ondas curtas vinha de todo canto do mundo.

RÁDIO NACIONAL

ONDAS CURTAS – CORRESPONDÊNCIA

S. V. — 144 — Da Suécia, Gefle — 6 de setembro de 1944. — Prezados senhores. — Tive o prazer de ouvir a estação da Rádio Nacional PRL-8 em 11720 kc/s no dia 5 de setembro de 1944, das 19,30 às 20,15, hora de Greenwich. A força do sinal era Q. S. A.-Q. R. K. 5. Os números que eu ouvi foram esses. Às 19,52 hora de Greenwich, Habanera (Bizet-Carmen); às 20,00, hora de Greenwich (Brasil na frente, o nome do presidente Vargas foi várias vezes mencionado; às 20,04, hora de Greenwich. Uma canção patriótica em inglês intitulada “A Bandeira do meu País”. O meu receptor tem 6 válvulas fabricado de Centrum e possui uma antena interna. Aprecio muito as vossas transmissões para os soldados ingleses, e constantemente ouço as vossas transmissões. Elas são ouvidas com Q. S. A. — QRK. 5, e nunca QRM e muito raramente QRM. Agradecendo-vos pela vossa transmissão. Se a minha resposta for certa, ficaria muito satisfeito em receber um cartão de verificação. Para a resposta incluso dois coupons internacionais. Sou sinceramente. AKE PERSSON, Street Gestrikatan2, City Gefle Sweden Europe.

D. C. — 203 — (Do Canadá) — 14-3-44 — Prezado senhor. — Há cerca de um mês terminei a construção de um receptor de 10 válvulas para ondas curtas e a primeira estação que ouvi foi PRL-8 em 11.720 kls. Desde então, todas as noites por volta das 11 horas, isto é, quando me é possível, sintonizo para vossa estação. Gosto imenso do programa e é verdadeiramente um prazer escutar PRL-8, de vez que nos chega aqui R-9 plus, com muita consistência, exatamente como qualquer estação local. PRL-8 sempre é encontrada na faixa depois das 11 horas, mesmo quando não exista outra emissora. Pode-se até dizer que o vosso sinal encurtou a distância entre o Rio e Halifax, pois é surpreendente a maneira como nos chega, e estou certo de que poderá ser ouvido ainda muito além. Muito gostaria de receber uma verificação vossa, caso possível. Um “fan” de PRL-8, L. A. C. M. O. Moss R-131911, Eastern Air Command Hdqts., Royal Canadian Air Force, 17 South Street, Halifax, Nova Scotia, Canadá.

D. C. — 253 — (Do Canadá) — 10 de outubro de 1944. — Prezado senhor: — Hoje, dia 10 de outubro, captei vossa estação PRL-8, na frequência de 11.72 kc. As 19,15, destes o prefixo da estação; depois, anunciastes um programa de músicas de piano, cujo primeiro número foi “Chinatown”. Usando um aparelho de 5 válvulas, de minha própria construção, o volume era de R-8. Havia apenas um ligeiro “fading”, mas o volume estava tão bom que pensei tratar-se de uma estação americana. Junto, em anexo, um coupon internacional, para resposta, de modo que ficaria agradecido se me enviasses um cartão de verificação. Sinceramente vosso, para a amizade Panamericana. Ralph Gordon, 6150, Carnarvon Street, Vancouver B. C., Canadá.

dia”, Além do horizonte” e outras, apresentadas com grande êxito pela Rádio Nacional e outras emissoras do país.

Assim, registramos com prazer o 56.º programa da série Os

GRANDES AMORES DA HISTÓRIA, focalizando “Henrique IV”, de França e madame de Liandourt, encerrando o ciclo de programas do mês de janeiro de 1945.



Fonte: *Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: 4-10/02/1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1945.

Anexo IV

A programação diária em ondas curtas em junho de 1944.

ONDAS CURTAS — PROGRAMAÇÃO DIÁRIA

(Exceto domingos)

- 15.30—MÚSICA VARIADA, em gravação.
- 15.45—PROGRAMA PARA PORTUGAL, com antena dirigida. Música variada, boletim do D. I. P. e notas do Departamento Político e Cultural. Apresentação de Maria Eduarda.
- 16.30—PROGRAMA PARA A GRÃ-BRETANHA E IRLANDA, com antena dirigida. Música variada, boletim do D. I. P. e notas do Departamento Político e Cultural. Apresentação de C. Corder.
- 17.10—INTERVALO.
- 17.15—BOLETIM DO EXÉRCITO, com noticiário fornecido pelo Ministério da Guerra.
- 19.10—PROGRAMA HISPANO-AMERICANO, com música variada, boletim do D. I. P. e notas do Departamento Político e Cultural. Apresentação de José Vicent Payá.
- 19.30—MARCHA DA GUERRA.
- 20.00—HORA DO BRASIL, do D. I. P.
- 21.00—O QUE VAI PELO MUNDO (Somente às terças-feiras).
- 23.00—PROGRAMA PARA OS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ, com antena dirigida. Música variada, boletim do D. I. P., notas do Departamento Político e Cultural. Apresentação de Lee Dale.

FREQUÊNCIA DAS ESTAÇÕES

PRL 7 — 30.86 metros — 9.720 quilociclos.

PRL 8 — 25.60 metros — 11.720 quilociclos.

Fonte: *Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: 4-10/06/1944*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1944.

Anexo V

A programação diária das emissões em ondas curtas em fevereiro de 1945.

Ondas curtas — Diariamente

- 9.00 — NOTICIÁRIO PARA O URUGUAI, por J. V. Payá — PRL-8.
11.00 — PROGRAMA PARA A F. E. B., sob os auspícios do D. I. P. — PRL-8
15.30 — PROGRAMA DA L. B. A., com leitura de mensagens aos Expedicionários - PRL-8 (Exceto às terças-feiras).
PROGRAMA PARA A F. E. B., organizado pela Rádio Nacional — PRL-8 (Sòmente às terças-feiras).
16.00 — PROGRAMA PARA PORTUGAL, com Lúcia Helena — PRL-8.
16.30 — PROGRAMA PARA A GRÁ-BRETANHA, com Cyril Corder — PRL-8.
17.15 — BOLETIM DO EXÉRCITO — PRL-7.
19.10 — PROGRAMA PARA A AMÉRICA LATINA, com J. V. Payá — PRL-7.
19.30 — A MARCHA DA GUERRA — PRL-7.
21.00 — O QUE VAI PELO MUNDO (Sòmente às terças-feiras) — PRL-7.
23.00 — PROGRAMA PARA OS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ, com Montgomery Merryman — PRL-8.

ONDAS E FREQUÊNCIAS

PRE-8

306.1 metros — 980 quilocilos

PRL-7

30.86 metros — 9.720 quilocilos

PRL-8

25.60 metros — 11.720 quilocilos

PRL-9

16.81 metros — 17.850 quilocilos

Fonte: *Boletim da Programação Semanal da Rádio Nacional: 4-10/02/1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação da Rádio Nacional, 1945.

Anexo VI

Heron Domingues e sua imagem pouco “televisiva”.



Figura 1



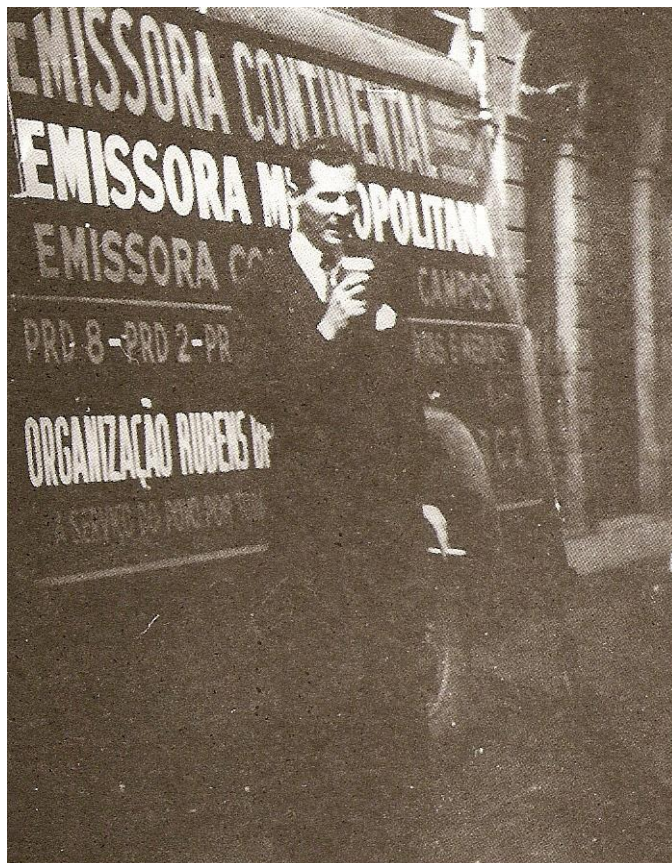
Figura 2

Fonte figura 1: *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*, de José Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Fonte figura 2: Acervo Radiobrás. Foto reproduzida em *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*, de José Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Anexo VII

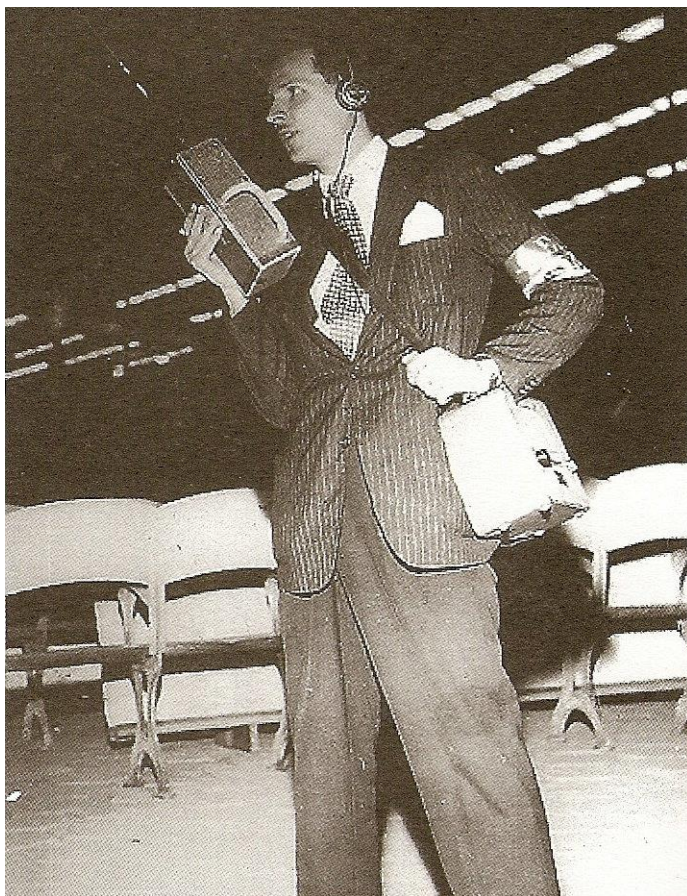
Carro de reportagem das emissoras Continental e Metropolitana: o primeiro, no país, totalmente equipado para realizar reportagens externas ao vivo. A equipe era conhecida como “Comandos Continental”.



Fonte: Acervo Pessoal de Paulo Caringi. Foto reproduzida em *Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio*, de Ana Baum (Org.). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

Anexo VIII

O radialista Paulo Caringi utilizando o microfone-transmissor (conhecidos como “microfones volantes”) em uma reportagem externa para a emissora Continental, pioneira nessa experiência.



Fonte: Acervo Pessoal de Paulo Caringi. Foto reproduzida em *Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio*, de Ana Baum (Org.). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.